

Gustavo Andrade Nunes Freire

**VERBOS PERCEPTIVOS E CAUSATIVOS:
COMPLEMENTAÇÃO INFINITIVA, ASPECTOS
SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E DE AQUISIÇÃO**

Florianópolis – Outubro – 2007

Gustavo Andrade Nunes Freire

**VERBOS PERCEPTIVOS E CAUSATIVOS:
COMPLEMENTAÇÃO INFINITIVA, ASPECTOS
SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E DE AQUISIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Orientadora:
Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (UFSC)

Florianópolis – Outubro – 2007

Verbos Perceptivos e Causativos: Complementação Infinitiva, Aspectos Sintáticos, Semânticos e de Aquisição

Por

Gustavo Andrade Nunes Freire

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística no Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão formada por:



Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (UFSC)

Presidente e Orientadora



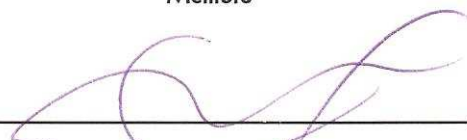
Profa. Dra. Heloísa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB)

Membro



Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira (UFSC)

Membro



Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva

Coordenador da Pós-Graduação em Linguística

11 de Outubro de 2007.

*"Dark future ahead of me
That's what they say
I'd be starving if I ate all the lies they fed
Cause I've been redeemed from your anguish and pain
A miracle child I'm floating on a cloud
Cause the words that come from your mouth
You're the first to hear
Speak words of beauty and you will be there
No matter what anybody says
What matters most is what you think of yourself..."*

*And I choose to be the best that I can be.
I choose to be authentic in everything I do.
My past don't dictate who I am. I choose."*

India Arie

Agradecimentos

Ver, ouvir, sentir, perceber... Mandar, deixar e fazer...

Verbos que tornaram essa dissertação concreta...

Acima de tudo, agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me dado a oportunidade de perceber e causar. Especialmente durante esses dois anos...

Começo agradecendo à professora Heloísa, que me viu dar os primeiros passos na teoria gerativa, despertando minha curiosidade para a pesquisa acadêmica ainda em Brasília. Ela me fez acreditar que o mestrado era possível ao me apoiar na decisão de mudar pra tão longe. Coisas assim são difíceis de se esquecer. A ela meu muito obrigado carinhoso.

Durante os congressos, várias pessoas me acolheram (ou se mostraram dispostas a tanto)... Elas também são de fundamental importância para que o trabalho ficasse como está agora: Mayra, Diogo, Henrique, Cícero, Quel, Serginho e Renata. Agradeço a todos vocês por não me deixarem desamparado e sempre me receberem com tanta atenção.

Aos amigos de Brasília que torceram de lá. Especialmente ao G5: Ana Paula, Chris, Emle e Kríscia, que tenho certeza que saímos do mesmo planeta. É com carinho também que agradeço bastante aos meus amigos de festas e lamentação: Rica, Fefi e Felipe.

Para o trabalho final, também pude contar com a ajuda indispensável e essencial do Gabriel no CHILDES, Flávia nos desenhos, Tiago na pintura, Fabi na formatação, Sabrina pelo apoio e Gabriela Trupel pela gentileza na escola. Agradeço ainda ao NDI e à escola Internacional de Florianópolis por me cederem o espaço físico e facilitarem o acesso aos alunos para a realização dos testes.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores (e amigos) de uma forma ou de outra envolvidos neste trabalho. Seja pela leitura atenta das diversas versões, pelas dicas, lembretes, conselhos ou principalmente por me ouvirem e me ensinarem com palavras ou gestos. Meu muito obrigado ao Mito e ao Mathias Schaf, da banca de qualificação; à Roberta, por mostrar verdadeira curiosidade pela pesquisa e por minhas dúvidas e pelas discussões e conversas mais que proveitosas. Agradeço à Patrícia e seus comentários sobre verbos perceptivos quando estudamos em Curitiba. Agradeço ainda à Filomena Sândalo, também pelos conselhos e comentários relevantes. Ao professor Achille Varzi, pelas dicas e pelo autêntico interesse pelos verbos causativos.

Agradeço ao povo do NEG – em especial ao Marcos, Tharen, Luisandro, Núbia, Ronald, Lucilene e Mateus – e ao bonde do ap. 204, por toda a diversão mais que necessária... É com muito carinho que lembrarei da Paula, Samia, Guilherme, Giuliana, Sandra e Fabi.

Agradeço aos primos Luiz e Carla que me acolheram desde a data das provas de seleção do mestrado e sempre foram meu porto seguro por aqui.

Agradeço também a duas pessoas especiais que não é preciso falar pra que me ouçam, não é preciso olhar pra que me vejam. Palavras não me são suficientes. Amo muito vocês, Mila e March.

Muitos amigos me deixaram ser eu mesmo ao longo do caminho... Ouviram (bastante!) de lingüística e perceberam quando eu realmente precisava ser ouvido. Todos eles são grandes conquistas super importantes... Sou muito grato a Fabi e Sandra (pelos poucos momentos de seriedade e os muitos de acolhida que me fizeram sentir parte da família, viagens, loucuras, baladas e sábados à tarde na TV), Elisandra (por me receber tão bem num lugar tão diferente do nosso “interior”), Mari (por tudo... incluindo a vez que me emprestou sua mãe e todas as outras que ela espontaneamente diz que me ama), Eleonora (pour son ‘cours thérapeutique’, nos fous rires, sa tendresse et son amitié sincère), Flávia (por ser sempre a Fiona fiel ao Shrek) e Tiago (obrigado por você).

Aos meus alunos, aos cursos extracurriculares e à Fapeu, real financiadora deste trabalho. Também cabe agradecer às minhas coordenadoras que me apoiaram significativamente: Obrigado pelo voto de confiança e pela enriquecedora experiência de trabalhar e me divertir tanto com vocês: Rosana Koerich, Adriana Dellagnelo, Denise Mesquita e Mailce Fortkamp.

Um obrigado bem grande e especial para minha família que me deixou partir e sentir a falta deles. Mesmo distantes, sempre pude contar com todo apoio nos dois anos aqui. Um carinho imenso aos meus pais e aos meus irmãos Fifão e Gorda. O amor se estende também à dindinha Ceição, e às primas Dadi e Ana Paula, e em especial à minha prima Mariana, pois sei que elas torceram bastante...

Por fim, agradeço imensamente à Ruth, minha querida orientadora, que soube com muita calma e paciência me fazer ver, ouvir e perceber bastante ao longo desse processo. Poucas vezes ela mandou, por várias vezes me deixou (no sentido de permitir) errar e sempre me fez crescer, deixando eu sentir como deveria traçar meu caminho com sua leitura atenciosa e respeitosa. Sinto que aprendi com ela muito mais do que imaginava aprender nesses dois anos. A ela meus sinceros agradecimentos pelo carinho e amizade que se desenvolveram... O mérito maior deste trabalho é dela!

Meu muito obrigado também a todos que eu porventura tenha esquecido. Eles sabem que a maior expressão de amor é dar sem esperar, é aceitar sem exceção.

*"The only thing constant in the world is change
That's why I today I take life as it comes"*

India Arie

Sumário

Resumo	i
Abstract	ii
Introdução	1
1. Algumas noções sobre a noção de Caso	1
2. O Quadro teórico	6
2.1 A teoria de Princípios e Parâmetros	6
2.2 O programa Minimalista	7
Capítulo I – Verbos Perceptivos e Causativos: Marcadores Excepcionais de Caso	11
1. Os verbos Perceptivos e Causativos	11
1.1 A percepção	11
1.2 A causativização	14
1.3 A estrutura dos verbos P&C	16
2. Os infinitivos no PB	21
2.1 O infinitivo flexionado	22
2.1.1 Origem e Características	22
2.1.2 A análise de Raposo	24
3. A Complementação infinitiva de verbos P & C	27
3.1 Proposições e eventos	28
3.2 Constituintes únicos	35

3.2.1 A percepção do evento como um todo	38
3.2.2 A coordenação e a elipse	40
3.2.3 Os elementos não temáticos	41
3.2.4 As anáforas	42
3.3 O gerúndio	42
3.4 Conclusão	43
4. A questão do tempo nos complementos de verbos P&C	45
5. A negação nos complementos de verbos P&C	51
6. As construções ECM em PB	57
Capítulo II – Propostas Minimalistas para ECM em PB	61
1. Introdução	61
2. A SC Complemento e as categorias funcionais	62
3. As análises das SCs complementos de verbos P&C	67
3.1 A análise de Pires (2001)	67
3.2 A análise de Castillo (2001)	69
3.3 A análise de Lundin (2003)	75
3.4 A análise de Hornstein, Martins e Nunes (2005)	83
4. Conclusão	94
Capítulo III – Verbos Perceptivos e Causativos: As questões de Aquisição	96
1. Introdução	96
2. A criança em contextos de infinitivo	98
2.1 Infinitivo raiz (RI)	98

2.2 Marcação excepcional de caso (ECM)	112
2.3 Os verbos P&C	125
2.4 Concluindo...	131
3. Os testes com verbos P&C	134
4. Finalizando...	139
Considerações finais	144
Referências Bibliográficas	149

Resumo

Esta dissertação está inserida no modelo teórico da gramática gerativa (Chomsky, 1981 e obras posteriores) e tem como objetivo discutir aspectos da complementação infinitiva de verbos perceptivos e causativos (P&C) no português do Brasil (PB) em relação à marcação de caso e flexão do infinitivo. São investigadas as propriedades sintáticas e semânticas e a aquisição da linguagem é utilizada como campo de decidibilidade empírica.

Assumimos o complemento infinitivo de verbos P&C como um único constituinte no PB e atestamos que estes verbos se diferem de outras classes verbais em relação às possibilidades de complementação (nominal e verbal – com infinitivos) e ao tipo de informação denotada (evento ou proposição). Quanto à sua estrutura sintática, a proposta de Hornstein, Martins e Nunes (2006) se mostrou a mais adequada para o comportamento peculiar dos verbos P&C e do infinitivo flexionado no PB.

Para explicar o aparecimento tardio de complementos infinitivos de verbos P&C nos dados infantis o trabalho investigou dados de produção espontânea de 5 crianças – 3 em aquisição do inglês e 2 adquirindo o PB, entre 1;10 anos e 5 anos de idade. Investigamos também a complementação infinitiva de verbos ECM em testes de compreensão conduzidos com 30 crianças que adquirem o PB, com idades entre 2;0 e 4;09 anos. A análise dos dados apontou que a marcação de caso antes dos 3 anos de idade é canônica, e não excepcional – ao menos em contextos de verbos P&C – em conformidade com os dados de produção espontânea discutidos. Os testes também mostraram que quanto mais eventivo for o predicado, mais precoce é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é sua aquisição. Dessa forma, a produção de verbos P&C é verificada a partir dos 3 anos de idade e sua aquisição no PB só estará completa por volta dos 4 anos de idade.

Palavras-chave: verbos perceptivos, verbos causativos, complementos infinitivos, marcação excepcional de caso, aquisição da linguagem.

Abstract

This thesis is inserted in the theoretical model of the generative grammar (Chomsky, 1981 and following works) and aims at discussing aspects of the infinitival complementation of perception and causative verbs (P&C) in Brazilian Portuguese (BP) according to case-marking and infinitival inflection. The syntactic and semantic properties are investigated and the language acquisition is used as a means of empirical evidence.

We assume the infinitival complement of verbs P&C as a single constituent in BP and we verify that these verbs differ from other verbal types in relation to the possibilities of complementation (nominal and verbal - with infinitives) and to the type of information stated (events or propositions). As for its syntactic structure, the proposal of Hornstein, Martins and Nunes (2006) was certified as the most adequate for the peculiar behavior of P&C verbs and the inflected infinitive in BP.

To explain the late appearance of infinitival complements of P&C verbs in children's data this study has investigated data of spontaneous production of 5 children – 3 acquiring English and 2 acquiring BP, between 1;10 years and 5 years of age. We also investigate the infinitival complementation of ECM verbs in comprehension tests conducted with 30 children who acquire BP, with ages between 2; 0 and 4; 09 years. The analysis of the data pointed that the case-marking before 3 years of age is canonic, and not exceptional – at least in contexts of P&C verbs – in conformity with the discussed data of spontaneous production. The tests have also shown that the more eventive the predicate is, the earlier its acquisition; the more propositional, the later its acquisition. In this way, the production of P&C verbs is verified from 3 years-old and its acquisition will only be complete at approximately 4 years of age in BP.

Keywords: perception verbs, causative verbs, infinitival complements, exceptional case marking, language acquisition.

A complementação infinitiva de verbos perceptivos e causativos no português do Brasil apresenta peculiaridades em relação às propriedades de marcação de caso e flexão do infinitivo. O presente trabalho procura discutir aspectos da complementação infinitiva de verbos perceptivos e causativos no português do Brasil em relação às propriedades de marcação de caso e flexão do infinitivo, e ser desenvolvido no quadro teórico da gramática gerativa (Chomsky 1981, 1993, 1995, 1998, 2001, 2005) tem como objetivo contribuir para a caracterização da variedade lingüística brasileira e explicar a aquisição de tais complementos, examinando as propriedades dessas construções, utilizando-se particularmente da aquisição da linguagem como campo de decidibilidade empírica.

1. ALGUMAS NOÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE CASO

A noção de caso como fator determinante na distribuição dos DPs foi inicialmente inserida na teoria gerativa nos trabalhos de Rouveret & Vergnaud (1980) e Chomsky (1981): “All NPs must have case to be LF and PF visible”. A teoria do caso fundamenta-se na hipótese de que todas as línguas têm processos gramaticais e licenciamento de sintagmas nominais em posições sintáticas específicas – o Caso abstrato. A marcação de caso é abstrata; e caso pode ou não ser morfologicamente realizado nos DPs.

O caso é necessário para deixar o DP visível para a interpretação temática, e conseqüentemente para que saibamos como interpretar o DP de cada sentença. O princípio do **Filtro de Caso** garante que todo DP pronunciado precisa ter caso¹ São três as categorias que liberam caso: as lexicais (verbo e preposição) e a categoria funcional I. O verbo atribui **caso acusativo** ao seu complemento; a preposição atribui **caso oblíquo**

¹ Do original: “One principle of case theory is that referential expressions must have case” (Chomsky 1988, p. 101)

ao seu complemento e a flexão I atribui **caso nominativo** ao seu especificador.² As atribuições casuais do verbo e da preposição se dão numa relação núcleo-complemento e a atribuição casual de I, numa relação especificador-núcleo.

- (1) a. O palhaço fez graça para ti.
 b. O palhaço fez graça para tu rires.
 c. O palhaço fez graça para tu rir.
 d. O palhaço fez graça para ti rir.
 e. *O palhaço fez graça para ti rires.

Em (1a), a preposição *para* atribui caso oblíquo para seu complemento: o pronome *ti*; em (1b), como há um I capaz de atribuir caso canonicamente, a preposição perde a capacidade de atribuir caso oblíquo para o pronome *tu* como ‘último recurso’, que recebe caso nominativo da flexão da forma infinitiva do verbo *rir*. Em (1c), consideramos um paradigma flexional do infinitivo³ em que a segunda pessoa do singular é marcada com flexão zero e o caso nominativo é atribuído ao pronome *tu* também pelo infinitivo.

No caso de (1d), a marcação de caso é diferente das outras, chamadas de **marcação canônica de caso (CCM)**. Aqui temos um caso de **marcação excepcional de caso (ECM)**, em que um núcleo atribui caso ao argumento de outro núcleo, diferentemente da CCM. O infinitivo *rir* não está flexionado e não pode atribuir caso nominativo ao pronome *ti*. Dessa forma, a preposição *para*, que é um marcador excepcional de caso no PB, atribui caso oblíquo ao pronome, que não é seu argumento, e sim do verbo *rir*.

Quando a CCM estiver disponível, ela deverá sempre prevalecer sobre a ECM, caso contrário a sentença se torna agramatical, como em (1e). Neste exemplo, a flexão do infinitivo do verbo *rir* pode atribuir caso nominativo canonicamente ao pronome *ti*, que é seu argumento. Entretanto, observamos que o pronome está marcado

² Essa é a visão tradicional da teoria de Regência e Ligação (Chomsky 1965, 1981, 1986, 1988). No minimalismo, caso é tratado de outra maneira.

³ O paradigma flexional será apresentado e discutido mais adiante em nosso estudo, na seção 2 do próximo capítulo.

morfologicamente com caso oblíquo, que seria atribuído pela preposição *para* em caráter excepcional.

Além da preposição *para*, dois tipos de verbo marcam caso de maneira excepcional no PB: os verbos de percepção: *ver, sentir, ouvir, etc.*, como em (2a), e os verbos causativos: *mandar, deixar, fazer* como em (2b), doravante verbos P&C. Estes dois tipos verbais serão o nosso objeto de estudo neste trabalho.

- (2) a. Joana viu [*Pedro sair*].
b. Joana mandou [*Pedro sair*].

Especificamente em relação às construções ECM abordadas neste trabalho, não são consideradas as sentenças encaixadas preposicionadas, ou seja, sentenças onde o caso é excepcionalmente atribuído pela preposição. Analisaremos os complementos infinitivos dos verbos ECM onde o DP sujeito do infinitivo recebe caso acusativo, quando sem flexão como em (3a); ou nominativo, quando aparece flexionado, como em (3b).

- (3) a. Maurício viu elas comprar os livros.
b. Maurício viu elas comprarem os livros.

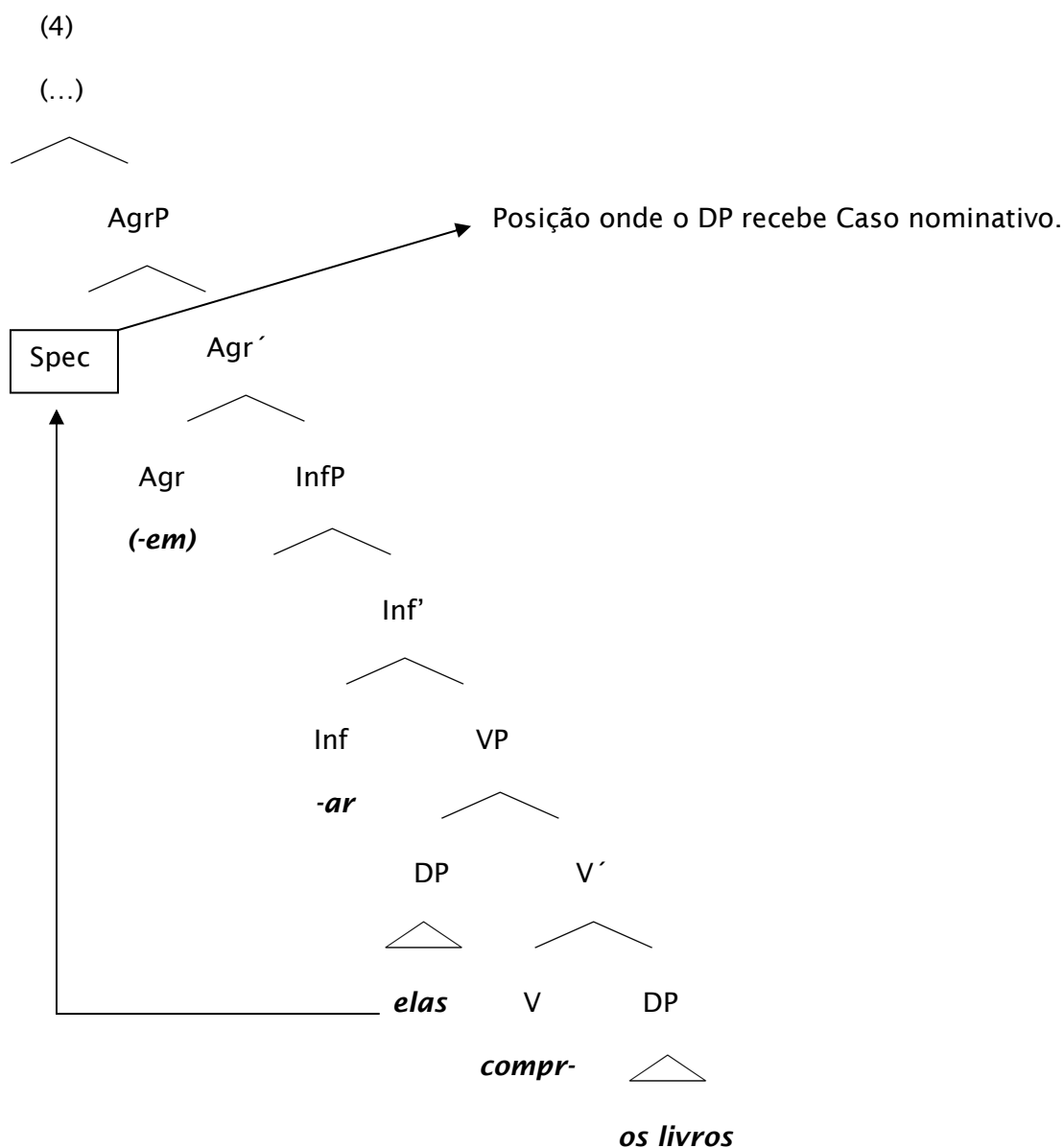
Para Chomsky (1993) o núcleo funcional Agr é responsável pela concordância do sujeito com o verbo. Além disso, o caso estrutural é uma manifestação da relação especificador-núcleo [NP, Agr]. A categoria Agr é responsável pela atribuição de caso nominativo ao DP, pois é responsável pela flexão de número e pessoa no infinitivo.⁴ Como o português passou a admitir caso nominativo com infinitivo flexionado, os verbos P&C admitem duas construções: (i) construção ECM, correspondendo a seleção de InfP⁵, com o infinitivo não-flexionado; e (ii) construção canônica de infinitivo

⁴ Agr é responsável pela atribuição de caso nominativo. Neste trabalho, por vezes nos referimos a essa categoria também como I, por questões de simplificação.

⁵ A rotulação aqui adotada, utilizando InfP (do inglês, *Infinitival Phrase*) é a mesma adotada por Mito *et alli* (2004). As análises são divergentes na literatura, e preferimos adotar esta análise em função da simplicidade de explicação.

flexionado, correspondendo a seleção de AgrP, com o DP sujeito no caso nominativo. (Schaf Filho, 2003).

Representamos esquematicamente o complemento de (3) em (4):



No esquema acima, a posição circulada, Spec de AgrP, é responsável pela atribuição de caso nominativo, é para onde se move o DP *elas* da sentença (3b), que apresenta infinitivo flexionado. Na sentença (3a), o DP *elas* é ambíguo em relação ao

caso que recebe. Se admitirmos um paradigma flexional em que a flexão do infinitivo para a terceira pessoa do plural é zero, o caso do pronome será nominativo e a posição por ele ocupada será [Spec, AgrP]. Se, no entanto, dizemos que o infinitivo é não-flexionado, o caso é acusativo, atribuído pelo verbo *ver* na posição [Spec, InfP].

Dado o quadro até aqui colocado, faz-se necessária uma reflexão que verifique o funcionamento da marcação de caso no PB. Neste trabalho serão discutidas as sentenças infinitivas que complementam os verbos P&C, com alguns objetivos:

- 1 - descrever as propriedades morfossintáticas das construções perceptivas e causativas no PB, em contraste com outras línguas;
- 2 - dar conta de qual é o papel do infinitivo (flexionado e sem-flexão) na sentença encaixada;
- 3 - discutir o funcionamento da marcação excepcional de caso nas construções perceptivas e causativas;
- 4 - propor uma análise para as construções perceptivas e causativas no PB dentro do quadro da gramática gerativa para o entendimento dos processos gramaticais envolvidos na percepção e na causativização;
- 5 - utilizar os dados de aquisição da linguagem como forma de sustentar as hipóteses teóricas sobre verbos perceptivos e causativos, ou seja, utilizá-los como campo de decidibilidade empírica.

A seguir, passamos a detalhar o que se entende por verbos P&C, com o objetivo de esclarecer essa questão e demonstrar seu caráter excepcional, antes de discutirmos as propriedades dos complementos infinitivos dos mesmos verbos no PB. Cabe ressaltar que a construção ECM nunca ocorre com infinitivo flexionado, pois verbos ECM selecionam InfP e não AgrP, uma vez que no contexto das construções ECM licenciadas pelos verbos P&C a derivação sintática da oração infinitiva pára em InfP. As construções com infinitivos flexionados serão revistas, no entanto, na medida em que surgem novas propostas de análise em que AgrP é excluído.

Antes, no entanto, é necessário apresentar o quadro teórico de nossa análise.

2. O QUADRO TEÓRICO

2.1 A TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

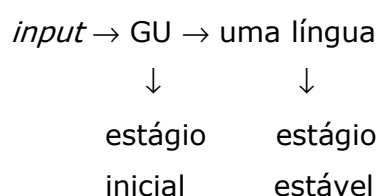
A gramática gerativa admite a língua como capacidade inata e parte da base biológica do indivíduo e de uma concepção modular da mente, na qual se postula a existência de um módulo responsável pela linguagem – a faculdade da linguagem – para investigar a linguagem. Os dados de cada língua podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e como tais mecanismos funcionam.

Dentro dessa perspectiva, a língua é adquirida como resultado do desencadear de um dispositivo inato, interno à mente. “Cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência”. (Chomsky, 1998, p. 19). A Gramática Universal (GU) é o estágio inicial da linguagem do falante, um conjunto de princípios e parâmetros com valores ainda abertos e “um componente crucial do dispositivo de aquisição da linguagem”. (Meisel, 1997, p. 23).

Desde os primeiros estudos, Chomsky (op. cit.) encontra dois problemas imediatos: achar um meio de descrever o fenômeno das línguas particulares – a adequação descritiva – e explicar como o conhecimento destes fatos surge na língua do falante – a adequação explicativa. Em Chomsky (1995) encontramos a idéia de que para atender à adequação descritiva de uma língua L, a teoria de L (sua gramática) deve caracterizar o estado alcançado pela faculdade de linguagem, ou, pelo menos, alguns dos seus aspectos. Para atender à adequação explicativa uma teoria da linguagem deve caracterizar o estado inicial da faculdade da linguagem e mostrar como se dá o mapeamento da experiência até o estado estável, ou gramática adulta.

Para satisfazer essas duas condições, a teoria gerativa tem que mostrar que cada língua particular é uma manifestação específica do seu estado inicial uniforme. Para isso, a teoria de Princípios e Parâmetros sustenta que existem princípios e arranjos finitos de opções para os quais os valores dos parâmetros se aplicam. Segundo Chomsky, os princípios estariam na GU e são intrínsecos a todas as línguas; os parâmetros são as particularidades de cada língua. O desenvolvimento lingüístico envolve a mudança na definição do valor de um dado parâmetro durante a aquisição da linguagem.

Segundo Chomsky (1986), a teoria de Princípios e Parâmetro permite dar conta da variação translingüística, bem como das semelhanças entre as línguas. A idéia é que um dado princípio pode ser capaz de se instalar de diferentes maneiras em parâmetros minimamente diferentes. Então, os princípios podem ser associados a valores paramétricos que darão origem a um sistema gramatical particular: uma língua-I, compreendida como interna, individual e intensional, ou seja, a faculdade mental que subjaz ao uso da linguagem, o estado estável de um processo de desenvolvimento da faculdade da linguagem de um estado inicial. Teríamos um esquema como abaixo:



Uma língua-I é tida como um elemento da mente do falante e por esse motivo, o estudo da linguagem necessariamente envolve afirmações sobre os estados mentais dos falantes. Uma língua-E é uma coleção de objetos lingüísticos atuais ou potenciais associada a uma população de usuários.

Na teoria de Princípios e Parâmetros, as diferenças de língua e tipologia devem ser reduzidas à escolha de valores de parâmetros. Um problema maior de pesquisa é determinar quais são essas opções e em quais componentes da linguagem eles são encontrados. Uma proposta é que os parâmetros são restritos a traços formais de categorias funcionais. Nesse contexto, a aquisição da linguagem é interpretada como o processo de fixar os parâmetros no estado inicial.

2.2 O PROGRAMA MINIMALISTA

O Programa Minimalista não é simplesmente uma “continuidade” na teoria de regência e ligação. O diferencial minimalista em relação aos estudos da linguagem é a base: uma nova concepção da faculdade da linguagem. (Hornstein, 2001). A faculdade da linguagem é tida como composta por um sistema computacional (C_{HL}) e um léxico, que especifica os elementos que o C_{HL} seleciona e integra para formar expressões

lingüísticas. O léxico deve prover somente a informação requerida por C_{HL} que deve operar de acordo com regras de simplicidade, economia, simetria, não-redundância, etc.

Dois componentes fazem parte e interagem com a faculdade da linguagem através dos níveis de representação lingüística: os **sistemas cognitivos** – que armazenam informações de diversos tipos, sobre som, significado e organização estrutural, por exemplo, e os **sistemas de desempenho** – que acessam a informação contida no sistema cognitivo para uso e impõem restrições de legibilidade ao C_{HL} . Para Chomsky (1995) o que interessa é o estudo do sistema cognitivo. A faculdade da linguagem lança mão, segundo o autor, de dois sistemas responsáveis pela decodificação das línguas: o sistema articulatório-perceptivo (A-P) – estabelece interface com o nível de representação da Forma Fonética (*phonetic form*, PF) – e conceitual-intencional (C-I) – estabelece interface com o nível de representação da Forma Lógica (*Logical Form*, LF).

Segundo os pressupostos teóricos do Programa Minimalista, uma língua L particular é uma instância do estado inicial do sistema cognitivo da faculdade de linguagem com opções especificadas. Toma-se L como um procedimento geral que constrói pares (π, λ) , que são interpretados nas interfaces A-P e C-I; π é uma representação da PF e λ , uma representação da LF, cada uma constituindo-se de “objetos legítimos”, que podem receber uma interpretação. Se uma estrutura formada nas interfaces for legítima - consiste inteiramente de tais objetos, satisfaz a condição de Interpretação Plena (*Full Interpretation*, ou FI). Caso isso ocorra nos dois níveis de representação⁶, PF e LF, ou seja, se a expressão lingüística for um par (π, λ) , então a estrutura está bem formada, já que é uma expressão lingüística formada por objetos fonéticos e semânticos. Esta derivação deve ser ótima, satisfazendo certas condições naturais de economia. Derivações menos econômicas são bloqueadas se convergirem.

Uma importante consequência disso é que existem casos em que o movimento ocorre depois do ponto de *spell-out*⁷ em que a ordem dos elementos pode ser reorganizada sem que isso seja ‘visto’ pelo componente de PF. Esta abordagem contém

⁶ Sob os pressupostos minimalistas, não existem níveis de estrutura lingüística além dos dois níveis de interface PF e LF, ou seja, não existem os níveis de estrutura D e estrutura S, como anteriormente havia na teoria de Princípios e Parâmetros.

⁷ *Spell-out*: O funcionamento do sistema gira em torno dessa operação que bifurca a computação e pode aplicar-se a qualquer ponto da derivação. Sua função é extrair de uma derivação Σ elementos relevantes apenas para π , deixando o resíduo Σ_L para ser mapeado para λ por operações de C_{HL} . Σ é mapeado para π , já no componente fonológico, por operações distintas daquelas envolvidas na computação de $N \rightarrow \lambda$.

a possibilidade de ocorrer o movimento fechado, o qual não tem efeito no nível fonético/fonológico, ‘invisível’ pra fonologia, mas supostamente ocorreria por motivos de interpretação da sentença em LF.⁸

Para Chomsky (op. cit.) cada item do léxico é um conjunto de ‘traços’ – propriedades de sons e significados – semânticos, fonológicos e formais que formam esses itens, que, por sua vez, constroem expressões mais complexas. Chomsky sugere que, numa dada língua, as operações computacionais constroem um objeto sintático, que será interpretado por meio de representações semânticas construídas de maneira uniforme. Isso deve especificar as propriedades sintáticas, fonológicas e semânticas, que são idiossincráticas, e a estrutura argumental de um núcleo, indicando quantos argumentos o núcleo licencia e que papel temático cada argumento recebe. Por exemplo, o verbo *ver* deve ser marcado com um papel de ‘experenciador’, um papel ‘tema’. Tempo e traços ϕ (número, pessoa, gênero) de verbos são escolhidos opcionalmente com o item que entra na numeração. Por exemplo, no verbo *ver* sua entrada lexical representa as instruções para o componente fonológico e para a interpretação da representação de LF: uma matriz fonológica e algum arranjo de propriedades semânticas. A entrada lexical deve ser capaz de determinar que *ver* é da categoria [V], por exemplo.

Um ponto interessante do Programa Minimalista que é de importante valor ao nosso estudo é a teoria de checagem, que modifica a teoria do Caso por eliminar a marcação de Caso sob regência e tratar os casos nominativo e acusativo como marcados pela concordância de núcleo-especificador⁹. A teoria de checagem então, generaliza a teoria do Caso e estende a idéia de marcação de Caso como meio de licenciar DPs e torná-los visíveis. Também estende a idéia de que alguns tipos de movimento de DP são motivados em função de Caso – a teoria de checagem implica que todo movimento é motivado pela necessidade de um elemento movido ser licenciado por um núcleo funcional.

De posse dos pressupostos teóricos aqui delineados em relação à teoria de Princípios e Parâmetros e ao Programa Minimalista e com base nos objetivos propostos,

⁸ Essa concepção de movimento encoberto só se aplica ao modelo minimalista de 1995, e foi abandonada nos modelos posteriores. A concepção atual é irrelevante para o trabalho.

⁹ A partir dos modelos de fase, ditos dinâmicos, Caso deixa de ser um primitivo para o sistema e passa a receber um valor em função de relações *phi* e a configuração não é mais um problema.

o presente trabalho tratará de dar conta dos fenômenos de marcação de caso na aquisição de complementos infinitivos de verbos perceptivos e causativos. A hipótese inicial deste trabalho é que verbos perceptivos e causativos têm o mesmo comportamento semântico e que seus complementos são um único constituinte – já que em PB ambos são verbos que marcam caso excepcionalmente – e apresentam a seguinte estrutura na gramática adulta: $[_{VP} V_{(P\&C)} [_{SC} NP \text{ Infinitivo}]]$. No entanto, para que a criança adquira esta estrutura, a nossa hipótese é que a atribuição de caso seja um dado ambíguo para a criança, podendo gerar mais do que uma gramática inicialmente. Esta hipótese aparenta se confirmar, ao menos num primeiro momento, quando se constata que a criança apenas adquire tais estruturas mais tardiamente.

Dessa forma, a estrutura do trabalho será a seguinte: no capítulo 1, nosso objetivo é confirmar o caráter único dos complementos dos verbos perceptivos e causativos. Apontaremos então, as propriedades sintáticas e semânticas da percepção e causativização, mostrando que seus complementos infinitivos atribuem ao sujeito caso nominativo (quando flexionados) e caso acusativo (quando sem-flexão). Argumentamos também que a marcação excepcional de caso parece ser a única disponível em tais contextos, uma vez que se atesta cada vez menos o uso do infinitivo flexionado nos dados de fala do PB (cf. Pires, 2001; Schaf, 2003; Freire, 2005; Borges, 2005). Ainda no capítulo 1, a fim de estabelecer a qual tipo de categoria este constituinte se vincula, argumentaremos sobre a possibilidade da existência de tempo e negação dentro dos complementos infinitivos e o tipo de informação denotada por este constituinte. Uma vez atestado que tais verbos são ECM, trataremos, no capítulo 2, de algumas propriedades que caracterizam os verbos ECM em diferentes línguas, objetivando mais especificamente aclarar a estrutura dos verbos P&C no PB. Esboçaremos algumas propostas minimalistas para a derivação de sentenças com verbos P&C de complementação infinitiva dentro do quadro teórico do minimalismo, concluindo o capítulo com a nossa proposta para o PB. No capítulo 3, dedicado à aquisição da linguagem, exploraremos o aparecimento de infinitivos e de verbos perceptivos e causativos com complementos infinitivos nos dados infantis. No mesmo capítulo será investigada a razão da aquisição ser tardia, avaliando, a partir de experimentos aplicados as crianças, as hipóteses propostas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Os verbos Perceptivos e Causativos: Marcadores Excepcionais de Caso

1. OS VERBOS PERCEPTIVOS E CAUSATIVOS

1.1 A PERCEPÇÃO

Quando se fala de verbos de percepção, logo se pensa em percepção sensorial, uma percepção em que existe uma relação direta entre o experienciador da percepção e o evento percebido. Predicados perceptivos nomeiam o modo *sensorial* em que o sujeito diretamente percebe o evento codificado no complemento (cf. Noonan, 1987 *apud* Freire, 2005). Este tipo de percepção é geralmente chamado de **percepção direta**.

Outras duas interpretações para verbos perceptivos são também possíveis. A primeira delas, a **percepção indireta**, diz respeito a uma percepção feita a partir de inferências, ou seja, cognitivamente. A segunda é a **percepção imaginativa**, que situa a percepção dentro da imaginação do experienciador.

De um ponto de vista sintático, a interpretação indireta ocorre na presença de um complemento sentencial finito (1a); enquanto a percepção direta e a imaginativa são obtidas a partir de um complemento sentencial com um verbo no infinitivo (1b). Outra diferença entre a percepção direta e indireta, essa de caráter semântico, é apontada por Guasti (1993), que afirma que na primeira aquilo que é percebido é simultâneo ao

tempo da percepção e na segunda, não necessariamente existe simultaneidade entre o evento descrito e a percepção.

- (1) a. Larissa viu [que Raphael rasgou o documento.]
b. Larissa viu [Raphael rasgar o documento.]

De modo a esclarecer e definir melhor cada tipo de percepção, mais algumas importantes considerações se fazem necessárias. Passemos a elas.

- (2) Sinto que mamãe já sabe de tudo.
- (3) Vejo que ela já me esqueceu.
- (4) Eu vi que o doce tinha acabado.

Em primeiro lugar, verifica-se que na percepção indireta não é essencial que o experienciador tenha uma relação direta com o que é percebido. As construções em (1a) e (2) denotam uma compreensão mental, ou seja, o conhecimento adquirido a partir da percepção é denotado pelo pensamento. Em (1a), por exemplo, a sentença encaixada reflete uma conclusão a que o experienciador (*Larissa*) chegou, provavelmente a partir da visão dos pedaços rasgados do documento. A partir desses dados, é possível interpretar uma situação e chegar a uma conclusão, como por exemplo, a constatação de um fato, conforme (2), (3) e (4).

A percepção indireta, segundo Rodrigues (2006), é basicamente resultado de uma atividade de inferência a partir da situação descrita, em que o experienciador pode se basear em seu conhecimento de mundo ou em outras funções como a memória, e não apenas a percepção. Desta forma, na percepção indireta, o verbo perceptivo tem um sentido próximo de *constatar, compreender, reconhecer, se dar conta*. Como tais verbos denotam uma atividade cognitiva, este tipo de percepção é também chamado de percepção cognitiva ou psicológica.

Em relação à percepção imaginativa, é importante destacar que o verbo *ver* pode ter vários significados desde ‘perceber com os olhos’ até ‘imaginar’. Na percepção imaginativa o verbo *ver* pode ser substituído pelo verbo *imaginar*, sem perda de sentido para a sentença, cf. (5). Essa percepção admite a presença de predicados eventivos e permite que o tempo da sentença encaixada seja diferente do tempo da principal; propriedades que não estão presentes quando a percepção é direta e que discutiremos mais adiante neste capítulo.

- (5) Mariana viu Cristiano se tornar um grande médico. = *imagina*

Sobre a percepção direta, cabe reforçar que existe uma relação de simultaneidade entre o evento descrito pela sentença encaixada infinitiva e o evento da percepção. O experienciador tem um contato direto com o que é percebido (e ao mesmo tempo reportado). No caso de uma percepção visual, por exemplo, o que é percebido está necessariamente no campo de visão do experienciador da percepção. Outros exemplos de verbos de percepção são: *ouvir*, *sentir* e *perceber*.

De modo geral, a percepção direta com complementação sentencial não-finita no PB¹⁰ pode ser estabelecida de duas maneiras: pelo uso do gerúndio, conforme (6a) ou pelo uso do infinitivo, como em (6b); sendo apenas esta última relevante para nosso estudo.

- (6) a. Mara viu Aninha estudando.
b. Mara viu Aninha estudar.

¹⁰ Um outro tipo de complementação infinitiva está disponível no português europeu (PE) para marcar a percepção direta: o infinitivo preposicionado:

(i) Eu vi os meninos a ler(em) esse livro. (Raposo, 1989, p. 277)

Este tipo de complementação é semelhante ao gerúndio em PB, pois apresenta um aspecto progressivo, de acordo com Raposo (1989). O PB não apresenta infinitivo preposicionado, mas, assim como o PE, também apresenta a possibilidade de flexionarmos o infinitivo.

A partir dessas diferenças, podemos estabelecer que as percepções direta e indireta diferem no tipo de complementação do verbo de percepção. Já as percepções direta e imaginativa, por vezes, se confundem, uma vez que ambas apresentam infinitivos como complementos. A diferença entre a percepção direta e a imaginativa está mais relacionada a uma diferença de contexto/discurso, já que ambas as leituras são obtidas com complementação infinitiva. Em nosso estudo, sempre que possível, excluiremos a percepção imaginativa.

1.2 A CAUSATIVIZAÇÃO

Verbos causativos expressam a idéia de uma relação de causa e efeito entre duas entidades, como em (7):

- (7) Maria resolveu o exercício.
- (8) João fez Maria resolver o exercício.

Em (7) e (8) foi a ação de Maria que causou o evento de resolução do exercício. Em (8), no entanto, insere-se uma nova informação. O causador passa a ser João e a ação causada é o evento de Maria resolver o exercício. O verbo resolver também é um verbo causativo e, portanto a relação causa/efeito é facilmente percebida. Vejamos essa mesma relação com um verbo não-causativo (*sair*) na oração encaixada:

- (9) João fez Maria sair de casa.
- (10) João deixou Maria sair de casa.

Em (9) e (10), o causador é João e a ação causada dessa vez é o evento de Maria sair de casa. João representa a entidade que iniciou (ou falhou em evitar) a ação Maria sair de casa. Talvez se ele não tivesse de alguma forma iniciado a ação, Maria não teria

saído de casa.¹¹ A construção em (10) é, no entanto, ambígua, pois o verbo *deixar* parece ter, no mínimo, duas significações: (a) sentido de *permitir* (João permitiu que Maria saísse) ou (b) sentido de *não evitar* (Maria saiu, pois João não fez nada que a impedisse). Parece-nos que o sentido denotado em (b) tem mais “sabor” de uma relação de causa e efeito e essa ambigüidade talvez coloque um problema em nossa análise.

De acordo com Mateus *et alli* (2003) os verbos causativos “exprimem uma relação de causativização entre um agente, expresso pelo sintagma nominal sujeito da sentença superior, e o estado de coisas descrito pela sentença completiva.” (p. 275) Para os autores, alguns exemplos de tais verbos causativos seriam: *deixar*, *mandar*, *fazer*, *fazer_com*. Verbos do tipo de *resolver* (como *causar*, por exemplo) são também causativos, mas de um outro tipo, que têm como complemento um DP. Como em nosso estudo apenas a complementação infinitiva nos interessa, somente os verbos *fazer*, *mandar* e *deixar* são considerados.

Cabe destacar que a literatura comumente coloca estes três verbos num mesmo grupo: causativos (cf. Noonan, 1987; Mateus *et alli*, 2003; Bechara, 2004, Borges, 2005), porém algumas diferenças significativas entre esses verbos merecem ser destacadas para nosso estudo. *Fazer* parece ser, de fato, um verbo causativo que expressa uma relação de causa e efeito entre duas entidades (cf (8) e (9)). O verbo *mandar* não parece marcar uma relação de causativização, pois não existe uma obrigatoriedade do que foi mandado no complemento infinitivo ter sido feito. Apenas se o que foi mandado tiver sido feito é que podemos afirmar que existe uma relação de causa e efeito. Em (11), por exemplo, não sabemos se Luiz comprou ou não o pão; não sabemos se isso de fato aconteceu.¹² Já o verbo *deixar*, por ser ambíguo (cf. (10) e explicação acima), também não expressa tão claramente a relação em discussão e, da mesma forma que *mandar*, só podemos definir se Maria saiu de casa a partir de um contexto.¹³

(11) Carla mandou Luiz comprar pão.

¹¹ Talvez a causatividade implique em um resultado. Um estudo sobre as sentenças resultativas foge do escopo do nosso trabalho. Não queremos, portanto, nos comprometer com a questão de que uma sentença causativa é, necessariamente, uma resultativa.

¹² Não sabemos se a informação denotada realmente aconteceu somente pela sentença em (11). É preciso de um contexto e de mais informação pra que possamos descobrir se o que foi mandado foi ou não cumprido. Por esse motivo colocamos em dúvida a questão da causativização de tal verbo.

¹³ Retomaremos a questão da ambigüidade do verbo *deixar* posteriormente, na seção 3.1.

De qualquer forma, a importância de explicitar tais diferenças em nossa análise é para que o leitor fique atento aos diferentes ‘graus’ de causativização e a aparente maior ‘força causativa’ do verbo *fazer*, seguido pelos verbos *mandar* e *deixar*, respectivamente. Neste trabalho, nos referimos aos três verbos analisando-os sob um mesmo rótulo, sempre que possível, e quando isso se mostrar ineficaz, explicitaremos qual verbo causativo está sendo discutido.

1.3 A ESTRUTURA DOS VERBOS P&C

As construções com verbos perceptivos e causativos podem receber diferentes configurações, como nos aponta a tradição gramatical em dados da escrita. Outras são percebidas nos dados de fala. Nesta seção apresentamos algumas construções desde o PB antigo até o atual, com o objetivo de verificar as possibilidades de complementação com esses verbos.

Mateus *et al.* (2003) afirmam que em português as sentenças com verbos P&C assumem diferentes configurações. Uma delas é típica de verbos causativos em português de Portugal (PE) e, de acordo com Guasti (1993), também é encontrada nas demais línguas românicas como catalão, francês, italiano e espanhol:

(12) Eu mandei escrever os alunos.

Neste tipo de construção o verbo encaixado na sentença infinitiva, quando é intransitivo, vem seguido do DP com função de sujeito e localiza-se após o verbo causativo (12). Guasti (1993) defende que em línguas românicas este tipo de configuração - onde o sujeito do complemento infinitivo aparece à direita - é amplamente mais comum. A autora também estabelece que o termo *os alunos* é argumento de *mandar + infinitivo*, mais especificamente o sujeito temático do infinitivo. Em sua análise, os verbos *mandar escrever* formam um ‘complexo verbal’ (cf. Chomsky, 1981). Guasti (1996) assume que a incorporação verbal - movimento núcleo-núcleo do infinitivo para o verbo causativo e responsável pela formação de um predicado

complexo – aplica-se em causativas italianas. O verbo causativo em italiano é um gatilho de incorporação, comporta-se como um morfema preso (Zubizarreta 1985 *apud* Guasti, 1993).

Entretanto, a língua portuguesa apresenta ainda outras possibilidades para o complemento, onde o sujeito pode aparecer antes do infinitivo, que, por sua vez, pode aparecer flexionado, conforme (13).

(13) Eu mandei os alunos escreverem.

Neste caso o DP sujeito do infinitivo recebe Caso nominativo da flexão do infinitivo. A mesma explicação dada para os verbos causativos de (12) e (13) pode ser utilizada em verbos perceptivos, na medida em que encontramos as mesmas configurações descritas (cf. (14))¹⁴.

- (14) a. Eu vejo crescer as árvores.
b. Eu vejo as árvores crescerem.

No PB, o formato descrito em (12) e (14a) é inexistente na modalidade oral¹⁵, e no que refere à modalidade escrita, sua configuração é no mínimo restrita à variedade padrão. As construções com infinitivo flexionado, como em (13) e (14b), entretanto, são amplamente encontradas, e no PB aceitam também a forma sem flexão, conforme (15).

- (15) a. Eu mandei os alunos escrever.
b. Eu vejo as árvores crescer.

¹⁴ Os exemplos foram retirados de Bechara (1999, p. 433)

¹⁵ Carlos Miotto (em comunicação pessoal) nos alerta para o fato de que as sentenças são boas em contexto de foco. De qualquer maneira, o uso de tais sentenças é restrito.

É interessante destacar que no PE as construções em (15) são agramaticais como nos apontam Mateus *et all.* (2003) “porque ao sintagma nominal *os alunos* não pode ser atribuído o Caso nominativo”. Uma outra diferença em relação às duas variedades do português ocorre na maneira de pronominalizar o DP encaixado.

- PE (16) a. Eu mandei escrever os alunos.
 b. Eu mandei-**os** escrever.

- PB (17) a. Eu mandei os alunos escrever.
 b. Eu mandei **eles** escrever.

No PE, o DP (*os alunos*) é pronominalizado na forma de clítico (16b); enquanto no PB, o clítico não aparece. O processo de cliticização por meio de um pronome acusativo sugere que o DP seja objeto direto do verbo complexo *mandar escrever*, recebendo dele o Caso acusativo (cf. Guasti (1993) em análise sobre os causativos nas línguas românicas). No exemplo do PB (17b), como não há flexão no infinitivo, assume-se que o DP recebe caso acusativo do verbo *mandar*.

É notório que há a perda de clítico de terceira pessoa no PB (cf. Cyrino, 1997; Duarte, 1989; entre outros), e talvez por esse fato, o exemplo em (16b) cause estranheza. No entanto, a língua ainda preserva o sistema de clíticos, de maneira empobrecida, pois ainda se retém o clítico de primeira pessoa do singular e em alguns dialetos os de segunda (cf. exemplos em (1) da introdução). No PB, a complementação infinitiva, mais do que os próprios verbos P&C, tem sido alvo de investigação há várias décadas (Aissen, 1974 (*apud* Guasti, 1993); Rouveret & Vergnaud, 1980; Higginbotham, 1983; Zubizarreta, 1985 *apud* Guasti, 1993; Guasti, 1993; Castillo, 2001; Hornstein, Martins & Nunes, 2006); talvez devido às diferenças entre as construções que envolvem complementos infinitivos de verbos P&C e os demais verbos que aceitam complementação infinitiva.

Said Ali (1966) descreve as construções P&C como uma ‘combinação verbal’ formada pelo verbo matriz e pelo infinitivo seguido de um constituinte nominal,

interpretado como exercendo dupla função: a de objeto do verbo P&C e sujeito do verbo no infinitivo não flexionado ¹⁶. Essa idéia de ‘combinação verbal’ parece ser a mesma idéia de um ‘complexo verbal’, anteriormente apresentada. Rocha Lima (1976) já admite a ocorrência do infinitivo flexionado obrigatório no contexto em que este possui um sujeito próprio, distinto do sujeito da oração principal e não-pronominal. Para os verbos P&C, o que o autor afirma é que estes têm um funcionamento especial: admitem ou não a flexão do infinitivo; e assume, assim como Said Ali (*op.cit.*), uma dupla função exercida pelo DP¹⁷.

Mais recentemente, Cunha & Cintra (1985) afirmam que os verbos P&C são considerados auxiliares e que a forma não-flexionada ocorre quando o infinitivo se localiza imediatamente depois desses verbos ou apenas se separa delas por seu sujeito, expresso por um pronome oblíquo (p.476). Os autores admitem a forma flexionada quando o sujeito do infinitivo se insere entre o verbo P&C e o infinitivo e é “expresso por substantivo ou expressão equivalente” (p.476). Interessante mencionar que os autores distinguem os dois tipos de infinitivo: o impessoal “que não tem sujeito porque não se refere a uma pessoa gramatical” e o pessoal “que tem sujeito próprio e pode ou não se flexionar” (p.473). A escolha entre as duas formas depende “mais do terreno da estilística do que, propriamente, da gramática” (p.478). Bechara (2004) também define os verbos P&C como auxiliares que muitas vezes se comportam sintaticamente como locução verbal, ao se juntarem ao infinitivo ou ao gerúndio. O autor, na perspectiva da tradição gramatical, indica que a norma é aparecer o infinitivo sem flexão, qualquer que seja o seu sujeito.

Mais recentemente, Rabelo (2004) testa a gramaticalidade dos dois tipos de infinitivo do PB, em situações de fala. A autora utiliza em sua pesquisa dados do trabalho de Negrão (1986 *apud* Rabelo, 2004 (p. 55/56) – aqui reproduzidos como (18)) e, após realizar testes com falantes verifica que os dados de (18b) e (18d) não são agramaticais, como era anteriormente proposto por Negrão (*op.cit.*). Rabelo propõe a possibilidade de que os dados em (18) constituam um caso de alternância em PB, que apresentaria as duas construções ativas na gramática.

¹⁶ O autor não admite o uso de infinitivo flexionado com verbos causativos. Com verbos perceptivos Said Ali admite que, “achando-se o infinitivo afastado do primeiro verbo pela interposição de dizeres um tanto extensos, poderá tomar flexão de acordo com o sujeito. Ocorre, além disso, o infinitivo flexionado, onde há intenção de realçar o sujeito” (p. 345).

¹⁷ Os exemplos apresentados pelos autores são semelhantes aos exemplos onde o verbo P&C aparece imediatamente seguido pelo infinitivo (sem flexão) para justificarem a noção de ‘combinação verbal’.

- (18)¹⁸
- a. A polícia forçou os manifestantes a saírem.
 - b. *A polícia forçou os manifestantes a sair.
 - c. Nós convencemos os estudantes a irem à festa.
 - d. *Nós convencemos os estudantes a ir à festa.

Schaf Filho (2003) afirma que: “Quando o sujeito for expresso por pronome acusativo (*o-a/os-as*), a preferência é pela forma impessoal, embora alguns gramáticos registrem contra-exemplos na literatura brasileira. Nesses mesmos contextos, o PB usa não o acusativo, mas o caso nominativo (*ele-ela/eles-elas*), tornando obrigatória sua flexão”. (pág. 89) Abaixo reproduzimos os exemplos do autor:

- (19)
- a. A testemunha viu- [*os fugir de moto*].
 - b. A Justiça mandou- [*os sair da fazenda*].
 - c. ?A testemunha viu [*eles fugirem de moto*].
 - d. ?A Justiça mandou [*eles saírem da fazenda*].

O autor também afirma que em contextos onde os sujeitos da sentença infinitiva e matriz são diferentes, o uso do infinitivo flexionado é obrigatório (p.85). Reproduzimos em (20) os exemplos do autor com verbos P&C.

- (20)
- a. O delegado mandou [*calarem a boca*].
 - b. A testemunha afirmou que viu [*arrombarem o carro do ministro*].

O argumento utilizado é que nas orações infinitivas em (20) “há a concordância com os sujeitos intencionais nulos (*nós, eles, eles*); não há outra forma de marcá-los senão pelas desinências correspondentes (morfemas flexionais).” (Schaf Filho, 2003,

¹⁸ Os exemplos (b) e (c) são marcados como agramaticais de acordo com o original de Negrão. Para nosso trabalho, os exemplos são gramaticais.

p.86). Um entrave que se coloca à afirmação do autor é a falta de caracterização do que seria de fato um sujeito intencional nulo. Os casos em (20) são casos em que o sujeito é indeterminado, e, segundo a tradição gramatical, a terminação de terceira pessoa do plural deve prevalecer. Um outro motivo para a obrigatoriedade de flexionarmos o infinitivo, é que, em alguns tipos verbais em que o PB apresenta sujeito nulo, a leitura do sujeito da segunda sentença é correferente ao sujeito da matriz, não admitindo a flexão do infinitivo, como em (21). Na sentença (22) o sujeito é nulo, porém é difícil estabelecer se seria um sujeito intencional, e se seria morfologicamente realizado como plural ou singular:

(21) *Eu quero comermos.

(22) Eu mandei [(*alguém*) lavar o carro].

Atualmente, a sentença em (22) é amplamente usada em dados de fala para marcar a indeterminação do sujeito, em detrimento da forma proposta pela tradição gramatical mostrada acima. Uma discussão mais aprofundada sobre os infinitivos no PB é apresentada na seção a seguir. Na seção 4 examinaremos mais detalhadamente as propriedades dos complementos infinitivos dos verbos P&C.

2. OS INFINITIVOS NO PB

De acordo com Schaf Filho (2003), todas as línguas possuem infinitivos não-flexionados e apenas umas poucas línguas apresentam o infinitivo flexionado, tornando o fenômeno da flexão do infinitivo no português algo bastante peculiar e de difícil compreensão. No português, ao contrário das demais línguas românicas, o infinitivo pode aparecer com marca de pessoa e número, possibilitando dessa forma a ocorrência de um sujeito nominativo e a existência das duas formas: o infinitivo flexionado e não-flexionado.

Especificamente em relação aos infinitivos que complementam os verbos P&C, Raposo (1987) afirma que, no PE o uso do infinitivo flexionado é opcional: “*inflected infinitive may appear as complements to perception and causative predicates.*”¹⁹ e Rodrigues (2006), em estudo sobre complementos dos verbos perceptivos no PB, também afirma que os verbos P&C admitem os dois tipos de infinitivo como complemento: “*Nous devons souligner que comme compléments des verbes causatifs et des verbes de perception, les deux types d’infinitives sont possibles*” (p. 48).

Nas subseções seguintes, traçamos um breve panorama a respeito dos tipos de infinitivo no PB, investigando as diferenças entre os dois tipos de infinitivos com base no artigo de Raposo (1987). O infinitivo flexionado, por ser quase que exclusivo ao português, é enfatizado e constitui o assunto principal de nossa investigação e argumentação. O contraste com o infinitivo não-flexionado será ilustrado sempre que se fizer necessário.

2.1 O INFINITIVO FLEXIONADO

2.1.1 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

São duas as teorias principais para a origem do infinitivo flexionado no PB (cf. Pires 2001, Schaf Filho 2003):

1. o infinitivo flexionado deriva do infinitivo simples românico, com base no futuro do subjuntivo que teria favorecido a difusão do uso do infinitivo pessoal em detrimento do infinitivo impessoal.
2. o infinitivo flexionado deriva do imperfeito do subjuntivo latino, a partir de uma reanálise das subordinadas do subjuntivo imperfeito que não apresentavam uma conjunção de subordinação.

¹⁹ Raposo 1987, p. 87, em nota de rodapé 2. Grifo meu.

De acordo com Schaf Filho (*op. cit.*), existe “certo consenso entre os defensores de ambas as hipóteses de que o infinitivo flexionado está profundamente enraizado no latim vulgar medieval” e que “por um capricho da história, ele se desenvolveu apenas nos dialetos latinos da parte mais ocidental da Península Ibérica: Portugal e Galícia”. A hipótese de que a origem seja o latim é também a defendida por Pires (2001) que se baseia na aquisição da linguagem para justificar sua posição²⁰.

Pires também afirma que a complementação de verbos P&C com infinitivo flexionado somente se tornou disponível no PB no século XVI. A utilização deste tipo de infinitivo com verbos P&C constitui uma extensão do contexto de uso do infinitivo não-flexionado já existente no PB. Para Rodrigues (2006) isso poderia explicar o uso opcional dos infinitivos flexionados como complementos de verbos P&C.

Com o infinitivo flexionado, o DP que segue o verbo P&C tem caso nominativo que é verificado dentro da sentença encaixada. Com o infinitivo não flexionado, o DP tem caso acusativo que é verificado pelo verbo P&C, em caráter excepcional. Em função dessa diferença dos infinitivos em relação ao caso, acredita-se que a análise de cada tipo de infinitivo deva ser diferente, pelo menos à primeira vista. No entanto, no que se refere aos complementos infinitivos de verbos P&C, consideramos ambos – flexionado e não flexionado – como um único constituinte, questão que será retomada na seção 3.2.

A flexão do infinitivo é caracterizada morfologicamente pela presença das marcas de número e pessoa e pela ausência de qualquer marca de tempo²¹. De acordo com Pires (2001, p. 141/142), o PB apresenta o seguinte paradigma flexional para o dialeto padrão:

(23)	Singular	Plural
	1 ^a (<i>eu</i>) <i>fala-r</i>	1 ^a (<i>nós</i>) <i>fala-r-mos</i>
	2 ^a (<i>você</i>) <i>fala-r</i>	2 ^a (<i>vocês</i>) <i>fala-r-em</i>
	3 ^a (<i>ele/ela</i>) <i>fala-r</i>	3 ^a (<i>eles/elas</i>) <i>fala-r-em</i>

²⁰ O autor propõe uma explicação para a origem do infinitivo flexionado que está relacionada à interpretação dos dados lingüísticos primários por crianças de diferentes gerações.

²¹ A questão sobre o tempo nos complementos infinitivos dos verbos ECM será discutida na seção 4 e retomada no capítulo 2.

A distribuição deste tipo de infinitivo não é livre²² e ocorre em contextos específicos (cf. Raposo, 1987; Schaf Filho, 2003; e Rodrigues, 2006). Passemos agora à análise dos infinitivos flexionados em Raposo (1987).

2.1.2 A ANÁLISE DE RAPOSO (1987)

Raposo argumenta que as propriedades de distribuição das construções com infinitivo flexionado advêm do fato de que o nóculo funcional de concordância do infinitivo deve receber Caso de um regente (e um marcador de Caso) externo à oração encaixada para atribuir Caso nominativo ao seu sujeito somente se o infinitivo estiver em posição de complementador (como núcleo de CP).

Para isso, propõe que o infinitivo flexionado no português seja dependente de dois parâmetros distintos: um morfológico e outro sintático. O parâmetro morfológico é a expansão do nóculo *Infl*:

$$\text{Infl} \rightarrow [[\pm \text{Tense}], (\text{Agr})]$$

Na maioria das línguas, se o Tempo é finito, é especificado pela concordância, ou ocorre o contrário, se o Tempo é especificado pela concordância, é finito: $[[+ \text{Tense}], \text{Agr}]$. Raposo refere-se às potenciais realizações translingüísticas de *Infl* no que diz respeito à escolha de $[\pm \text{Tense}]$ em *Infl* com *Agr*; o chinês, por exemplo, que não possui marcas de pessoa e número em *Infl*, parece realizar a opção $[+ \text{Tense}]$, sem os traços de *Agr*. O infinitivo flexionado em português vem da possibilidade de ter Tempo²³ infinitivo especificado por traços de concordância aberta, o que realiza a opção: $[-\text{Tense}], \text{Agr}]$. Dadas essas opções, de acordo com Raposo, o parâmetro *Infl*, que rege essas combinações é:

²² Raposo (1987) e Schaf Filho (2003) apresentam os contextos em que o uso do infinitivo flexionado é obrigatório e os contextos em que seu uso é opcional. Por serem muitos e bastante diferentes, a questão foge do escopo desse estudo. Para maiores esclarecimentos sobre o tema, remeto o leitor aos trabalhos.

²³ Conforme nota 7.

- (24) A escolha de [+ Tense] é livre da presença de [+Agr]

O parâmetro sintático é o do sujeito nulo (Chomsky, 1982, *apud* Raposo, 1987) mostrado em (25).

- (25) [Agr] possui os traços nominais de gênero, número e pessoa, podendo também ser especificado para Caso.

Raposo propõe a seguinte hipótese para discutir o parâmetro do sujeito nulo relativamente às construções com infinitivo flexionado:

- (26) Na ausência de [+Tense], *Infl* (ou Agr em *Infl*) é capaz de atribuir Caso nominativo a um sujeito lexical somente se ele mesmo for especificado por Caso.

Chomsky (*op. cit*) sugere que o que constitui o conteúdo do parâmetro do sujeito nulo é a questão se *Agr* em *Infl* pode ou não ser especificado para Caso. Em línguas de sujeito nulo, a concordância verbal é um conjunto de especificações para número, pessoa e, opcionalmente, Caso. Uma língua com infinitivo flexionado que apresenta sujeitos lexicais nominativos só pode ser uma língua de sujeito nulo, de acordo com (24).

Numa língua de sujeito nulo positivamente especificada pelo parâmetro *Infl*, há quatro possíveis tipos de estrutura S com *Agr*, que levam em consideração se *Infl* é [\pm Tense] e se *Agr* é ou não especificado para Caso.²⁴

²⁴ A proposta do Raposo aparece muito calcada na relação com sujeito nulo e isso, eventualmente, não se aplica ao PB, uma vez que o estatuto do sujeito nulo não é consensual na literatura. As consequências dessa análise precisam ser discutidas em trabalho específico.

- (27) a. NP [+ Tense] Agr VP
- C
b. NP [- Tense] Agr VP
- C
c. NP [+ Tense] Agr VP
+ C
d. NP [- Tense] Agr VP
+ C

Raposo assume que o Caso é atribuído ao NP pela combinação de traços. Em (27a), a presença de [+ Tense] em *Infl* é suficiente para permitir a marcação de Caso nominativo ao NP por *Infl* (ou Agr em Infl). Em (27c), *Infl* satisfaz as condições de marcação de Caso nominativo desde que, além de ocorrer com [+ Tense], também seja especificado para Caso. Em (27b), *Infl* não pode atribuir caso nominativo, pois é [-Tense] e não especificado para Caso. Essa configuração é possível em construções ECM com NP sem caso oblíquo, atribuído por um regente externo, mas não em posição de caso nominativo, atribuído por *Infl* (ou Agr em Infl).

Em (27d), *Infl* (ou *Agr* em *Infl*) atribui caso nominativo ao NP especificado para Caso. Este é o caso do infinitivo flexionado no português, em que se assume que *Infl* deva ser marcado com Caso. Como não há traços [+ Tense] em *Infl* para atribuir Caso a *Agr*, este deve ser regido e ter o Caso marcado por um nóculo externo a *Infl*, já que neste caso *Infl* domina *Agr*.

Resumindo, Raposo argumenta que o fenômeno do infinitivo flexionado reduz-se a dois parâmetros distintos: O parâmetro *Infl* e o parâmetro do sujeito nulo. Somente quando uma combinação específica de escolha é feita em relação a esses dois parâmetros, uma língua terá uma flexão infinitiva com *Agr* capaz de tomar sujeitos lexicais nominativos, como o português. Nesse sentido, a análise de Raposo contempla diversos padrões tipológicos por meio da articulação de propriedades atribuídas ao nóculo *Infl*, expandindo em $[[\pm \text{Tense}], (\text{Agr})]$, a partir de uma formulação paramétrica de combinação de traços, o que antecipa a proposta de dividir o núcleo Flexão (Split Infl)

(cf. Pollock, 1989) em núcleos funcionais: AgrS , T e Agr O, a qual tem sido adotada em inúmeros trabalhos²⁵.

Considerações sobre a natureza morfológica do infinitivo e a descrição das restrições lexicais impostas ao emprego do infinitivo não são suficientes para resolver a complexa questão do infinitivo flexionado em contextos de verbos P&C. No entanto, já sabemos que as duas formas de infinitivo podem aparecer com esses tipos verbais. Veremos agora algumas outras propriedades de seus complementos.

3. A COMPLEMENTAÇÃO INFINITIVA DE VERBOS P & C

Na literatura sobre verbos P&C, o complemento infinitivo tem sido alvo de investigação há várias décadas, conforme mencionado na seção 1.3, provavelmente devido à natural estranheza diante de certas construções que envolvem verbos P&C com complementos infinitivos. No PB, conforme mostramos anteriormente, a investigação ocorre desde a tradição gramatical em meados da década de 60. Said Ali (1966) e Rocha Lima (1976) descreveram as construções P&C como uma ‘combinação verbal’ formada pelo verbo matriz e pelo infinitivo seguido de um constituinte nominal, que exerce dupla função: a de objeto do verbo P&C e sujeito do verbo no infinitivo. Cunha & Cintra (1985) e Bechara (2004) consideram os verbos P&C auxiliares que se comportam sintaticamente como locução verbal, ao se juntarem ao infinitivo ou ao gerúndio. Os autores também afirmam que existe a possibilidade de o infinitivo aparecer com ou sem flexão, sendo essa escolha do falante.

Passamos agora a descrever algumas outras propriedades dos complementos infinitivos de verbos P&C. Os verbos são agrupados em função de ambos serem verbos ECM em PB e da marcação excepcional constituir um dos objetivos principais da pesquisa. Nosso objetivo nesta seção é mostrar que os complementos de verbos P&C – e

²⁵ Tecnicamente a idéia de condicionar a atribuição de caso pelo infinitivo flexionado a que ele receba Caso é problemática em termos minimalistas, visto que não pode ser formulada em termos de checagem dos traços dos itens envolvidos. Investigaremos essa questão futuramente em nossa pesquisa. O programa minimalista e as análises dentro desse modelo serão discutidos no próximo capítulo.

por consequência os próprios verbos P&C – apresentam, sintática e semanticamente, o mesmo comportamento. As semelhanças e assimetrias serão também abordadas, na medida em que se mostrarem relevantes. A partir da discussão dos exemplos relevantes e de suas propriedades, poderemos em seguida considerar as implicações dessas propriedades para as propostas de análises apresentadas no capítulo 2.

3.1 PROPOSIÇÕES E EVENTOS

Parsons (1990) assume que proposições são “*objects of belief*” e define estes objetos como qualquer que seja aquilo a que uma sentença finita (*that-clause*) se refere quando precedida do verbo *acreditar*.²⁶ Para o autor, sentenças condicionais também são do mesmo tipo de *acreditar* (*whether-clauses* e *if-clauses*). Proposições para Frege (*apud* Parsons, 1990) se referem a pensamentos. Nosso objetivo aqui não é clarificar o que é proposição, apenas distingui-la da noção de eventos. Por ora adotaremos essa distinção.

Butler (2004) verifica o tipo de informação vinculada por infinitivos no inglês, utilizando-se de verbos perceptivos e epistêmicos²⁷. Para o autor, a leitura do infinitivo pode ser de dois tipos: situacional ou proposicional. O primeiro tipo denota um evento, enquanto o segundo se refere a uma proposição, e pode ser julgado como verdadeiro.

De acordo com sua argumentação, um infinitivo no inglês que venha precedido da partícula *to*, é proposicional; enquanto um ‘infinitivo nu’ – sem a partícula *to* – é situacional. Os verbos de percepção, por exemplo, devem ser seguidos por um ‘infinitivo nu’, como em (28) para que tenham dessa maneira uma leitura situacional.

(28) a. I saw John leave.

→ leitura situacional (evento e não proposição)

²⁶ Do original: “I assume that the “objects” of belief are whatever it is that *that-clauses* refer to when preceded by the verb ‘believe’, and I use the customary term ‘proposition’ for these things.” (p.31)

²⁷ De acordo com Noonan (1987, p.119 *apud* Freire, 2005), verbos epistêmicos são predicados que se referem às experiências do sujeito e descrevem o estado ou a maneira de aquisição do conhecimento. Alguns verbos epistêmicos: *aceitar, achar, acreditar, admitir, calcular, considerar, crer, descobrir, duvidar, entender, fingir, ignorar, imaginar, pensar, prever, reconhecer, saber, supor*.

b. * I saw John to leave.

→ leitura proposicional não é possível.

Já em verbos epistêmicos como *acreditar* e *achar*, por exemplo, um ‘infinitivo nu’ não funcionaria – por denotar situação; e verbos epistêmicos denotarem proposições. Dessa maneira, em (29) teríamos:

(29) a. * I believe John leave.

→ leitura situacional não é possível. (Infinitivo nu)

b. I believe John to have left.

→ leitura proposicional (infinitivo com to)

A análise do autor não faz referência aos verbos causativos do inglês, no entanto, é fácil perceber que alguns dos causativos em inglês assumem a mesma análise dos verbos epistêmicos, pelo fato de também aparecerem seguidos de *to*, como os verbos: *order to* e *tell to*. Outros verbos causativos, como *make* e *let*, não poder vir seguidos da partícula *to*, o que nos leva a concluir que denotam eventos, assim como os perceptivos. É importante destacar que os causativos parecem ter em inglês um comportamento parecido com os causativos no PB, já descritos na seção 1.2, e que investigaremos a seguir. No quadro abaixo, resumimos as idéias de Butler (*op. cit.*) para o inglês, considerando verbos perceptivos, epistêmicos e incluímos os verbos causativos:

Tipo verbal	‘infinitivo nu’	infinitivo + to	Tipo de Informação
Perceptivos	✓	X	EVENTO
Epistêmicos	X	✓	PROPOSIÇÃO
Causativos	✓	✓	EVENTO ou PROPOSIÇÃO

Quadro 1: Proposições e eventos e verbos perceptivos, epistêmicos e causativos em inglês

A partir do quadro acima, verificamos no PB o comportamento dos mesmos tipos verbais. Logo de início, uma questão que se coloca é a impossibilidade de se “dividir em duas partes” o infinitivo no PB (como infinitivos nus ou acompanhados de alguma partícula). Dessa forma, nossos testes devem considerar outros fatores, como o modo verbal (indicativo e subjuntivo) na contraparte finita das orações infinitivas.

- (30) a. Eu vi as crianças sair (em).
b. Eu vi que as crianças saíram.

Com verbos perceptivos, a questão de proposições e eventos parece ser de fácil resposta para o PB, pois já existem, na literatura desses tipos verbais, alguns testes comprovando seu estatuto. Apresentaremos os estudos de alguns autores ao longo desta seção.

Verbos perceptivos denotam eventos quando seu complemento aparece no infinitivo, não importando se a forma infinitiva apresenta ou não flexão (30a). Quando o complemento aparece em sua forma finita, a percepção é indireta, como em (30b).

Questões como pressuposição e relações de acarretamento também parecem ser essenciais em nossa análise do tipo de informação denotada pelos verbos P&C. Nota-se que com complementos infinitivos (30a), a verdade da situação percebida não é pressuposta pelo falante, o que mostra que os complementos infinitivos de verbos perceptivos têm um valor de verdade dependente da verdade da sentença principal. Por outro lado, com o complemento finito (30b), a verdade da situação percebida é assumida pelo falante – a subordinada finita apresenta um valor de verdade independente do valor de verdade da matriz. Varzi (comunicação pessoal)²⁸ aponta que a sentença encaixada em (30a) denota um evento, enquanto a sentença encaixada em (30b) denota um fato.

Em relação à factividade do complemento, Perini (1977) afirma que o infinitivo que complementa um verbo de percepção, como em (30a), denota uma sentença não-factiva. Com um complemento finito, como em (30b), a sentença é factiva.

²⁸ Agradeço a Achille Varzi pelas cruciais observações e esclarecimentos a respeito da semântica de eventos e causativização, fatos e proposições.

- (31) a. Eu *não* vi as crianças sair (em).
b. Eu *não* vi que as crianças saíram.

De acordo com este autor, estes fatos podem ser confirmados pela negação do verbo da principal, uma vez que esta operação não deve afetar a factividade do complemento. Certamente, (31a), com um infinitivo, não pressupõe que *as crianças saíram*: podemos enunciar esta sentença em uma situação aonde, por exemplo, as crianças não tenham saído. Ao contrário, em (31b), com o complemento finito, existe a pressuposição de que *as crianças saíram*. Por ora, utilizamos a negação apenas para mostrar nosso ponto sobre a factividade do complemento infinitivo. A negação da percepção e de seus complementos também é bastante relevante para nosso trabalho, portanto retomaremos essa questão na seção 5.

Ainda em relação aos verbos perceptivos, de acordo com Hornstein, Martins & Nunes (2005), a leitura situacional de verbos perceptivos só é possível quando a percepção é direta. Se a percepção é indireta como em (32), a leitura é proposicional. O verbo principal de (32a) é um infinitivo na voz passiva e em (32b) possui um verbo que não é situacional, como *adorar*. Ambas as sentenças são agramaticais, pois como a percepção em ambas é indireta, não podemos ter complementação infinitiva²⁹.

- (32) a. *As crianças foram vistas sair.
b. * Eu vi o João adorar camarão.³⁰

A análise dos causativos se mostra um pouco mais complicada por uma série de fatores. No inglês, já mostramos que verbos causativos denotam proposições ou eventos; no PB, já verificamos as diferenças em relação ao grau de causativização e a

²⁹ Em (32a) a sentença em PB exigiria o uso do gerúndio para se tornar gramatical, (32b), além de exigir complementação finita, exige que o significado de *ver* seja semelhante ao do verbo *saber*. A seguir reproduzimos (32) de maneira gramatical.

- (32') a. As crianças foram vistas *saindo*.
b. Eu vi *que* o João *adora* camarão.

³⁰ As sentenças foram retiradas de Hornstein, Martins & Nunes (2006) e são agramaticais, portanto não têm leitura. Discutimos aqui apenas a título de retomarmos a discussão dos autores.

aparente ‘força causativa’. Faremos a análise de cada verbo causativo separadamente, a fim de examinarmos o tipo de informação denotada por cada um dos verbos. Começamos nossa análise pelo verbo *fazer*, um verbo que, como explicitamos anteriormente, expressa fortemente uma relação de causa e efeito entre duas entidades.

- (33) a. A mãe fez o menino dormir.
b. A mãe fez os gêmeos dormir(em).

Com a complementação infinitiva, não há motivos para acreditar que este verbo se comporte de maneira diferente dos perceptivos. Os exemplos em (33) denotam eventos, não importando se a forma infinitiva apresenta ou não flexão. A verdade da situação descrita também não é pressuposta pelo falante e seu valor de verdade é dependente da verdade da sentença que o contém. No caso de (34), parece claro que se trata de uma proposição: não é possível *mandarmos* um evento, damos uma ordem, que é uma proposição.

- (34) a. Eu mandei as crianças limpar(em) a bagunça.

Em relação ao verbo *deixar*, retomamos a questão de suas significações, levantada em 1.3. A sentença em (35), pode ser compreendida de duas formas, explicitadas abaixo.

- (35) Felipe deixou o cachorro sair.
1. deixou, no sentido de permitiu.³¹
2. deixou, no sentido de não impediu.

³¹ Mira Mateus (2003) assume que o verbo *permitir* também é causativo em PE e utiliza-se do seguinte exemplo:
“Essa nova lei vai permitir que o sector ganhe maior dinâmica.” (p.275)
Este verbo não entra em nossa análise em função de não permitir complementação infinitiva. De qualquer forma, não parece que esse verbo tenha um ‘sabor’ de causativo, pois não implica que algo tenha sido causado, principalmente quando aparece no futuro, como no exemplo da autora.

Se o sentido for o primeiro, o verbo denota uma proposição, pois não implica que o cachorro necessariamente saiu. Entretanto, se considerarmos o segundo sentido – de não impedir – implica que o cachorro saiu e daí a sentença encaixada denota um evento. Nesse caso, é interessante destacar a complexidade desse verbo, que funciona de maneira semelhante à uma negação – um não fazer que causa alguma coisa. A impressão é que o verbo *deixar* seja exatamente o oposto do verbo *fazer*. O primeiro causa um evento em função da omissão do sujeito da principal e o segundo causa um evento exatamente por algo que o sujeito da principal fez. (cf. (36) e (37), respectivamente).

(36) O cientista *deixou* a cobaia escapar.

(37) O cientista *fez* a cobaia escapar.

Diferentemente do que ocorre com os verbos perceptivos, destacamos algumas diferenças entre os dois tipos verbais. No contraste de sentenças encaixadas infinitivas com a contraparte finita, claramente percebemos que o infinitivo que complementa os verbos perceptivos e os verbos causativos não deve ser do mesmo tipo. Com verbos perceptivos o verbo da sentença encaixada tem que aparecer no indicativo e com os verbos causativos, inclusive com o verbo *fazer*, que denota um evento, apenas o subjuntivo é possível.

(38) Eu vi as crianças dormir (em).

Indicativo

a. Eu vi que as crianças dormiram.

Subjuntivo

b. *Eu vi que as crianças dormissem.

- (39) Os alunos ouviram a sirene tocar.

Indicativo

- a. Os alunos ouviram que a sirene tocou.

Subjuntivo

- b. *Os alunos ouviram que a sirene tocasse.

- (40) Eu mandei as crianças limpar (em) a bagunça.

Indicativo

- a. *Eu mandei que as crianças limpavam a bagunça.

Subjuntivo

- b. Eu mandei que as crianças limpassem a bagunça.

- (41) O patrão deixou os funcionários sair (em) mais cedo.

Indicativo

- a. *O patrão deixou que os funcionários saíram mais cedo.

Subjuntivo

- b. O patrão deixou que os funcionários saiam/saíssem mais cedo.

- (42) A história fez as crianças se assustar (em).

Indicativo

- a. *A história fez com que as crianças se assustaram.

Subjuntivo

- b. A história fez com que as crianças se assustassem.

Dado o que foi discutido até aqui sobre os dois tipos verbais, poderíamos organizar as informações dos verbos P&C no PB no seguinte quadro:

Tipo verbal		Modo Verbal		Tipo de Informação
		Indicativo	Subjuntivo	
Perceptivos	Ver	✓	X	EVENTO
	Ouvir	✓	X	EVENTO
Causativos	Fazer	X	✓	EVENTO
	Mandar	X	✓	PROPOSIÇÃO
	Deixar	X	✓	PROPOSIÇÃO ³²

Quadro 2: Proposições e eventos nos verbos perceptivos e causativos no PB

3.2 CONSTITUINTES ÚNICOS

Já verificamos que os infinitivos que complementam os verbos P&C são diferentes em relação ao tipo de informação que veiculam. Nesta seção, argumentamos que os complementos infinitivos de verbos P&C em PB, flexionados ou não, formam um único constituinte sintático, objeto do verbo P&C.

Na seção anterior, analisamos apenas a complementação infinitiva dos verbos P&C. Nesta seção, mostramos que com verbos perceptivos, em especial o verbo *ver*, outras possibilidades de complementação se configuram, cf. (43a) e (44a). Contrastamos as mesmas possibilidades em construções com o verbo causativo

³² Se o sentido for *permitir*. Entretanto, se o sentido for o de *não impedir*, a sentença encaixada denota um evento.

mandar, (43b) e (44b), confirmando que apenas a complementação infinitiva é possível com esse verbo, denotando uma proposição.

(43) a. Eu vi João. (indivíduo)

b. *Eu mandei João.

(44) a. Eu vi João sair. (evento)

b. Eu mandei João sair. (proposição)

O sintagma nominal (*João*) presente nos exemplos em (43) é responsável pela gramaticalidade em (43a), onde é complemento do verbo perceptivo e pela agramaticalidade em (43b), como complemento do verbo *mandar*. O verbo *deixar*, parece se comportar da mesma maneira que *mandar*, aceitando apenas a complementação infinitiva³³. Isso pode nos sugerir que o tipo de complementação de cada tipo de verbo é diferente³⁴: verbos causativos c-selecionam um VP enquanto verbos perceptivos podem c-selecionar um DP.³⁵

É importante destacar que, semanticamente, existe uma grande diferença de significação quando contrastamos as construções perceptivas acima: a própria percepção. Em (43a) o que foi visto foi um indivíduo: João, em (44a) o objeto da percepção é um evento: João sair. Se substituirmos o verbo *ver* em (43a) por um outro verbo perceptivo como *ouvir*, por exemplo, a possibilidade de dois tipos de complementação não parece se sustentar³⁶.

³³ A sentença *Eu deixei João* é possível em PB, mas com outro sentido.

³⁴ Carlos Mioto (em comunicação pessoal) nos apontou a diferença e a agramaticalidade existente quando temos um sintagma nominal e um sintagma verbal como complemento de verbos P&C, é essa a discussão que inicia esta seção.

³⁵ Vale destacar que os verbos causativos morfológicos – *resolver*, *causar* e outros – aceitam DPs como complementos (*Eu causei o acidente*). Os verbos causativos de nossa análise não aceitam facilmente a complementação com DPs. Todavia, nas vezes em que isso ocorre, ganham outro sentido e parecem se comportar como causativos morfológicos: *Eu fiz o bolo versus Eu fiz Maria fazer o bolo*. Destacaremos outros exemplos mais adiante nesta seção.

³⁶ A sentença é agramatical para nossa discussão dentro do ponto de vista que estamos procurando sustentar. Com um outro sentido, ou se estiver inserida num determinado contexto comunicativo, é gramatical, como em:

(i) Eu ouvi João = Eu dei ouvidos a João, aceitei seus conselhos, fiz o que ele me disse.

- (45) a. Eu ouvi João.

No exemplo acima, não se pode apenas “ouvir um indivíduo”. Ouvimos uma ação que o indivíduo faz. Se (45a) for uma sentença gramatical, existe uma pressuposição de que houve um barulho, possivelmente causado (voluntária ou involuntariamente) por João.

Atribuímos essa diferença entre verbos perceptivos ao fato de o verbo *ver* ser polissêmico. De acordo com Boivin (1998, *apud* Rodrigues, 2006), assumimos que este verbo possui uma única entrada lexical e seu sentido é sub-especificado pelo tipo de complemento que o segue³⁷.

Ao observarmos a complementação do verbo *fazer*, verificamos que este verbo também aceita a complementação com um DP, assim como os perceptivos. Em (46), mostramos a complementação com DP e, em (47) com uma sentença infinitiva.

- (46) a. *Eu fiz João. (DP [+ animado] não é possível)
b. Eu fiz o bolo. (DP [- animado] é possível)
- (47) a. Eu fiz João sair. } Ambos denotam eventos.
b. Eu fiz o bolo cair. }

Verifica-se que a complementação do verbo *fazer* com um DP [+animado] não é possível (cf. 46a). A complementação com um DP objeto (46b) é possível e também marca uma relação de causatividade. No entanto, as sentenças em (46b) e (47b) são claramente distintas semanticamente. Enquanto em (46b) o que eu fiz foi o bolo; (47b) não implica que eu fiz o bolo. Houve um evento de queda do bolo e foi isso que eu fiz. O bolo e a queda são, portanto, o efeito do que foi causado.

³⁷ Para Rodrigues (2006) a ambigüidade dessas construções em relação à percepção direta e indireta (concreta e imaginativa) é por causa de uma diferença na estrutura dos complementos dos verbos de percepção. A autora afirma que as diferenças semânticas observadas nestas construções também se originam nas diferentes estruturas dos complementos. Para uma análise mais abrangente das propriedades semânticas de verbos perceptivos, sugiro a leitura de Rodrigues (2006), visto que não é esse nosso objetivo principal.

Portanto, para o verbo *fazer*, uma solução de análise é considerar o evento denotado pelos complementos infinitivos como constituintes únicos. No caso dos outros verbos causativos discutidos, a proposição que eles denotam também deve ser tomada como um único constituinte, já que se constitui a unidade mínima que pode complementar os verbos *mandar* e *deixar*.

Verbos perceptivos, como aponta Rodrigues (2006), além da complementação com sentenças finitas e infinitivas, licenciam DPs e sentenças gerundivas como complementos. Especificamente sobre a complementação infinitiva de verbos perceptivos, a autora afirma que também se trata de um constituinte único, assim como em verbos causativos. Para dar conta dessa proposta, Rodrigues (*op. cit.*) utiliza-se de alguns testes presentes na literatura do inglês para mostrar o comportamento dos complementos infinitivos não-flexionados de verbos perceptivos no PB. Os testes dizem respeito apenas aos infinitivos sem flexão, por não haver razão para não se considerar o infinitivo flexionado e seu sujeito, um único constituinte.

Por meio dos testes de passivização e clivagem, Rodrigues (2006) mostra que a distribuição dos infinitivos apresenta restrições quanto à complementação e, assim como Felser (1999), desenvolve ao longo de sua pesquisa oito testes que demonstram o caráter de único constituinte dos complementos infinitivos. Reproduzimos a seguir apenas quatro, mantendo os exemplos e a bibliografia utilizados por Rodrigues³⁸ e aplicando os mesmos testes aos verbos causativos.

3.2.1 A PERCEPÇÃO DO EVENTO COMO UM TODO

Se o complemento infinitivo for um constituinte único que indica um evento, a percepção do evento como um todo não deve necessariamente implicar a percepção da entidade indicada pelo DP que segue o verbo de percepção. Em sentenças como (48), aparentemente, (48a) implica (48b).

³⁸ Os autores mencionados nesta seção não constam em nossa bibliografia, pois apenas reproduzimos parte da discussão e as conclusões de Rodrigues (2006), mantendo os exemplos e a bibliografia por ela utilizados.

- (48) a. Pedro viu *as crianças* chegar.
b. Pedro viu *as crianças*.

O DP destacado, freqüentemente percebido como objeto da percepção, é o resultado de uma inferência pragmática. (cf. Kisner & Thompson, 1976; Felser, 1999; Moleiro & Lowrey, 2003 *apud* Rodrigues, 2006). Não é um acarretamento. Os exemplos (49) - (52) mostram que a percepção de um evento **não** implica necessariamente a percepção da entidade indicada pelo evento: a verdade dos exemplos em (a) não implica necessariamente a verdade dos exemplos em (b).

- (49) a. Eu ouvi as janelas quebrar.
b. *Eu ouvi as janelas.

- (50) a. Eu senti as crianças me cutucar.
b. #Eu senti as crianças.

- (51) a. Eu vi as bombas explodir.
b. #Eu vi as bombas.

- (52) a. Eu ouvi as visitas tocar a campainha.
b. #Eu ouvi as visitas.

Rodrigues destaca ainda que, mesmo que os exemplos em (b) pareçam bizarros, os exemplos em (a) são todos aceitáveis³⁹. Este fato demonstra que os DPs que seguem o verbo de percepção em (a) não são sensíveis às restrições de seleção impostas por tais verbos, i.e., constituem de fato o sujeito do infinitivo.

³⁹ Do original: « Nous pouvons noter également que, quoique certains exemples en (b) semblent bizarres, les exemples en (a) sont tout à fait acceptables. » (p. 63).

Com os verbos causativos, a argumentação também parece se sustentar, como mostramos nos exemplos a seguir:

(53) a. Henrique fez as bombas explodir(em).

b. #Henrique fez as bombas.

(54) a. Mayra mandou os meninos ficar(em) quietos.

b. *Mayra mandou os meninos.

(55) a. Diogo deixou os livros cair(em).

b. #Diogo deixou os livros.

3.2.2 A COORDENAÇÃO E A ELIPSE

Para determinar se uma dada seqüência de palavras forma um componente em uma sentença, a autora recorre aos testes de coordenação e elipse:

(56) Maria viu [os meninos desenhar um círculo] e [as meninas pintar uma árvore].

(57) Maria viu [os meninos brincar com o violão], mas Pedro só ouviu ____.

O exemplo em (56) revela que os complementos infinitivos dos verbos perceptivos podem ser coordenados ou elididos, caracterizando um constituinte; (57) revela que o antecedente da elipse é o complemento infinitivo do verbo perceptivo, sugerindo que ele forme um único constituinte.

O mesmo pode ser observado em exemplos com os verbos causativos proposicionais:

- (58) Maria mandou [os meninos desenhar um círculo] e [as meninas pintar uma árvore].
- (59) Maria deixou [os meninos brincar com o violão], mas Pedro mandou ___.

O fato de os complementos infinitivos dos verbos P&C poderem ser coordenados ou elididos contribui como evidência de que o complemento caracteriza um só constituinte.

3.2.3 OS ELEMENTOS NÃO-TEMÁTICOS

A presença de um elemento desprovido de papel temático num complemento infinitivo constitui um outro argumento em favor da análise como um constituinte único (Declerck, 1982 *apud* Rodrigues, 2006; Felser, 1999). No PB, o complemento infinitivo do verbo de percepção pode ser um verbo do tipo de *chover* (60a), que licencia um sujeito nulo sem papel temático – *pro quasi*-argumental (cf. Figueiredo Silva, 1996). Nessa construção, o complemento infinitivo do verbo de percepção apresenta um sujeito que deve ser analisado como *pro*. Neste caso a mesma análise se estende para os verbos causativos (60b).

- (60) a. Eu vi *pro* chover como nunca.
- b. Eu fiz *pro* chover como nunca.

3.2.4 AS ANÁFORAS

Outro teste que funciona para os causativos é também apresentado por Rodrigues (*op. cit.*), e discutido em função dos perceptivos. A autora argumenta, com base no estudo de Felser (1999), que o comportamento dos pronomes reflexivos constitui um outro argumento em favor da análise do verbo da percepção como um predicado com dois argumentos. As anáforas são dependentes em sua categoria de vinculação, que é definido (Miotto *et alli.*, 2004) como o domínio mínimo que contem a anáfora e um sujeito acessível. Os pronomes, por outro lado, estão livres em sua categoria de vinculação, que é outra vez o domínio mínimo que contem o pronome e um sujeito acessível. Ou seja, a presença de um sujeito sentencial cria um domínio mínimo para a vinculação. Nos exemplos em (61), podemos constatar que os complementos infinitivos definem a categoria de vinculação para a anáfora – vinculada em (61a), bem como a categoria de vinculação para o pronome (*e/le*) – livre em (61b). Este fato sugere que o DP que segue o verbo de percepção é de fato o sujeito do complemento do infinitivo.

- (61) a. João_j viu seus filhos_i se_{i/*j} vestir.
b. Os policiais_i viram os bandidos_i atirar neles_{*i/j/k}.

3.3 O GERÚNDIO

O gerúndio como complemento de verbos P&C não é objeto de nosso estudo, contudo é importante analisarmos suas propriedades para que possamos traçar um quadro mais completo das propriedades semânticas e sintáticas dos complementos infinitivos.

- (62) a. Eu vi Maria dormir.
b. Eu vi Maria dormindo.

A diferença entre as sentenças em (62) é tanto relacionada à estrutura quanto à questão do aspecto. Em (62a) o aspecto é perfectivo e em (62b) o aspecto é imperfectivo.⁴⁰ Quanto à estrutura, existe uma diferença sintática, pois de acordo com algumas análises (Rothstein 1995, 2001; Foltran, 1999, 2000 *apud* Rodrigues, 2006), o verbo no gerúndio em (62b) é um adjunto e estabelece uma predicação secundária com o sujeito do infinitivo (*Maria*), no exemplo em (62). A sentença pode ser parafraseada como (62c). Dessa forma, não podemos considerar o sintagma verbal formado pelo gerúndio como um único constituinte.

(62) c. Eu vi Maria *enquanto* ela dormia.

O gerúndio acima denota um estado de Maria quando eu a vi. Conforme vimos acima, quando o objeto da percepção é construído com uma sentença infinitiva, denota um evento; com uma sentença no gerúndio, denota um estado. Ambos marcam algo concreto, real, que de fato aconteceu, pois a percepção é direta. Dessa forma é fácil perceber porque não podemos utilizar gerúndio com verbos causativos. Estes verbos não denotam eventos, e sim proposições, quando com complementação infinitiva.

O verbo *fazer*, porém, também denota um evento e não aceita o gerúndio. A diferença é que este verbo marca uma relação de causa e efeito entre o causador e o resultado. O efeito é resultado de uma causa, é produto final de uma ação e por esse motivo não pode aparecer como gerúndio – aspecto imperfectivo e estado do que foi visto.

3.4 CONCLUSÃO

Nesta seção, consideramos inicialmente que os complementos flexionados de verbos P&C do PB, além de apresentarem um sujeito nominativo, formam um

⁴⁰ A questão de aspecto semântico é um pouco mais delicada e precisa ser trabalhada com mais calma. No entanto, como não se aplica ao escopo desse trabalho, apenas assumimos o caráter perfectivo e imperfectivo do infinitivo e do gerúndio, já bem definidos pela literatura. No capítulo 2 discutiremos como o aspecto entra na estrutura sintática, segundo a proposta com Castillo (2001).

constituente único, objeto do verbo da percepção. Examinamos então os complementos não-flexionados com o objetivo de mostrar que formam também um único constituinte: os fatos discutidos mostram que esta análise é ao menos plausível. O constituinte único formado indica um evento ou uma proposição e é o argumento dos verbos P&C. Nos complementos infinitivos flexionados, o DP que segue os verbos P&C tem Caso nominativo verificado dentro do domínio da encaixada; quando o complemento é não-flexionado, este DP tem Caso acusativo verificado pelo próprio verbo P&C. Para nossa análise, quando nos referirmos à complementação de verbos P&C, estaremos tratando da complementação verbal infinitiva (com ou sem flexão).

Resumindo o quadro traçado até aqui, verificamos o seguinte em relação aos verbos P&C:

- São diferentes de outras classes verbais (verbos epistêmicos ou volitivos, por exemplo) em relação às possibilidades de complementação (nominal e verbal – com infinitivos);
- São diferentes em relação ao tipo de informação denotada (evento ou proposição)
- Ambos aceitam complementação com infinitivo (com e sem flexão);
- O complemento infinitivo é um constituinte único e seu DP é o sujeito do infinitivo;

Além dessas considerações, sabe-se que construções com infinitivos não-flexionados são construções ECM, ou seja, o DP tem caso acusativo. Quando o infinitivo é flexionado, o caso do DP é nominativo.

A descrição que apresentamos dos complementos infinitivos de verbos P&C no PB mostra também que os complementos flexionados devem receber uma análise diferente daquela que corresponde aos complementos não-flexionados. Assim é importante determinar qual estrutura corresponde a cada tipo de complemento. Faz-se necessário investigar a questão do tempo e da negação, verificando quais categorias funcionais podem ser licenciadas por tais elementos, o que faremos a seguir. Dessa forma, poderemos estabelecer a que tipo de categoria os complementos infinitivos P&C estão

vinculados. No capítulo 2, discutiremos a estrutura sintática do complemento infinitivo de verbos P&C numa abordagem minimalista.

4. A QUESTÃO DO TEMPO NOS COMPLEMENTOS DE VERBOS P&C

Stowell (1982) discute a questão do tempo nos infinitivos. Basicamente a idéia defendida pelo autor é: o infinitivo possui um tempo não-especificado, isto é, não apresenta nem passado nem presente. Sendo assim, a interpretação que infinitivos têm é de um possível futuro. Abaixo, reproduzimos os exemplos de Stowell:

- (63) a. Jenny remembered [PRO to bring the wine].
‘Jenny lembrou-se de trazer (infinitivo) o vinho’
- b. Jenny remembered [PRO bringing the wine].
‘Jenny lembrou-se de trazer (gerúndio) o vinho’

Stowell (*op. cit.*) defende que, em cada um dos casos, o tempo do complemento é não-realizado em relação ao tempo da oração matriz. Com isso, em (63a) *Jenny*, no momento em que se lembra de trazer o vinho, ainda não o fez. O tempo do gerúndio em (63b) é “*completely malleable to the semantics of the governing verb*”. (Stowell 1982: 563)⁴¹

De outra maneira, a idéia defendida seria a seguinte: o infinitivo possui um tempo não-especificado – um traço do tipo vazio – isto é, não apresenta nem passado nem presente. Sendo assim, a interpretação que infinitivos têm é de um possível futuro. Parafraseando os infinitivos (63) em finitas (64) fica clara a idéia de que o infinitivo possui uma “carga” temporal de futuro – que é de fato realizada por um modal, enquanto o tempo do gerúndio parece ser maleável. Toda vez que o infinitivo com uma

⁴¹ Aqui me parece que não é o tempo do gerúndio, e sim o aspecto.

possível interpretação de futuro puder ser parafraseado com uma sentença finita, esta oração finita contém um verbo ‘modal’. (cf. Butler (2004), p.136).

- (64) a. Jenny remembered [that she should bring the wine].

‘Jenny lembrou-se que ela deveria trazer o vinho’

- b. Jenny remembered [that / when she brought the wine].

‘Jenny lembrou-se que/ quando trouxe o vinho’

Os exemplos do autor são todos com o verbo *lembrar-se*, um verbo psicológico⁴² que apresenta sujeito correferente, e isso não ajuda muito em nossa análise, pois com verbos P&C, o sujeito vazio não é correferente aos dois verbos da sentença (existe correferência com pronome reflexivo) e, em nossos exemplos, a complementação infinitiva aparece sem preposição. Utilizaremos, entretanto, a mesma idéia de um possível futuro com verbos P&C no PB. Começamos pelos verbos perceptivos.

- (65) Vi as crianças sair (em).

A sentença (65) não parece ter uma leitura de possível futuro⁴³; ao contrário, parece ter traços de passado bem marcados independentemente da flexão no infinitivo. O tempo é definido pelo verbo matriz, de acordo com Wurmbrand (2007, p. 11): “*infinitives receive a simultaneous interpretation*”.

Wurmbrand (2007) argumenta também que infinitivos com interpretação de futuro diferem crucialmente de sentenças finitas futuras. O futuro no infinitivo é ‘relativo’, ou seja, o evento da sentença encaixada pode ocorrer antes do tempo de fala, desde que seja depois do tempo do evento indicado pelo verbo matriz. Abaixo um exemplo da autora:

⁴² Predicados psicológicos nomeiam o modo *mental* de percepção do evento codificado no complemento (cf. Noonan (1987) p.130 *apud* Freire, 2005). Outros verbos psicológicos: *aborrecer, agradar, comover, contrariar, desagradar, desgostar, detestar, entristecer, esquecer-se, gostar, impressionar, interessar, lamentar, lembrar-se, ofender, preocupar, recordar-se, surpreender*.

⁴³ Roberta Pires de Oliveira (comunicação pessoal) nos atenta para o fato de que na interpretação imaginativa, que é psicológica, o tempo do evento pode ser futuro: Eu vi João virar um ótimo médico.

- (66) a. Leo decided a week ago that he will go to the party (*yesterday).
'Leo decidiu há uma semana atrás que ele irá para a festa (*ontem)'
- b. Leo decided a week ago to go to the party yesterday.
'Leo decidiu há uma semana atrás ir para a festa ontem'

Os exemplos de Wurmbrand (*op. cit.*) não parecem, no entanto, funcionar com verbos perceptivos, como em (67):

- (67) a. *Há uma semana atrás, Leo viu que Pedro vai para a festa (*ontem).
b. *Há uma semana atrás, Leo viu Pedro ir para a festa ontem.

De acordo com Rodrigues (2006), nos complementos infinitivos de verbos perceptivos, o tempo da encaixada é dependente do tempo da principal. Felser (1999) afirma que a interpretação temporal do evento descrito pelo complemento infinitivo de um verbo de percepção é idêntica à interpretação temporal dada ao evento expresso pela sentença matriz. (p. 39) O evento dos verbos perceptivos deve ser interpretado como simultâneo à percepção, como em (68).

- (68) *Maria está vendo hoje os meninos brincar(em) no jardim ontem.

O evento da percepção está ligado ao tempo marcado pelo advérbio temporal na oração encaixada, que só permanece gramatical enquanto existe uma relação com o tempo presente na matriz. Em (69a) e (69b), os advérbios *ontem* e *hoje* são 'regidos/licenciados' pelo tempo passado do verbo perceptivo matriz. Em (69c) o advérbio *amanhã* requer um outro tempo no perceptivo da matriz, como em (69d). A sentença em (69e) é possível apenas com uma leitura imaginativa:

- (69) a. Eu vi [Maria correr ontem].
b. Eu vi [Maria correr hoje].
c.*Eu vi [Maria correr amanhã].
d. Eu verei [Maria correr amanhã].
e. Eu vejo [Maria correr amanhã].

Com base nos exemplos anteriores, verifica-se que os complementos infinitivos apresentam dependência temporal. Em contraste com os complementos finitos, verifica-se que a referência temporal das sentenças finitas pode ser independente da sentença matriz, conforme ilustrado em (70). De acordo com Miller & Lowrey (2003, *apud* Rodrigues, 2006), isto ocorre devido ao fato de que o processo indicado pela completiva é inteiramente livre e independente daquele da principal. A percepção é de fato indireta, é uma percepção psicológica e por isso há a independência do tempo da matriz.

- (70) Maria está vendo hoje que os meninos brincaram no jardim ontem.

Portanto, para os verbos perceptivos, adotamos a mesma proposta de Rodrigues: nos complementos infinitivos de verbos perceptivos, o tempo da encaixada é dependente do tempo da principal. Vejamos agora a complementação de verbos causativos.

- (71) Mandei as crianças brincar (em).
(72) Deixei as crianças brincar (em).
(73) Fiz as crianças brincar (em).

Diferentemente do tempo nos verbos perceptivos, com os verbos causativos, o tempo da encaixada não parece ser simultâneo ao tempo do verbo matriz. Nos exemplos em (71) e (72) o tempo em que *as crianças* brincaram – se é que elas

brincaram - não parece ser simultâneo ao tempo de causatividade. Quanto ao exemplo em (73) parece que *as crianças* brincaram no momento em que o evento foi causado. Talvez essa leitura de tempo seja possível uma vez que os dois primeiros exemplos denotam proposições e o último denote evento, como vimos na seção 3.1. Para verificarmos a questão do tempo, parafraseamos os exemplos anteriores com advérbios temporais.

(74) Ontem mandei as crianças brincar(em) hoje.

(75) Ontem deixei as crianças brincar(em) hoje.

(76) ??Ontem fiz as crianças brincar(em) hoje.

Com os exemplos de Wurmbrand (2007), também testados com os perceptivos, o argumento da autora em relação ao futuro não se aplica, uma vez que os verbos causativos pedem complementação com o subjuntivo.

(77) a. Há um mês atrás, Daniela mandou / deixou que Flávia fosse para a festa (ontem).

b. Há um mês atrás, Daniela mandou / deixou Flávia ir para a festa ontem.

De qualquer forma, nos verbos causativos, o tempo da encaixada também é dependente do tempo da principal nos complementos infinitivos. A proposição dos verbos causativos não deve ser interpretada como simultânea à causativização, mas sim como posterior, como em (78).

(78) *Eu sempre deixo / mando os meninos surfar(em) ontem.

A interpretação temporal da proposição dada pelo complemento infinitivo de um verbo causativo não é idêntica à interpretação temporal da matriz, mas sim relativa. A

proposição do infinitivo deve ocorrer depois do tempo da proposição do verbo matriz (79).

- (79) a. Maria está mandando / deixando hoje os meninos surfar(em) amanhã.
b. *Maria está mandando / deixando amanhã os meninos surfar (em) hoje.
c. Maria mandou / deixou ontem os meninos surfar (em) hoje.
d. *Maria mandou / deixou hoje os meninos surfar (em) ontem.
e. Maria vai mandar / deixar amanhã os meninos surfar na semana que vem.
f. *Maria vai mandar / deixar na semana que vem os meninos surfar amanhã.

No contraste dos complementos infinitivos com os finitos, que não expressam restrições temporais, verifica-se que a referência temporal das sentenças finitas também não pode ser independente da sentença matriz, como ilustrado em (80). Dessa forma, verificamos que o processo indicado pela completiva não é inteiramente livre e independente da principal. Em relação aos verbos causativos, o tempo da encaixada também é dependente do tempo da principal - via sucessão. Já com verbos perceptivos, a sentença encaixada estabelece uma relação de simultaneidade no que se refere ao tempo e por este motivo pode aparecer no gerúndio.

- (80) *Maria está mandando hoje que os meninos surfem ontem.

O verbo *fazer*, novamente se mostra um pouco mais complicado em nossa análise, pois é agramatical quando substituímos (77) por (81):

- (81) a. *Há um mês atrás, Daniela fez com que Flávia fosse para a festa (ontem).
b. *Há um mês atrás, Daniela fez Flávia ir para a festa ontem.

Nossa conclusão é que, por denotar um evento, o verbo *fazer* se comporta exatamente como os verbos perceptivos em relação à simultaneidade temporal existente entre a sentença matriz e a encaixada.

5. A NEGAÇÃO NOS COMPLEMENTOS DE VERBOS P&C

Como apontamos na seção 3.1, a negação do verbo principal ajuda a identificar a relação de factividade do complemento. Nesta seção, verificamos é a possibilidade de a negação aparecer na sentença encaixada e qual tipo de estrutura sintática a negação nos revela. Ressaltamos que nosso intuito não é discutir densamente o estatuto de todas as sentenças negativas no PB. Para tanto destacamos os trabalhos de Boivin (1988), Pollock (1989), Zanuttini (1991), Mito (1991), Guasti (1993) e Felser (1999).

Com verbos perceptivos, as opiniões sobre as possibilidades de negação nos complementos são bastante divergentes. Castillo (2001), em trabalho sobre o espanhol, afirma que verbos de percepção não aceitam facilmente a ocorrência de um marcador negativo, em oposição aos predicados volitivos e epistêmicos. A idéia de que verbos de percepção aceitem complementos negativos iria contra a proposta que Castillo procura defender em seu trabalho: a de que verbos perceptivos não apresentariam uma projeção temporal, apenas uma projeção de aspecto.⁴⁴

Rodrigues (2006) apresenta exemplos que mostram que os complementos infinitivos dos verbos de percepção podem ser negados no PB.

- (82) a. Maria viu os alunos não responder (*em*) à questão do professor.
b. Eu vi os carros não parar (*em*) no sinal vermelho.

(Rodrigues, 2006, p. 78)

⁴⁴ A questão das projeções de categorias funcionais que envolvem verbos perceptivos, bem como a dos verbos causativos será discutida no próximo capítulo.

Não é só no PB que a negação de complementos infinitivos ocorre. Guasti (1993) aponta que esse fenômeno também é possível no italiano. Miller (2003) afirma que a negação desse tipo não só é possível no inglês e no francês, como também é grande o número de ocorrências. O que torna essa questão tão discutida diz respeito à aceitabilidade da negação. Para Boivin (1998), a dificuldade na aceitação deste tipo de construção é por que a negação de um complemento infinitivo com verbos de percepção implica na percepção da ausência de um evento. De acordo com Miller (2003), as dificuldades aparentes com a interpretação destas construções desaparecem em um contexto apropriado.

Portanto, em PB a negação parece funcionar tanto no verbo de percepção quanto no complemento, conforme (74a) e (74b).

- (83) a. Eu **não** vi [Maria pular].
b. Eu vi [Maria **não** pular].

Analisando (83), percebemos que é possível a negação do evento de pular e que existe uma diferença semântica quando a negação é feita na sentença matriz e quando a negação é feita na sentença encaixada. Mas que informação é de fato passada? O que eu sei a partir de (83a) e (83b)?

Em (83a) eu não sei se *Maria* pulou ou não, pois *eu não vi*. Já em (83b) infere-se que *eu vi* alguma coisa que *Maria* fez, e sei que ela fez qualquer coisa que não seja um evento de pular.

Da mesma maneira, mais um exemplo, retirado de Rodrigues (2006):

- (84) a. Eu **não** vi o carro parar na faixa de pedestres.
b. Eu vi o carro **não** parar na faixa de pedestres.

Em (84a) o que se nega é a percepção do evento. O evento simplesmente não foi visto e não se sabe se o carro parou ou não na faixa de pedestres. Já em (84b), sabe-se

que o carro não parou na faixa de pedestres. A negação em (84a) se refere à percepção: o que aconteceu foi NÃO VER – isto é, a não-percepção enquanto em (84b) o evento não aconteceu, mas a percepção sim: o que foi visto foi que o evento não foi um evento de parar (na faixa de pedestres). Exploramos esse ponto abaixo.

Em outra análise, poderíamos dizer que a negação em (84b) é uma negação metalingüística ou uma negação que precisa de um contexto para que possa ocorrer. Só faz sentido usar (84b) se alguém disse antes: *O carro parou na faixa de pedestres. Não, eu vi o carro não parar na faixa de pedestres.* Parece ser o caso que houve um evento de parada, mas está se negando que tenha sido na faixa de pedestres.

A intuição do falante não consegue, nesse caso, definir se o escopo da negação é em relação ao local de parada (se assim for o carro parou, mas não na faixa de pedestres) ou se o escopo é o próprio verbo (nesse caso o carro não parou, mas seguiu). Apesar de parecerem diferentes, a idéia subjacente é basicamente a mesma: a percepção ocorre, e por isso um evento deve existir (qualquer que seja esse evento). A negação, portanto, não implica na não-existência do evento. Talvez não tenha havido um evento de parar (e sim de seguir), ou talvez não tenha havido um evento de parar na faixa de pedestres (e sim na calçada).

Segundo Miller (2003), as dificuldades aparentes com a interpretação destas construções desaparecem em um contexto apropriado e esse tipo de negação está mais relacionado à escolha dos falantes, não a um problema gramatical. Esta idéia também é assumida em Varzi (2006). Em nossa análise, assumimos que a negação num complemento infinitivo de verbo P&C parece estar sempre ligada há uma pressuposição.⁴⁵

Mas será que existe mesmo a necessidade de nos referirmos aos eventos do mundo de maneira negativa? Varzi (2006) afirma que uma boa descrição dos eventos no mundo deve incluir eventos tomados como negativos. De fato a questão que se coloca é: será que todos os não-eventos merecem uma descrição no nosso inventário de mundo?

A pergunta entra em choque quando a confrontamos com a ‘navalha de Ockham’, uma discussão filosófica há muito tempo presente na literatura, que afirma que

⁴⁵ Agradecemos ao Varzi (comunicação pessoal) por nos atentar pra a questão.

entidades desnecessárias não devem ser criadas. A questão então é saber se eventos negativos são de fato necessários no mundo. Para o autor, um não-evento descreve um evento positivo, descrito de maneira negativa. Logo, não há eventos negativos no mundo, mas descrições negativas de eventos positivos.

Surge então a questão do que seria realmente um evento.

Para Varzi (*op. cit*) eventos “*are unrepeatable entities located in space and time*”. Tais eventos, ainda segundo o autor, podem ser descritos de várias maneiras, da mesma forma que descrevemos um dado objeto no mundo.

(85) Fábio viu Patrícia não sair.

Fábio, do exemplo em (85), pode ser identificado de diversas formas: amigo do Gustavo, amigo da Patrícia, arquiteto, etc. Nenhuma dessas descrições se refere a um outro objeto no mundo. São maneiras diferentes (sentidos) de descrever o mesmo objeto: Fábio. Um evento também pode ser descrito de várias maneiras, incluindo descrições parciais e/ou ambíguas, que podem gerar mais de uma interpretação:

De acordo com a análise de *individual-events* adotada por Higginbotham (1983), o escopo da negação em (85) não deve incluir o quantificador eventivo implícito, já que isso (erroneamente) daria para a sentença a interpretação de *Fábio não viu Patrícia sair*. Para o autor, existe uma implicação meramente para reportar uma circunstância na qual o falante / ouvinte esperava o contrário do denotado pela negação do complemento. Isso mostra que a idéia de que existe pressuposição quando se nega o complemento de um verbo perceptivo é também assumida pelo autor.

Na sentença (85), não significa dizer que Fábio viu uma ação que Patrícia não fez. A idéia é que Fábio viu uma ação que Patrícia fez ao invés de sair, *se esconder*, por exemplo, daí (86):

(86) Fábio viu Patrícia se esconder.

Ambos os exemplos descrevem o mesmo evento, sob diferentes óticas, diferentes descrições. A questão de qual das duas é mais apropriada é pragmática, e depende da escolha de cada falante em cada contexto. Se era esperado que Patrícia saísse e ela não saiu, descrever o evento com a estrutura em (85) (*não sair*) parece ser mais significativo que (86) (*se esconder*). Escolhemos nossas palavras para descrever os eventos no mundo, dependendo do tipo de informação que queremos veicular. Essa escolha depende do contexto, portanto, é uma função pragmática.

Semanticamente, a questão de um não-evento não ter referência no mundo é problemática. Dessa maneira, a não ocorrência de um não-evento no mundo é mais um argumento que sustenta a nossa hipótese de que eventos negativos de fato não existem; são descrições negativas que tomam como entidade no mundo eventos positivos. A estranheza de tais construções deve ser semântica e/ou pragmática. (Miller, 2003, p.2).

Boivin (1998), Guasti (1993) e Miller (2003)⁴⁶ afirmam que a negação no complemento infinitivo de verbos perceptivos é uma negação da sentença. De acordo com Guasti (1993), a negação da sentença, ao contrário da negação do predicado, tem um escopo nos complementos do verbo, desde que se aplique a todos os componentes da proposição onde aparece. A distinção entre a negação da sentença e aquela do predicado é importante na medida em que duas estruturas diferentes são propostas para dar conta destes dois tipos de negação. O marcador da negação, de acordo com Zanuttini (1996 *apud* Rodrigues, 2006), quando é uma negação da sentença é o núcleo de uma projeção funcional NegP; quando o marcador é uma negação de predicado, é um elemento adverbial numa posição de adjunto na estrutura.

De acordo com Negrão *et al.* (2002 *apud* Rodrigues, 2006) no PB, o elemento negativo *não* em posição pré-verbal exprime, de fato uma negação sentencial. (Também em Miotto, 1991, p. 92; Guasti, 1993). Nos complementos infinitivos de verbos P&C o elemento negativo *não* também aparece em posição pré-verbal, não havendo razões para não assumirmos a mesma análise de Negrão *et al.* (2002 *apud* Rodrigues, 2006) de funcionar como uma negação sentencial, também assumida por Rodrigues (2006).

⁴⁶ Miller (2003) acredita que esse tipo de negação esteja mais relacionado à escolha dos falantes, não a um problema gramatical. Para uma discussão mais completa sobre os complementos negativos na percepção direta, remetemos o leitor a esse autor.

O problema parece estar mesmo em relação à negação de um evento, pois a relativa estranheza gerada com a negação dos complementos de verbos perceptivos desaparece com o verbo *mandar*, como em (87).

(87) O advogado mandou o cliente não falar com repórter.

Por se tratar de uma proposição, algo não concreto, parece plausível admitir *mandar alguém não fazer*, em oposição a *ver alguém não fazer*. A negação de um complemento infinitivo de um verbo causativo implica qualquer outra ação exceto a ação expressa pela negação do complemento. Em (87), por exemplo, o que o advogado mandou foi que o cliente fizesse qualquer outra coisa que não fosse falar com o repórter.

Com o verbo *deixar*, a questão de duas significações apontada anteriormente também reaparece.

(88) O advogado deixou o cliente não falar com o repórter.

A sentença parece boa dentro de um contexto e os falantes não conseguem saber ao certo se o sentido do verbo *deixar* é o de ‘*permitir*’ – *O advogado permitiu que o cliente não falasse com o repórter* ou o de ‘*não impedir*’ – *O advogado não impediu que o cliente não falasse com o repórter*.⁴⁷

Para Varzi (2006) a negação num complemento de verbo causativo também é fruto da escolha do falante. Algumas vezes podemos enunciar um evento causativo como uma explicação da causa, que, para ser eficaz, deve conter a informação correta, ou seja, o que é relevante para o contexto. As descrições negativas da causativização são apenas mais informativas de um ponto de vista pragmático do que as descrições positivas.

⁴⁷ A sentença foi testada com 10 falantes em relação ao sentido o verbo *deixar* e as opiniões foram divergentes. Como entender “semanticamente” as significações do verbo *deixar* é uma questão que se apresenta mais densa e merece, portanto, um estudo próprio.

6. AS CONSTRUÇÕES ECM EM PB

Ao longo desse capítulo analisamos várias propriedades dos verbos P&C. Nesta seção, retornaremos às duas principais: Caso e unidade sintática. Como mostramos, nas construções com verbos P&C o sujeito de um infinitivo recebe o Caso acusativo que normalmente é atribuído ao objeto do verbo matriz. É a chamada marcação excepcional de Caso (ECM).

Quanto ao complemento, verificamos que ele constitui um único objeto sintático, um constituinte único, que, segundo Rothstein (1995), apresenta a estrutura como (89a):

- (89) a. $[_{VP} \ V \ [_{SC} \ NP \ XP]]$
b. $[_{VP} \ V_{(perceptivo/causativo)} \ [_{SC} \ NP \ Infinitivo]]$

Em (89b) apresentamos a estrutura proposta, já aplicada aos verbos de nosso estudo. A partir de agora quando nos referirmos aos verbos P&C, diremos verbos ECM, por constituírem os dois únicos tipos verbais no PB que selecionam como complemento um DP mais um infinitivo (com ou sem flexão) – um constituinte único. A esse constituinte, chamaremos de *Small Clause* (SC) verbal.

Numa sentença complemento de verbos P&C o verbo pode aparecer com ou sem flexão, como já destacamos anteriormente. Se o complemento contiver um infinitivo flexionado, o sujeito recebe caso da flexão do verbo no complemento. A relação de marcação casual se estabelece entre o sujeito e o verbo da encaixada, dentro do constituinte único. Quando o verbo do complemento aparece sem flexão, o sujeito recebe caso do verbo P&C, presente na sentença matriz. Assume-se então que o verbo matriz atribui caso excepcionalmente para o constituinte único, para a SC verbal.

Quando os complementos infinitivos aparecem flexionados, estes concordam em número com o DP que segue o verbo P&C. Quando o DP é um pronome, este pronome recebe Caso nominativo da flexão, atribuído dentro do domínio da encaixada e

constitui, portanto o sujeito do infinitivo, não havendo razão para argumentarmos que o DP é objeto do verbo P&C. Por esse motivo, tais construções devem necessariamente ser analisadas como um constituinte único (cf. Rodrigues, 2006, p.54).

O termo SC foi introduzido por Williams (1975, *apud* Cardinaletti e Guasti, 1995) e se refere a uma relação de predicação secundária que, em oposição ao termo *full clause*, é mais pobre, morfológicamente falando, que a segunda. O predicado numa SC pode ser um verbo não-finito (infinitivo, gerúndio, particípio), um adjetivo, uma preposição ou um substantivo e expressa uma relação de sujeito-predicativo.

Quanto à estrutura interna da SC complemento de verbos ECM, duas teorias principais são propostas. A seguir, uma apresentação em linhas gerais:

Teoria da Predicação: Williams (1981, 1983), Emonds (1985) e Schein (1995)⁴⁸.

Afirmam que os elementos que compõem a SC complemento não constituem um só objeto sintático. A idéia principal dessa teoria é que, por meio da regra de predicação, dois elementos – NP e X – são co-indexados (ou combinados de alguma maneira). Sob esta análise, um verbo de percepção como *ver*, teria dois complementos, combinados por uma relação de predicação, conforme (90)

(90) Joana viu DP XP.

A análise de (90) indica que o DP, i.e. o sujeito da SC, é o argumento externo da projeção máxima. Se for este o caso, não é necessária a posição de especificador de XP, embora o DP sujeito tenha que comandar XP.

(91) a. Joana viu [Pedro] [sair].

b. Joana mandou [Pedro] [sair].

⁴⁸ Referências citadas em Cardinaletti & Guasti (1995).

Nestas sentenças o verbo *sair* predica sobre *Pedro* sem constituir uma unidade sintática. *Pedro* é o núcleo de uma categoria distinta da categoria do seu predicativo. Se os dois constituintes que seguem o verbo principal não formam um único objeto, então é estranho verificar que o verbo *ver* e o verbo *mandar* podem selecionar tematicamente apenas o NP *Pedro*.

Teoria da Small Clause: Stowell (1981, 1983), Chomsky (1981, 1986), Radford (1988), Bowers (1993) e Hoekstra (1999)⁴⁹.

O ponto principal desta teoria é que o NP sujeito e o XP predicado formam um único constituinte em todos os níveis de representação, sendo toda a SC selecionada pelo verbo principal.

- (92) a. Joana viu [[Pedro sair]].
b. Joana mandou [[Pedro sair]].

Consequentemente o verbo matriz, seleciona toda a SC. De acordo com a teoria da Small Clause as propriedades de subcategorização de um verbo são sempre as mesmas, por exemplo, o verbo *ver* em (92a) seleciona ou um DP/NP ou uma sentença. Dessa forma, de acordo com Lundin (2003), a uniformidade de entradas lexicais (Chomsky 1981, p.106) é motivada pela atribuição de papel temático: os verbos *ver* e *mandar*, por exemplo, nunca atribuem papel temático para dois argumentos, mas apenas para um DP argumento ou um argumento proposicional (sentencial).

No entanto, no que se refere à estrutura interna da SC complemento de verbo ECM, outra questão se apresenta: a categoria que domina a SC é somente lexical ou pode também ser funcional? Algumas teorias se apresentam:

⁴⁹ Referências citadas em Lundin (2003).

→ Versão-XP da Teoria da SC: Stowell (1981, 1983)

A SC é a projeção máxima da categoria do seu predicado.

XPs lexicais (NP, AP, VP, PP) funcionam como domínios de predicação.

→ Versão-IP da Teoria da SC: Raposo e Uriagereka (1990)

As SCs apresentam uma categoria funcional dominando AP, VP, NP ou PP

XPs funcionais (IP ou AgrP) funcionam como domínios de predicação.

Em nossa análise, como mostramos acima, consideramos que o complemento dos verbos ECM forma apenas um constituinte. Adotamos, portanto, a Teoria da *Small Clause*.

No capítulo seguinte, a fim de compreendermos melhor os verbos ECM no PB, discutiremos algumas análises relacionadas ao complemento único dos verbos P&C. Apresentaremos diferentes análises do fenômeno em diferentes línguas com o intuito de aprofundar as propriedades discutidas neste capítulo e buscar uma análise que dê conta dos verbos P&C no PB.

Propostas Minimalistas para ECM em PB

1. INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, discutimos a estrutura de verbos P&C, que são verbos ECM no PB. No entanto, os verbos ECM são diferentes de língua para língua, tanto em quantidade, quanto em propriedades que os caracterizam. Trataremos aqui de algumas dessas propriedades translingüísticas, ressaltando que nosso objetivo são os verbos ECM, mais especificamente os verbos P&C no PB. A comparação com outras línguas serve apenas para clarear a estrutura de tais verbos, a fim de entendê-los no PB. Dessa forma, descreveremos quatro propostas recentes para verbos ECM no quadro minimalista, buscando verificar qual dessas propostas melhor explica os verbos P&C no PB.

Neste capítulo, nosso objetivo, portanto, além de apresentar e analisar algumas propostas de derivação de sentenças com verbos P&C com complementação infinitiva dentro do quadro teórico do minimalismo, é verificar a que melhor se aplica aos verbos P&C no PB, tendo em vista as propriedades apresentadas no capítulo anterior e as questões relacionadas à aquisição de tais verbos (que apresentaremos no capítulo 3). Como assumimos que o complemento do verbo ECM é um único constituinte, todas as análises que apresentamos assumem o mesmo. As implementações, entretanto, são distintas.

2. A SC COMPLEMENTO E AS CATEGORIAS FUNCIONAIS

Verbos ECM têm como característica principal atribuir caso acusativo ao argumento externo do verbo que aparece na oração encaixada, ou seja, atribuir caso ao argumento de outro núcleo, como já mostrado anteriormente. Entretanto, algumas propriedades são bastante diferentes de língua para língua. A primeira delas é a questão de como o complemento de verbos ECM aparece, ou seja, como se configura a SC complemento, conforme vimos ao final do capítulo anterior.

No PE, como vimos na seção 1.3, a ordem dos constituintes que complementam os verbos ECM é diferente da ordem encontrada no PB. No PE, a configuração dos verbos causativos, por exemplo, é a mesma tradicionalmente encontrada nas línguas românicas em geral, ou seja, verbo no infinitivo seguido do sujeito do infinitivo. O mesmo não ocorre no PB, em que a ordem sujeito e verbo no infinitivo parece ser a única possível para estes verbos⁵⁰.

Algumas semelhanças entre os verbos P&C também podem ser encontradas nas diversas línguas. No inglês, por exemplo, mesmo havendo várias classes de verbos ECM que aceitam infinitivos como complementos, apenas a classe de verbos P&C apresenta complemento infinitivo sem a partícula *to*, conhecido por ‘infinitivo nu’.

- (1) I saw / heard the car crash.

‘Eu vi/ ouvi o carro bater.’

- (2) I made the car crash.

‘Eu fiz o carro bater.’

- (3) I let the man go.

‘Eu deixei o homem ir.’

⁵⁰ Carlos Miotto (em comunicação pessoal) nos atenta para o fato de que em contextos de foco outras possibilidades se configuram (semelhantes às causativas nas demais línguas românicas). Mathias Schaf Filho (em comunicação pessoal) também atenta para o fato de que com outros tipos verbais, a ordem pode ser diferente.

(i) É sabido ser ele o culpado.

Cabe aqui apenas ressaltar esses pontos e destacar que os mesmos não fazem parte do escopo do nosso trabalho.

A principal questão que deriva do fato de o infinitivo aparecer ‘nu’ nestes verbos é em relação ao licenciamento de projeções funcionais, uma vez que a partícula *to* é geralmente analisada como núcleo da projeção T. De acordo com Guasti (1993), como T não está presente no complemento infinitivo do inglês, a sua estrutura seria a seguinte: o sujeito do infinitivo sobe para AgrSP, onde recebe caso acusativo do verbo P&C, visto que o verbo no infinitivo permanece no VP.

(3) I saw [_{AgrSP} Mary [_{VP} leave]]

De acordo com Chomsky (1993, p. 7), o núcleo funcional Agr, identificado pelos traços *phi* (pessoa, número, gênero), é responsável pela concordância do sujeito com o verbo. Além disso, o caso estrutural é uma manifestação da relação especificador-núcleo [NP, Agr]. Neste sentido, a presença de AgrS nos complementos infinitivos proposta por Guasti não é justificável pela atribuição de caso nominativo do sujeito ou dos traços de concordância no verbo, dado que o complemento infinitivo no inglês não apresenta nem o sujeito nominativo, nem concordância sujeito-infinitivo. Parece-nos assim que a categoria de Agr não é necessária na estrutura dos complementos do infinitivo e que os fatos notados por Guasti podem ser explicados por um outro tipo de estrutura.

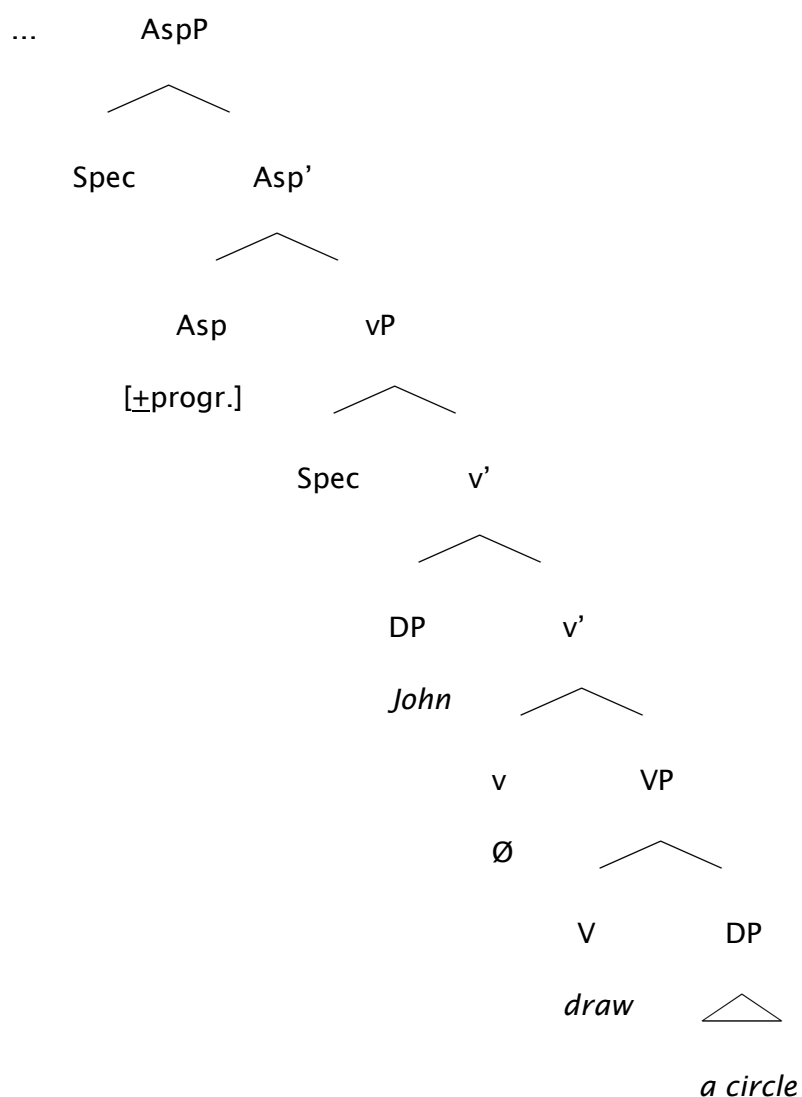
De qualquer forma, seguimos Chomsky (1995), que propõe que Agr seja eliminado da gramática, já que esta categoria não possui traços interpretáveis é uma categoria meramente relacional. De acordo com Chomsky, ao contrário de outras categorias funcionais (T, C, D), Agr existe unicamente por motivos internos à teoria, para fornecer uma configuração estrutural. A função de Agr seria exercida assim por outros núcleos funcionais, tais como T ou v, cuja presença é justificada independentemente. Sustentamos assim que os complementos infinitivos do PB não constituem AgrSP.

Felser (1999, *apud* Rodrigues, 2006) propõe que os complementos infinitivos e os gerundivos dos verbos de percepção no inglês formam somente um constituinte, encabeçado pela categoria funcional Aspecto, especificada com o traço [\pm progressivo]. A estrutura básica de (4b), que representa os complementos de (4a), daria conta não somente da ausência dos complementadores e das marcas do tempo nestas

construções, mas também de suas características de construção ECM por que o complemento infinitivo (e/ou gerundivo) forma os constituintes sentenciais que se distinguem apenas pelo aspecto (Felser, 1999, p. 122).

(4) a. We saw John draw a circle.

b.



Assim, de acordo com Felser, em inglês o complemento gerundivo tem um aspecto progressivo [+prog], ao contrário do complemento infinitivo, onde o aspecto é não-progressivo [-prog]. Progressivo marca uma situação contínua, em desenvolvimento

e incompleta. Dessa forma, o complemento do infinitivo implica, normalmente, que o evento descrito foi observado em sua totalidade. Esta diferença na interpretação, ilustrada em (5), corresponderia à distinção semântica entre o aspecto imperfectivo (progressivo) e o aspecto perfectivo (não-progressivo).

(5) a. I saw her drowning, but I rescued her.

b. #I saw her drown, but I rescued her.

(Felser 1999, p. 77)

Castillo (2003), ao discutir o aspecto dos complementos não-finitos dos verbos perceptivos em espanhol, afirma também que complementos infinitivos permitem somente uma leitura perfectiva, isto é, um evento interpretado como ‘dependente’, enquanto os complementos gerundivos são progressivos – denotam um evento ‘independente’.

Wachowicz (2003), que analisa o aspecto progressivo no PB do ponto da vista da aproximação composicional de Verkuyl (1993, 1999 *apud* Wachowicz, 2003), discute que a interpretação durativa do progressivo é devida à morfologia *-ndo* do verbo principal na perífrase progressiva, que funciona como um operador que age no VP e traz à sentença o valor durativo.

No que se refere aos complementos infinitivos, que não apresentam marca morfológica de aspecto no verbo, considera-se que não sejam especificados para aspecto no infinitivo. A idéia então defendida é a de que o aspecto do infinitivo é independente do aspecto da matriz; ao contrário do que foi mostrado em relação a tempo.⁵¹ Como evidência para essa hipótese, contrastamos os exemplos em (6) e (7) do PB, que são diferentes apenas quando comparamos o aspecto do verbo perceptivo, perfectivo em (6) e progressivo em (7).

⁵¹ Conforme mostramos na seção 4, em verbos perceptivos a sentença encaixada estabelece uma relação de simultaneidade ao tempo da sentença principal. Com verbos causativos, o tempo da encaixada também é dependente do tempo da principal - via sucessão.

- (6) a. ?Eu vi a Maria se afogar, mas alguém a salvou.
b. Eu vi a Maria se afogando, mas alguém a salvou.
- (7) a. Eu estava vendo a Maria se afogar, mas alguém a salvou.
b. Eu estava vendo a Maria se afogando, mas alguém a salvou.

(Rodrigues, 2006, p. 157)

O complemento no infinitivo em (6a) torna a sentença agramatical, pois implica em uma ação considerada em sua totalidade, quando o gerúndio é o complemento (6b) a sentença é gramatical, considerando seu aspecto progressivo. O aspecto perfectivo do infinitivo em (6a) não é o resultado de uma característica [-prog] associada à forma do infinitivo, mas da dependência aspectual do infinitivo ao verbo de percepção, que está no passado simples, uma forma que expressa o aspecto perfectivo.

Em (7), onde o verbo perceptivo apresenta aspecto progressivo, constatamos que a agramaticalidade observada em (6) desaparece. A situação indicada pelo complemento infinitivo em (7a) não é mais vista em sua totalidade, nem é sentida como “completa”, podendo ser interrompida. Esta percepção é compatível com o aspecto indicado pelo verbo perceptivo. A comparação entre as construções (6a) e (7a) nos permite supor que o complemento infinitivo herdou o aspecto do verbo de percepção (cf. Rodrigues, 2006). Em relação aos verbos perceptivos, assumimos então que o complemento infinitivo assume o valor aspectual do verbo de percepção e que o aspecto progressivo é realizado no domínio de aspecto sintático, num núcleo funcional Aspecto, projetado na estrutura dos complementos infinitivos.

3. AS ANÁLISES DAS SCs COMPLEMENTOS DE VERBOS P&C

3.1 A ANÁLISE DE PIRES (2001)

O objetivo do texto de Pires é analisar as propriedades dos infinitivos em Português sob a perspectiva do licenciamento de sujeitos lexicais e nulos. São utilizados, para isso, dados do português europeu (PE), do português padrão do Brasil (PB padrão) e do português coloquial do Brasil (PB coloquial).

A análise tem como ponto de partida o comportamento dos infinitivos do português em relação às propriedades de controle, o que servirá de base para a caracterização dos tipos de sujeito que ocorrem com cada variedade de infinitivo. Para isto, o autor aplica aos dados do português alguns dos testes propostos por Hornstein (1999) para diferenciar controle obrigatório de controle não-obrigatório. Vejamos como funcionam esses testes para os dados do português:

❖ Necessidade de um antecedente local c-comandante:

- (8) a. [Os pais do Paulo]_j_k lamentam PRO_{*j/k} chegar tarde. (PE)
 b. [Os nossos pais] lamentam pro_j chegarmos tarde.
- (9) a. [Nossos amigos]_k detestam PRO_{*j/k} perder as coisas deles. (PB padrão)
 b. [Nossos amigos] detestam pro_j perdermos as coisas deles.

❖ Leitura *sloppy* de elipses:

- (10) a. O Paulo_j lamenta PRO_{j/*k} ter perdido e a Sílvia também.
 (=Sílvia lamenta ter perdido) (PE)
 b. O Paulo_j lamenta pro_k termos perdido e a Sílvia também.
 (=Sílvia lamenta nós termos perdido)

- (11) a. O Pedro_j aceita PRO_{j/*k} votar todas as propostas hoje e a Ana também.
(=Ana aceita votar todas as propostas hoje) (PB padrão)
- b. O Pedro_j aceita pro_k votarmos todas as propostas hoje e a Ana também.
(=Ana aceita que nós votemos todas as propostas hoje)

❖ Impossibilidade de ter antecedente cindido:

- (12) a. Eu_j convenci a Maria_k PRO_{k/*j+k} a viajar com o Paulo. (PE e PB padrão/
alguns informantes)
- b. Eu_j convenci a Maria_k pro_{j+k} a viajarmos com o Paulo.

Com os resultados dos testes e dado que todas as características apresentadas por orações de controle obrigatório são também características de movimento, o autor conclui que o infinitivo não-flexionado mostra comportamento de controle obrigatório e, portanto, seus sujeitos devem ser analisados como resultado de movimento de DP,⁵² enquanto o infinitivo flexionado, que mostra comportamento de controle não-obrigatório, tem como sujeito um DP lexical ou a categoria vazia *pro*.

A diferença entre os dois sujeitos existe basicamente devido a propriedades do T° dos dois tipos de infinitivo: o T° do infinitivo não-flexionado não pode checar os traços de Caso do DP inserido na posição de sujeito da oração encaixada, que então se move para checar esse traço com o T° da oração matriz. Seguindo a proposta minimalista de Chomsky (1999, 2001) de checagem de traços, Pires (2001: 112) faz a seguinte proposta de análise:

Um T° carrega um conjunto de traços-φ [-interpretável] que precisa ser checado por um DP 'concordante'. Somente um T° que carrega um grupo completo de traços-φ pode checar os traços de um DP. Finalmente, qualquer T° carrega um traço EPP [-interpretável] que pode ser checado pelo traço categorial de um DP. Um DP é capaz de checar o EPP e os traços-φ de mais de um T°. O T° de uma oração infinitiva (não-flexionada) é defectivo, isto é, não possui um conjunto completo de

⁵² Proposta feita em Hornstein (1999).

traços- ϕ , apesar de possuir o traço EPP. Este T° defectivo é incapaz de determinar concordância de Caso. Como este T apenas possui traço EPP [-interpretável], um DP pode ocupar a posição de seu especificador, mas não pode apagar o traço [-interpretável] de Caso.⁵³

Ou seja, nos casos de controle obrigatório o DP é inserido na posição de sujeito da oração infinitiva encaixada, mas, como não pode checar Caso nessa posição, se desloca para a oração matriz. Dessa forma, a relação anafórica que se estabelece entre os sujeitos é do tipo da relação de cadeia e o controle está explicado.

O T° das infinitivas flexionadas, por outro lado, tem um conjunto completo de traços- ϕ que são capazes de checar o Caso do DP, que então não se move para a matriz; por isso pode ocorrer aí um DP lexical ou um *pro*. Assim, os sujeitos das orações encaixada e matriz são interpretados independentemente um do outro, pois há a inserção de um sujeito na oração encaixada (nulo ou lexical) e outro na oração matriz.

Se essa proposta estiver correta, teremos de concluir que os sujeitos das orações infinitivas não-flexionadas e das flexionadas estão em distribuição complementar no português. Essa conclusão se deve ao fato de que as interpretações de controle obrigatório e de controle não-obrigatório estão relacionadas ao tipo de traços presentes no T das orações encaixadas e ao tipo de sujeito presente nos infinitivos, que são diferentes para uma e outra interpretação.

3.2 A ANÁLISE DE CASTILLO (2001)

Castillo analisa em seu artigo a configuração de estruturas ECM em espanhol, em especial a estrutura dos verbos perceptivos. A autora argumenta em favor de que os DPs sujeitos tenham um traço de tempo para ser checado contra um traço presente em TP (do inglês, *Tense Phrase*) e que os TPs em espanhol, não apresentam este traço, o que não permite que o sujeito seja interpretado temporalmente. (p.113) Estruturas ECM

⁵³ Observa-se que por esse tipo de proposta é necessário que se considere que um argumento pode receber mais de um papel- θ no curso da derivação.

devem ser analisadas como VPs encaixados em uma projeção de aspecto. O núcleo de AspP teria um traço [+/- perfectivo] que se combinaria com o traço na SC complemento.

Todas as relações de predicação precisam de uma interpretação temporal, e são os seus sujeitos que tipicamente iniciam uma relação de predicação com o predicado; portanto, os sujeitos devem ser interpretados temporalmente. Castillo então propõe a existência de um traço Tn, um traço abstrato de tempo que poderá, a depender do modelo de análise que se adote, vir para a derivação com um dado valor (para a autora, o traço é interpretável). Um núcleo verbal, independente de estar na matriz ou não, licencia um traço Tn para o DP na sua posição de especificador. A escassez de verbos ECM em espanhol – em comparação ao inglês – é atribuída à impossibilidade de se checar Tn no sujeito. Nada tem a ver com caso, já que a língua licencia caso estrutural em outros lugares.

A diferença paramétrica entre o inglês e o espanhol é que os infinitivos em espanhol não têm este traço em T que estabelece uma relação especificador-núcleo com o traço correspondente no sujeito do DP, não satisfazendo assim, o critério de tempo (*Tense Criterion*) proposto pela autora:

“...we will propose that there is a Tense Criterion, according to which an (interpretable) Tn feature of T has to stand in a Spec-head relation with a corresponding Tn feature of the DP subject. In this way, a subordinate subject is temporally interpreted in its own clause, and a matrix subject is interpreted in the matrix TP.” (p.122)

Para que o critério de tempo seja satisfeito, a sentença deve ter um TP com traço Tn. Se a sentença não tiver T, a interpretação temporal ocorre no VP da matriz. Se o traço Tn não estiver presente, a sentença não pode ter um DP lexical como sujeito, mas sim um PRO, interpretado em relação ao seu ‘controlador’. A autora argumenta que sujeitos de complementos verbais dos verbos perceptivos têm que contar com uma relação anafórica entre os traços de tempo do verbo matriz e os da encaixada.

(13) I felt/sawⁱ him faint in the hall^h early^{i/h}.

Como a ausência de TP é vista como um ‘requisito’ para a simultaneidade temporal entre a matriz e a sentença encaixada, os verbos perceptivos desencadeiam simultaneidade. A autora também atribui à ausência de uma projeção TP no complemento o fato de complementos e marcadores negativos não serem tão facilmente encontrados nestes tipos verbais, em oposição aos verbos epistêmicos e volitivos, que possuem uma projeção de TP. Além da questão dos advérbios, a negação também é outro ponto que a autora utiliza para argumentar em favor do critério de tempo e de uma projeção de Aspecto em estruturas ECM.

“ECM structures lacking a TP projection should not be analyzed as bare VPs, but VPs embedded in an Asp(ect)P. We will thus propose the same basic configuration for all untensed complements, whether the matrix verbs are perception predicates, epistemic ones or volitional ones...” (p. 131)

Como a autora propõe a mesma configuração básica para todas as estruturas ECM, a distinção feita é em relação a predicados *individual-level* e *stage-level*. O primeiro deles denota qualidades permanentes (14a) e o segundo estados (14b), ou qualidades temporais. Um predicado *individual-level* recebe o valor [-perfectivo] e um predicado *stage-level*; [+perfectivo].

- (14) a. * I saw him honest.
b. I saw him tired.

Os verbos perceptivos são incompatíveis com expressões [-perfectivas], como nos mostra o exemplo em (14a) – reproduzido abaixo em PB – pois o complemento da sentença encaixada (geralmente) se refere às ações ou eventos no sentido restrito do termo⁵⁴, que apresentam o perfectivo no seu mais alto grau.

⁵⁴ Geralmente, pois os complementos do verbo *ver* não possuem apenas uma leitura. Em nossa análise a preocupação é com a percepção direta, como mostramos na seção 1.1 deste trabalho.

(15) [+ perfectivo] → Ela viu ele pular/cansado.

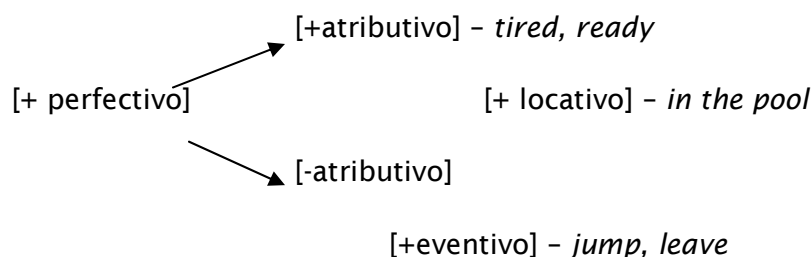
*[- perfectivo] → Ela viu ele honesto.

O contraste entre um predicado verbal e não-verbal, como mostrado acima, é visto como sintaticamente localizado no núcleo de AspP, especificamente como um traço da matriz contido dentro dele. A idéia de se pensar em uma projeção de aspecto para dar conta de verbos ECM é devido ao fato que aspecto não precisa necessariamente de um elemento verbal, pois SCs podem selecionar como complementos: VP, DP, AP, PP. Aspecto, ao contrário de tempo, pode funcionar apenas como um operador de predicados.

“... for a SC, to be licensed, its predicate must be appropriately selected by the matrix, which would have a syntactic reflex in the occurrence of an AspP projection immediately dominating the SC. The head AspP would carry a [+/- perfective] feature which would match those on a SC predicate” (p.132)

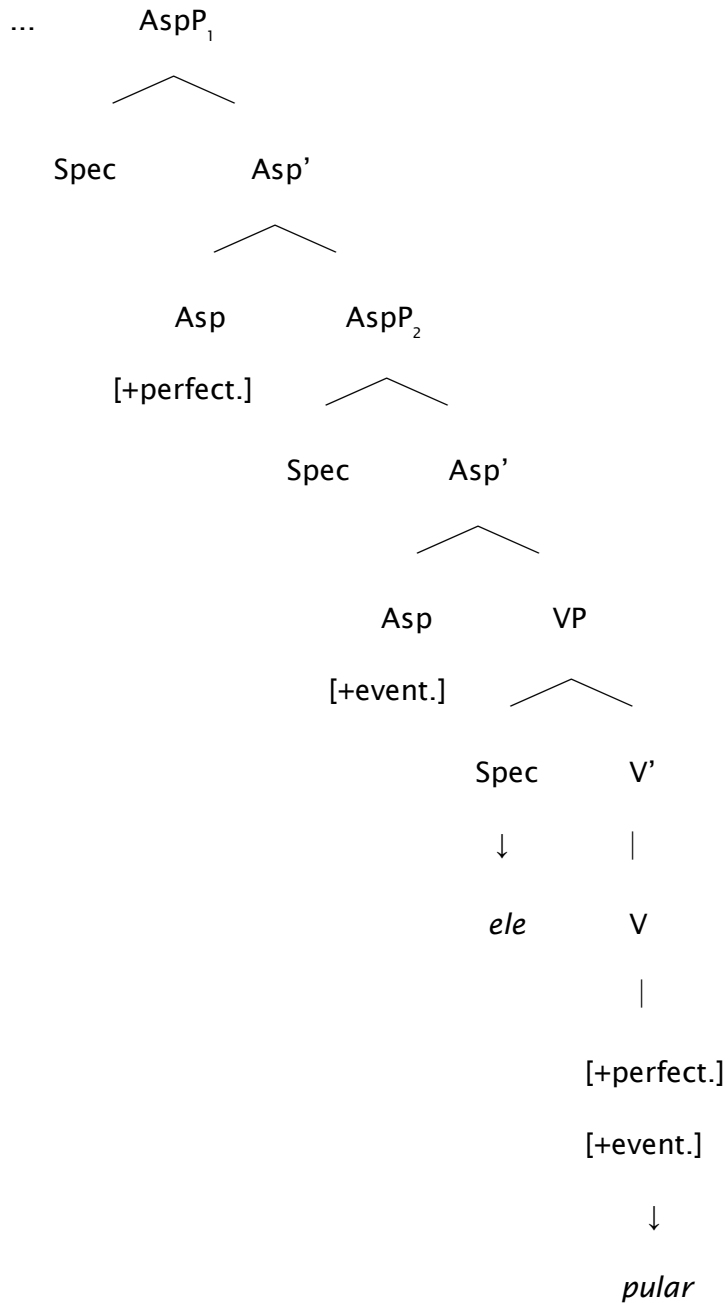
A partir da estrutura mais geral de verbos ECM, Castillo então propõe a seguinte estrutura para verbos perceptivos, compatíveis com [+perfectivo]:

(16)



(17) a. Eu vi ele pular

b.



Nota-se, portanto, que os verbos perceptivos, além de não terem uma projeção T na sua SC complemento, esta tem múltiplas projeções de Aspecto que projetam traços como [+/-perfectivo] ou [+/- atributivo].

A análise de Castillo parece dar conta dos complementos verbais de verbos perceptivos no espanhol e também no português, como mostramos em (17). A estrutura proposta parece dar conta também dos mesmos verbos em inglês, que aceita apenas infinitivo nu (*bare infinitive*) como SC complemento. A autora também considera a ausência do *to* no inglês como um importante dado para sua explicação sobre essa diferença paramétrica entre as duas línguas, visto que estruturas verbais com verbos ECM em espanhol só são possíveis com verbos perceptivos. A explicação para verbos causativos, no entanto, não é dada e a autora afirma, em nota de rodapé, que os predicados causativos foram excluídos de sua análise, apesar das semelhanças com verbos perceptivos, pois estes verbos merecem um estudo separado, dado seu *status* de predicados complexos (vide seção 1.3).

No PB, entretanto, já verificamos que verbos causativos, bem como os verbos perceptivos não formam um complexo verbal e, além disso, são estruturas ECM com complementos verbais, não havendo dessa maneira razão para não merecerem a mesma análise de Castillo para verbos perceptivos. Assume-se então a mesma estrutura de verbos causativos e a distinção é em relação ao tipo de informação projetada pelo núcleo AspP, sendo a estrutura do complemento idêntica à de um verbo perceptivo.

$$(18) \quad [+ \text{perfectivo}] \quad \longrightarrow \quad [-\text{atributivo}]$$

$$[+\text{eventivo}] - \textit{jump, leave}$$

Por outro lado, algumas questões merecem ser discutidas em relação ao PB. Castillo justifica a ausência de uma projeção TP no complemento em função da negação não ser tão facilmente encontrada nos verbos perceptivos. Essa idéia da autora pode funcionar para o espanhol, mas não parece ser correta para o PB, inglês francês e italiano, como vimos no capítulo anterior. Uma vez que isso não se confirma, parece ser no mínimo natural concluirmos que TP (ou algum traço de tempo) é de fato necessário. Castillo também propõe uma configuração de estruturas ECM em inglês que não parece levar em consideração o fato de que os verbos P&C não se comportam como os demais verbos ECM. Conforme mostramos no capítulo anterior, verbos P&C em inglês são de

fato *bare* VPs (19), enquanto os demais verbos ECM apresentam o infinitivo com a partícula *to* (epistêmicos ou volitivos, por exemplo, conforme (20)).

(19) I saw him go.

I let him go.

(20) I believe him *to be* stupid.

I want him *to go*.

Por serem infinitivos nus no inglês, a estrutura dos verbos P&C deve ser diferente dos demais verbos ECM. Com base nos exemplos em (19) e (20), conclui-se que os verbos P&C formam uma subclasse dentro do grupo de verbos ECM. Além disso, pelo fato do PB (e várias outras línguas) aceitar negação no complemento infinitivo, deve haver TP ou algum traço de tempo. Aspecto pode estar presente na estrutura, mas não apenas esse núcleo. A análise então não parece dar conta dos verbos P&C em PB.

3.3 A ANÁLISE DE LUNDIN (2003)

O trabalho de Lundin intitulado: *Small clauses in Swedish: towards a unified account* foca-se em construções com infinitivo + objeto e construções absolutas em sueco. Estruturas com predicativo do objeto também são discutidas e tomadas como semelhantes a estruturas ECM.

Em relação ao tempo presente nas SCs, a autora afirma que, apesar de existirem problemas em analisar uma SC como “encabeçada” por TP, uma SC contém algum tipo de informação temporal. Para Lundin:

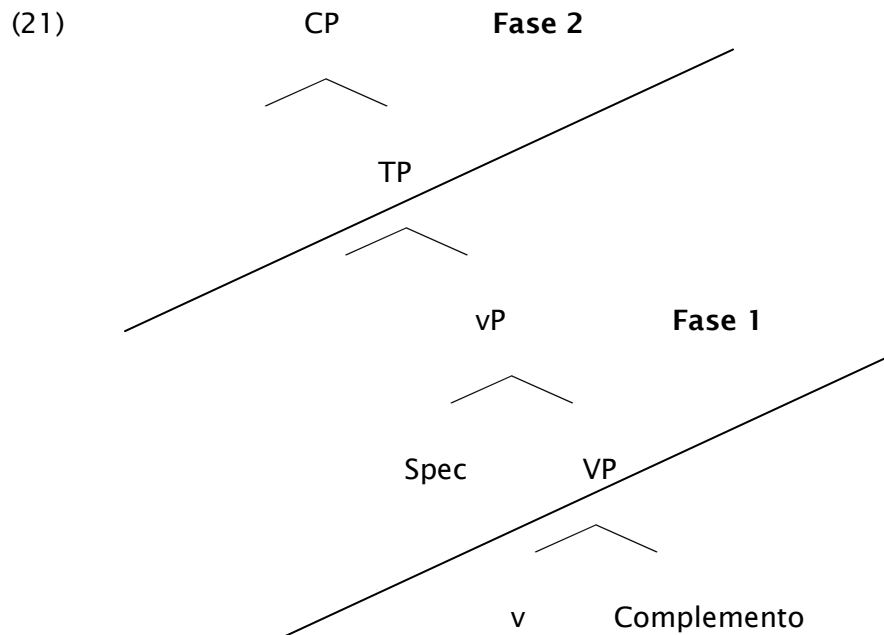
“I have claimed that the Small Clause tense is accounted for by the τ -feature in v° (see section 2.2), which must then be related to τ in a c-commanding T° to get a time reference; although I do not provide a formal account, I assume that τ in T° restricts τ in v° . In my view, then, T° in TP is related to external tense, whereas τ in v° is related to internal tense, which makes τ similar to Asp.” (página 59)

Em relação aos verbos ECM, a autora considera que as SCs complemento de verbo ECM em sueco, especificamente as que complementam verbos perceptivos também não projetam TP^{55} e por esse motivo a autora propõe que tais estruturas devam ser analisadas como uma fase vP. Porém, antes de apresentarmos a proposta da autora, explicaremos brevemente a idéia de fases.

“Take a phase of a derivation to be a syntactic object SO derived in this way by choice of LA_i . A phase is CP or vP, but not TP or a verbal phrase headed by H lacking ϕ -features and therefore not entering into Case/agreement checking: neither finite TP nor unaccusative/passive verbal phrase is a phase.” (Chomsky 1998a:20)

O conceito de fase empregado por Chomsky (1998,1999) se refere à construção de uma sentença derivacionalmente “em pedaços”. A partir de um conjunto de itens lexicais (*Lexical Array* – LA) é formado um subconjunto lexical que conterá exatamente um C ou v, determinando, assim, CP ou vP. As categorias funcionais CP e vP são consideradas fases, pontos onde a informação expressa na estrutura é enviada para forma lógica e forma fonética.

⁵⁵ Deve-se destacar que, mesmo sem a presença de TP, a autora admite que alguma informação de tempo deve estar presente no complemento de verbos P&C.

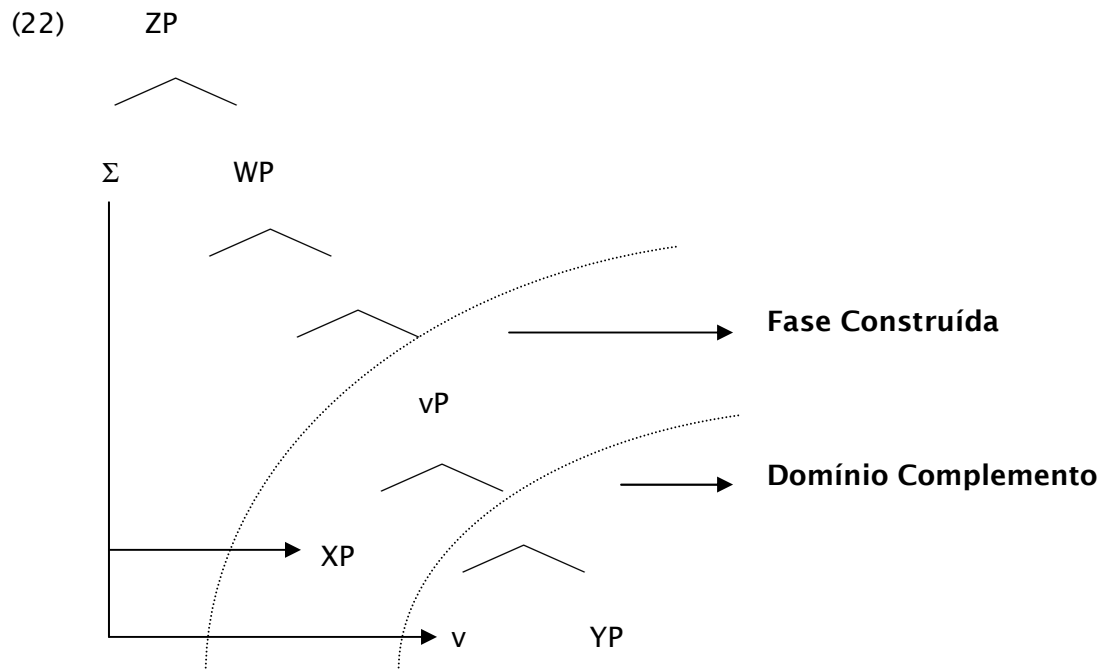


Uma fase é dividida em dois campos distintos: o domínio e a beirada (*edge*). O domínio de complemento da fase é aquilo que o seu núcleo c-comanda, enquanto a beirada é formada pelo núcleo e o especificador, por exemplo, no caso da fase vP, o domínio é tudo o que está abaixo de v e a beirada é o núcleo v e o Spec de vP.

A primeira motivação para fases está relacionada à estrutura e à qualidade proposicional dos elementos CP e vP. As fases são consideradas “*basic syntactic ‘building blocks’ of the derivation*” (Butler, 2004:16). Tomando CP e vP como fases, estamos assumindo que C e v causam os mesmos efeitos na derivação sintática: derivando efeitos sintáticos de ciclicidade/ localidade em relação a movimento, concordância etc. (cf. Butler, 2004).

A segunda motivação é ainda mais abrangente: acredita-se que as fases têm um efeito direto nas interfaces, uma vez que não somente a construção da estrutura sintática é cíclica, mas também a interpretação é tomada como cíclica – daí a noção de “*cyclic spell-out*” (cf. Uriagereka, 1999 *apud* Butler, 2004): fases barram movimentos anti-cíclicos e garantem ciclicidade local em C ou v. Ao derivarmos uma sentença por meio de fases, estamos garantindo também que a derivação ocorre num espaço mínimo, uma vez que se trabalha com vários ‘*lexical arrays*’ e o acesso ao léxico só ocorre uma vez.

Dessa forma, quando todos os traços não-interpretáveis dos itens lexicais de uma estrutura ou apenas de uma parte dela forem valorados completando uma fase, todo material inserido no domínio de complemento dessa fase não pode ser usado nos próximos passos da derivação. Os elementos que estão dentro desse domínio constituem uma região sintaticamente inerte. Vejamos (22):



Depois que a fase vP for construída, o núcleo da fase não pode mais sondar qualquer elemento dentro do domínio de complemento, mas um núcleo que estiver acima de vP, por exemplo Σ , pode sondar tanto a beirada da fase (XP) quanto o seu núcleo (v). O domínio complemento da fase apenas vai para *spell-out* quando a próxima fase entra na derivação.

Resumindo, a fase é um passo na derivação onde algum objeto sintático é enviado para a forma fonética e a forma lógica. O material que vai para *spell-out* é o irmão do núcleo da fase, VP no caso de v e TP no caso de C, e este material não pode ser usado nos próximos passos da derivação. A transferência do complemento da fase ocorre quando a derivação alcança a fase seguinte.

As fases estão sujeitas à Condição de Impenetrabilidade da Fase (*Phase Impenetrability Condition* – *PIC*) que garante que somente o núcleo da fase e a sua beirada estão acessíveis para uma fase mais alta.

Retornando o trabalho de Lundin, cabe destacar que a autora não considera o verbo *let* – do inglês, “deixar” – como um verbo causativo, colocando-o numa classe separada.⁵⁶ A autora também desconsidera a idéia de que verbos P&C possam ser considerados auxiliares.

“It has been suggested that ECM-verbs – perception verbs, verbs of consideration and LET – should be considered to be auxiliaries of some kind (see e.g. Guéron & Hoekstra 1988, Felser 1999). According to Guéron & Hoekstra (1988), perception verbs together with modals and causatives constitute a class of verbs referred to as ‘T-auxiliaries’; a class to be discerned from ordinary lexical main verbs, with the possibility of assigning a temporal role to license a verbal complement instead of θ -marking it. Felser (1999:106) however lists convincing arguments in favour of classifying perception verbs as main verbs. Although the arguments are not directly applicable to Swedish, the main picture still is that perception verbs are under no circumstances to be considered auxiliaries.⁵⁷ (p. 42)

A proposta do trabalho de Lundin estabelece que a SC corresponde a uma fase vP na derivação da sentença e que há uma projeção funcional dominando a SC. A categoria funcional vP é relacionada aos verbos leves, portanto é a projeção máxima da SC verbal. Nos demais tipos de SC, a autora assume que existam categorias funcionais aP (SC adjetival), nP (SC nominal) e pP (SC preposicionada) dominando respectivamente estas SCs. Tais categorias têm o mesmo comportamento de vP na derivação das sentenças, constituindo, assim, uma fase⁵⁸.

Como o movimento é raro e muito marcado de dentro de uma SC, temos uma boa evidência de que o vP das SCs verbais constitui realmente uma fase. A motivação

⁵⁶ Por motivos de escopo do trabalho, não discutiremos essa questão aqui.

⁵⁷ Grifo meu.

⁵⁸ A análise de *small clauses* não-verbais não será, no entanto objeto do nosso estudo. Também, a investigação sobre o fato de ser uma fase forte ou fraca, não constitui objeto de estudo desse trabalho. Para ambas as questões remetemos o leitor à leitura de Lundin (2003)

semântica para assumir um vP acima de VP é que o argumento externo do verbo recebe papel- θ de v ao invés de V e também de dar conta do traço de tempo. Tratar a SC verbal como uma fase vP permite-nos estabelecer um paralelo entre as sentenças plenas e as SCs, de um lado, e as fases CP e vP, de outro lado. A fase CP corresponde às sentenças plenas e a fase vP às SCs. Além disso, captura a observação de que o verbo consiste de uma parte funcional (v), que contém informações sintaticamente relevantes, e uma parte lexical (V), que não apresenta tais informações (conforme Chomsky, 1998).

A seguir apresentamos a derivação de uma SC complemento de um verbo perceptivo como proposta por Lundin. Na análise da autora, assim como na Teoria da *Small Clause*, o verbo ECM é seguido por um constituinte simples (vide seção 5 do capítulo anterior). O complemento [NP XP] forma um único objeto sintático que é identificado como uma fase.

(23) Eu vi [_{vP} Maria telefonar].

(24) LA: {CP, TP, Eu, vP, vi, Maria, vP, telefonar}

LA₁: {Maria, vP, telefonar}

LA₂: {Eu, vP, vi}

LA₃: {CP, TP}

(a)

[[_{vP1} **Maria** v [_{vP} **telefonar**]]]

↓ ↓

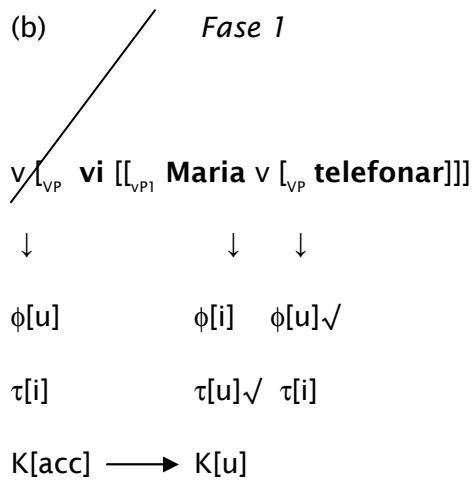
$\phi[i]$ $\phi[u]\checkmark$

$\tau[u]\checkmark$ $\tau[i]$

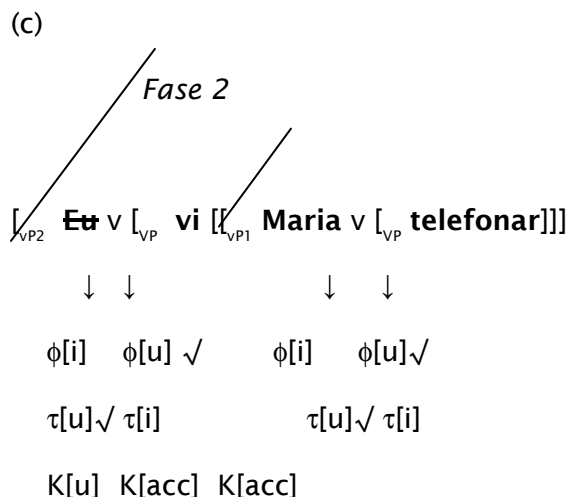
K[u]

A derivação inicia (a) com a concatenação de *telefonar* com v que possui os traços $\phi[u]$, τ . Qualquer traço não-interpretável deve ser eliminado do sistema, por isso,

Maria é concatenada para satisfazer papel-theta de *v* por meio da operação AGREE o traço- $\phi[u]$ de *v* é valorado sendo posteriormente eliminado.

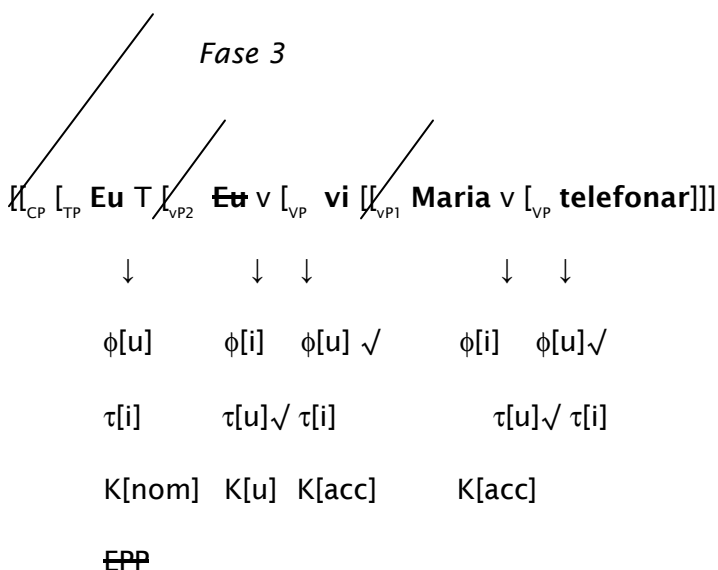


Em seguida (b) o verbo *ver* entra na computação e *v* é concatenado. Neste momento o sistema computacional fecha a primeira fase da derivação. Somente quando a segunda fase é iniciada é que ocorre a operação TRANSFERÊNCIA enviando o complemento de *v* ($[_{VP}$ telefonar]) para *Spell-out*. A Condição de Impenetrabilidade da Fase não permite que o *v* acima de *vP* sonde qualquer coisa dentro do complemento de *v* da primeira fase, mas permite que o núcleo e a beirada estejam visíveis para a fase seguinte. Desta forma, a operação AGREE se estabelece entre a sonda *v* e o alvo *Maria* valorando o caso acusativo do DP



Esse segundo *v* tem um traço- ϕ [*u*] que precisa ser apagado, o sistema então concatena o DP [*eu*] do LA_2 a *v*. AGREE se aplica, ocorre a valoração dos traços não-interpretáveis de *v* e do DP [*eu*]. Apenas o DP tem traço K não-interpretável que será mais tarde valorado por T. Depois disso a segunda fase é completada e a transferência do complemento de *v* ($[_{VP} vi [_{VP} Maria v]]$) ocorre quando a derivação alcança a terceira fase.

(d)



O DP [*eu*] precisa valorar o Caso nominativo, T é concatenado e AGREE se estabelece valorando o caso do DP. Nesta parte da derivação é necessário que a operação mover se aplique ao DP *eu* para que o traço-EPP de T seja valorado e, em seguida, eliminado do sistema. Por fim, o CP entra na derivação completando a terceira fase e o complemento de C ($[_{TP} Eu T [_{VP} v [_{VP} v]]$) vai para *Spell-out*, juntando-se aos outros constituintes.

A partir da derivação (24), verificamos que a estrutura interna da SC complemento de verbo ECM no PB pode ser analisada como uma fase *vP*, assim como atesta Lundin (2003) para o sueco.

3.4 A ANÁLISE DE HORNSTEIN, MARTINS E NUNES (2006)

O trabalho de Hornstein, Martins e Nunes é o único que se dedica a explicar exclusivamente os complementos infinitivos de verbos P&C. O objetivo é discutir verbos P&C em inglês e PE (português europeu) dentro do modelo teórico de Agree de Chomsky (1999, 2001) e solucionar a antiga questão de por que estes selecionam diferentes complementos em suas formas passivas e ativas. A idéia defendida pelos autores é a de que em estruturas ativas, o núcleo do infinitivo e o sujeito da oração encaixada possam ambos concordar com o verbo matriz e assim “compartilhar” o caso acusativo licenciado. A proposta é que em ambas as línguas em questão (o inglês e o português europeu), o núcleo da oração infinitiva complemento do verbo ECM é que precisa ter seu caso valorado ao longo da derivação.

Começamos a discussão, portanto mostrando a problemática de estruturas ativas e passivas com verbos P&C. Verbos P&C no inglês são complementados por um infinitivo nu, quando estão na forma ativa (25) e são preposicionados (introduzidos pela partícula *to*) quando na forma passiva (26).

- (25) a. John saw/heard/made her hit Fred.
b. *John saw/heard/made her to hit Fred.
- (26) a. *She was seen/heard/made hit Fred.
b. She was seen/heard/made to hit Fred.

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

O problema pode ser assim resumido: se o verbo matriz em (25a) atribui caso ao sujeito da encaixada, conforme indicado pela morfologia de acusativo no pronome, construções passivas deveriam ocorrer como (26a), o que não se confirma. A questão pode ser pensada de forma inversa. Se construções passivas como (26b) são atestadas, o esperado seria sua contraparte ativa como (25b), outra vez uma predição incorreta.

A passivização de (25) em (26) contrasta com outros exemplos de construções padrão com verbos ECM, em que a passivização não muda o tipo de infinitivo que o complementa, cf. (27)

- (27) a. John considers her to be a genius.
b. She was considered to be a genius.

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

Testes envolvendo formas ativas e passivas, parecem sugerir que verbos P&C compõem uma classe especial de verbos ECM, com propriedades sintáticas e semânticas diferentes dos demais verbos. Para ajudar a compreender melhor estas propriedades, aplicamos o teste de passivização nos mesmos tipos verbais em PB. Em função do grau de complexidade, discutimos primeiramente os verbos perceptivos e depois os causativos.

- (28) João viu/ouviu ela bater no Fred.

- (29) a. *Ela foi vista/ouvida bater no Fred.
b. Ela foi vista/ouvida **batendo** no Fred.

Com os verbos perceptivos a forma passiva só parece ser possível com o gerúndio que, nestas construções, seria análogo ao infinitivo preposicionado do inglês. Em outras construções com verbos ECM no PB, não se pode traçar um paralelo, uma vez que uma sentença como a sentença em (27), não apresentaria complementação verbal.

- (30) a. João considera ele um gênio.
b. Ele é considerado um gênio.

- (31) a. João fez/deixou/mandou ela bater no Fred.
 b. *Ela foi feita/deixada/mandada bater no Fred.
 c. *Ela foi feita/deixada/mandada batendo no Fred.⁵⁹

A sentença em (31), desta vez com verbos causativos, não parece permitir uma forma passiva nem com o verbo no infinitivo (31b), nem com o verbo no gerúndio (31c). Este fato atesta o comportamento peculiar deste verbo, que juntamente com os perceptivos, formam, também no PB, uma classe especial de verbos ECM. Outro fato que corrobora a questão de que verbos P&C são diferentes dos demais verbos ECM – e também é objeto de investigação de Hornstein, Martins e Nunes (2006) – é a falta de escopo largo para o sujeito da encaixada (32a), em contraste com os demais verbos ECM:

- (32) a. Someone saw everyone leave. $[\exists > \forall; * \forall > \exists]$
 b. Someone expects everyone to leave. $[\exists > \forall; \forall > \exists]$

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

Os autores retomam a discussão sobre infinitivos como complementos de verbos P&C fazendo uma distinção entre os tipos de complementos, como já mostramos no capítulo 1. Mesmo permitindo a forma passiva, os infinitivos na forma ativa denotam eventos – percepção direta, cf (33) – e quando na forma passiva, denotam proposições – percepção indireta, cf. (34).

- (33) I saw him hurt his friend.
‘Eu vi ele machucar seu amigo.’

⁵⁹ Salvo em contextos preposicionados:

Ela foi obrigada a bater no Fred.

- (34) She was seen **to** tease Fred.

‘Ela foi vista chateando no Fred.’

Hornstein, Martins e Nunes defendem que a leitura epistêmica nunca está disponível em sentenças ativas em que um verbo de percepção tem como complemento um infinitivo ‘nu’. Uma sentença como (35) abaixo, por exemplo, não pode ser parafraseada como *‘It was known/believed (by a witness) that she hit Fred’*. (Era sabido/acreditado (por uma testemunha) que ela bateu no Fred) Por outro lado, uma continuação como *but nobody knew about it* (mas ninguém sabia disso) pode ser adicionada a (35). Isto é, o infinitivo em (35) expressa um evento e não uma proposição. (p. 84)

- (35) A witness saw/heard her hit Fred. (*but nobody knew about it*).

Uma testemunha viu/ouviu ela bater no Fred (mas ninguém sabia disso)

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

Os autores assumem que uma leitura eventiva está relacionada com TP (infinitivo nu) e a leitura proposicional está relacionada ao CP (infinitivo com a partícula *to*). Semanticamente isso explicaria a agramaticalidade dos exemplos em (36). Sintaticamente, a não aceitabilidade de (36) é explicada pela impossibilidade do verbo matriz de checar o traço de Caso do sujeito da encaixada passando por TP e CP.

- (36) a. *I saw John to know French.

**Eu vi John sabendo francês.*

- b. *I heard John to have an accent.

**Eu ouvi John tendo um sotaque.*

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

A contraparte passiva das sentenças não só é possível, como pode ser parafraseada de maneira epistêmica (37'), comprovando que a leitura epistêmica só é possível em formas passivas de verbos P&C:

- (37) a. John was seen to know French.
a'. It was known that John knew French.
b. John was heard to have an accent.
b'. It was known that John had an accent.

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

As mesmas sentenças com o infinitivo *nu* não são possíveis, pois semanticamente não denotam eventos, e sintaticamente o verbo matriz não consegue atribuir Caso ao sujeito da encaixada. As sentenças são agramaticais, pois não são eventivas e TP é, nestes casos, excluído.

- (38) a. *I saw John know French.
**Eu vi John saber francês.*

b. *I heard John have an accent.
**Eu ouvi John ter um sotaque.*

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

Para o PE, a idéia dos autores para verbos P&C com complemento infinitivo é basicamente a mesma: a leitura epistêmica é possível se o infinitivo é proposicional, se for infinitivo 'nu', a leitura epistêmica é agramatical. Os autores encontram assim no infinitivo preposicionado do PE, uma forma análoga à forma passiva de verbos P&C no inglês. No PB, essa forma análoga seria o gerúndio, como já dissemos anteriormente. Os exemplos em (39) ilustram essa discussão.

- (39) a. * Eu vi o João adorar camarão.
 b. Eu vi o João **a** adorar camarão. (PE)
 c. Eu vi o João adorando camarão. (PB)

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

No PE, as seguintes construções com infinitivo flexionado e verbo de percepção podem ser encontradas (40). O verbo matriz sempre atribui caso para o sujeito da SC (clítico). O caso nominativo é atribuído dentro da oração encaixada, pela flexão do infinitivo (40a) ou pela preposição, como em (40b) e (40c).

- (40) a. O João viu nós sairmos.
the João saw we.NOM leave-INF-1 PL
 ‘João saw you/us leave’
 b. O João viu-nos **a** sair.
the João saw-CL.1 PL.ACC to leave-INF
 c. O João viu-nos **a** sairmos.
the João saw-CL.1 PL.ACC to leave-INF-leave-INF-1 PL
 ‘João saw you/us leaving’

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

Raposo (1989 *apud* Hornstein, Martins e Nunes, 2006) argumenta que as construções em (40a) e (40b) envolvem uma estrutura complexa onde o verbo perceptivo seleciona uma SC preposicionada comandada pela preposição. Assumindo que a preposição *a* do PE corresponde à partícula *to* do inglês, Raposo argumenta que a preposição seleciona uma oração infinitiva que tem seu sujeito controlado pelo sujeito da SC PP. De fato, na glosa da sentença dada pelos autores, a partícula *to* aparece no inglês.

Com base em Raposo (1987), os autores também argumentam que os infinitivos só podem aparecer em posições de receptores de caso e se comportam como projeções nominais no que se refere ao filtro de caso. As posições possíveis onde o infinitivo pode receber caso seriam as seguintes:

Verbo	→	O menino receia [reprovar no exame].
Nome	→	O receio <i>de</i> [reprovar no exame].
Adjetivo	→	O menino está receoso <i>de</i> [reprovar no exame].

“Assumiremos que o núcleo do TP infinitivo sob investigação tem Caso e um conjunto defectivo de traços- ϕ não-interpretáveis. Assumindo que a valoração de Caso é um reflexo da checagem de traços- ϕ com um conjunto ‘completo’ de traços- ϕ , o conjunto de traços- ϕ do T infinitivo não deveria ser vazio, caso contrário, seus traços de Caso não seriam valorados.” (p.87) O traço T do infinitivo envolve então EPP, Caso e número. A seguir a proposta de derivação dos autores.

(41) I saw Mary leave.

$[_{TP}$	T	$[_{VP}$	Mary leave]]
↓		↓	
[N:u]		[P:3]	
[K:u]		[G:Fem]	
EPP		[N:Sg]	
		[K:u]	

Depois que o infinitivo TP entra na derivação, o T infinitivo sonda seu domínio e entra em relação de concordância com *Mary*, atraindo-a para a posição de Spec para checar EPP. Esta relação permite que T tenha seu traço de número valorado, mas o traço

de Caso continua não valorado, pois seu conjunto de traços- ϕ não contém um traço de pessoa interpretável.

[TP Mary [_T T [_{VP} t leave]]

↓

↓

[P:3]

[N:Sg]

[G:Fem]

[K:u]

[N:Sg]

EPP ✓

[K:u]

Em seguida o verbo leve é introduzido, como mostrado a seguir.

[_{VP} v saw [TP Mary [_T T [_{VP} t leave]]]

↓

↓

↓

[P:u]

[P:3]

[N:Sg]

[N:u]

[G:Fem]

[K:u]

[N:Sg]

EPP ✓

[K:u]

Mary e o T infinitivo são eqüidistantes de v; então qualquer um dos dois elementos poderia entrar numa relação de checagem com o verbo leve.

Se o v de *saw* entra numa relação com *Mary*, a derivação implode, pois o v não está mais ativo para o sistema e não há como checar caso do infinitivo (a). Se o v de *saw* entra numa relação com o infinitivo antes, a sentença converge. (b)

(a) [_{VP} v saw [TP Mary [_T T [_{VP} t leave]]]

↓ ↓ ↓

[P:S]	[P:3]	[N:Sg]
[N:Sg]	[G:Fem]	[K:u]
	[N:Sg]	EPP ✓
	[K:acc]	

(b) [_{VP} v saw [TP Mary [_T T [_{VP} t leave]]]

↓ ↓ ↓

[P:u]	[P:3]	[N:Sg]
[N:Sg]	[G:Fem]	[K:acc]
	[N:Sg]	EPP ✓
	[K:u]	

Em (b), T tem seu caso valorado como acusativo em virtude da valoração do traço de número do v. Lembrando que T já teve seu traço de número valorado e pode, portanto valorar por meio de *agree* um traço de número não valorado.

[_{VP} v saw [TP Mary [_T T [_{VP} t leave]]]

↓ ↓ ↓

[P:3]	[P:3]	[N:Sg]
[N:Sg]	[G:Fem]	[K:acc]
	[N:Sg]	EPP ✓
	[K:acc]	

Neste ponto tudo que ainda não foi valorado se resolve, já que a relação de concordância com *Mary* é permitida. A SC complemento infinitivo permite marcação de caso de seu sujeito encaixado à SC.

Mais uma evidência para a proposta dos autores de que o sujeito da encaixada realmente concorda com o núcleo infinitivo é dado pelos paradigmas em (41) e (42)

- (41) a. Someone saw everyone leave. $[\exists > \forall; * \forall > \exists]$
b. Someone expects everyone left. $[\exists > \forall; * \forall > \exists]$
c. Someone expects everyone to leave. $[\exists > \forall; \forall > \exists]$

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

- (42) a. ??John saw t_i arrive [a big man from Holland]_i
b. *John said t_i arrived [a big man from Holland]_i
c. John expects t_i to arrive [a big man from Holland]_i

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

As sentenças em (41) e (42) mostram que os sujeitos das sentenças infinitivas encaixadas de verbos P&C se comportam como os sujeitos encaixados de sentenças finitas e não como sujeitos encaixados das demais construções ECM. No entanto, a concordância no infinitivo de verbos P&C é muito mais deficiente do que a encontrada em sentenças finitas.⁶⁰

Dessa forma se um dado fenômeno é dependente de se a concordância em perguntas é “completa” (i.e., envolvendo traço de pessoa), não deveríamos ficar surpresos ao encontrar exemplos onde os sujeitos da encaixada não se comportem da mesma maneira. É o caso de sujeitos reflexivos (43). Como ilustrado, desta vez a oposição é entre sentenças infinitivas, por um lado, e sentenças finitas, por outro lado.

⁶⁰ Do original: “However, the infinitival agreement found in perception and causative constructions is much more meager than the one found in finite clauses.” (p. 90)

- (43) a. Mary saw herself leave.
b. *Mary said herself left.
c. Mary expected herself to leave.

Hornstein, Martins e Nunes (2006)

O núcleo do T infinitivo complemento de verbos causativos e perceptivos é “incompleto”, pois só é associado com um traço de número. O duplo comportamento do sujeito encaixado dos verbos P&C mostrado em (41), (42) e (43) é uma evidência para a proposta dos autores, que prediz que o complemento infinitivo de verbos P&C se comporta como complemento finito quando:

1. o efeito “bloqueador” afeta complementos e concordância “completos” e “incompletos”.
2. o efeito “bloqueador” é afetado por concordância “completa”. (com complementos infinitivos ECM).

O contraste entre sentenças ativas e passivas é devido ao fato de que em formas passivas o morfema de particípio passado intervém entre o T finito e o T infinitivo, bloqueando a concordância entre os dois núcleos. Então, não há maneira para o núcleo do infinitivo (um elemento sem caso) e o sujeito da encaixada para ambos terem seus traços de caso valorados pelo T finito. Como em sentenças ativas não existem efeitos bloqueadores paralelos, os traços de caso do núcleo infinitivo e o sujeito da encaixada podem ter seu caso valorado pela mesma sonda, ou seja, pelo verbo matriz.

4. CONCLUSÃO

Todas as análises apresentadas parecem dar conta de verbos ECM e da estrutura de seus complementos, quando não flexionado. Cada análise, no entanto, leva em consideração uma determinada língua e uma estrutura diferente, ou propostas que dão conta ou de um ou de outro verbo por afirmarem que os dois tipos verbais funcionam diferentemente. Ainda assim, o maior problema de adotar as análises apresentadas anteriormente para o PB, é porque elas não dão conta do infinitivo flexionado, que apresenta sujeito com um caso nominativo.

Nossa hipótese é que tanto os verbos perceptivos quanto os verbos causativos sejam os únicos verbos marcadores excepcionais de caso no PB. O nosso objetivo é mostrar que eles podem ser analisados a partir de uma mesma proposta em função das semelhanças que apresentam em relação à marcação de caso e ao tipo de complementação verbal que selecionam. Por outro lado, as diferenças de propriedades existentes entre estes dois tipos verbais por vezes apontam para duas estruturas e duas análises distintas. Essa questão precisa ser, no mínimo, investigada com maior cuidado.

A proposta de Hornstein, Martins e Nunes (2006) é a única que atesta o comportamento peculiar dos verbos P&C, que formam, também no PB, uma classe especial de verbos ECM, uma hipótese também assumida por nós. Dessa forma, a proposta dos autores também é a única que tenta dar conta de verbos P&C juntos, assumindo uma mesma estrutura para ambos. As demais propostas, não parecem dar conta apenas destes dois tipos verbais, pois os colocam no mesmo grupo dos demais verbos ECM. Para os dois tipos verbais, os autores argumentam em favor do compartilhamento do caso acusativo do sujeito da encaixada e do núcleo do infinitivo, que é atribuído pela mesma sonda, ou seja, pelo verbo matriz. Como a análise dos autores toma por base os exemplos do inglês em contraste com os do PE, talvez seja essa a análise mais próxima do PB – ainda que a análise dos autores leve em consideração as construções com clíticos.

Além da proposta de que em estruturas ativas o núcleo do infinitivo e o sujeito da oração encaixada “compartilham” o caso acusativo licenciado pelo verbo matriz, a análise de Hornstein, Martins e Nunes (2006), também mostra que os verbos P&C por

vezes assumem um comportamento de verbos epistêmicos, que denotam compreensão mental. Ambas as idéias envolvem processos de compreensão e produção complexos e parecem sustentar a hipótese de aquisição tardia que perseguiremos no próximo capítulo.



Verbos Perceptivos e Causativos: As Questões de Aquisição

1. INTRODUÇÃO

Na introdução deste trabalho discutimos que em uma construção ECM, um núcleo atribui caso ao argumento de outro núcleo. No inglês, são vários os verbos que funcionam desta forma (*want, consider, believe, see, let, make, etc.*), no entanto, apenas os verbos P&C licenciam a presença de um infinitivo nu como complemento. Desta forma, em inglês, existem os verbos ECM e uma classe especial destes verbos, que licencia apenas um infinitivo nu como complemento. No PB, conforme discutimos anteriormente, verbos perceptivos e causativos são as únicas classes que licenciam ECM.⁶¹

Também vimos nos capítulos anteriores vários estudos em relação ou aos verbos perceptivos, ou aos verbos causativos. Poucos são os trabalhos que tratam dos dois tipos verbais. Os estudos por vezes assumem (ou não deixam claro que não assumem) que todos os verbos ECM se comportem da mesma forma, sem levar em consideração

⁶¹ Os verbos *considerar* e *acreditar* também parecem licenciar ECM, mas fogem de nossa discussão pois envolvem inversão de verbos e sujeito da encaixada:

- (i) *O júri acredita/considera ele ser o culpado.
- (ii) O júri acredita/considera ser ele o culpado.

que os verbos P&C selecionam um tipo de infinitivo diferente dos demais verbos ECM – tanto sintática quanto semanticamente, talvez caracterizando que verbos P&C são uma sub-classe dos verbos ECM. Estudos sobre o espanhol (Castillo, 2001), o sueco (Lundin, 2003), o inglês (Higgibotham, 1983; Parsons, 1990; Pires, 2001; Hornstein, Martins e Nunes, 2006), o português europeu (Raposo, 1987; Hornstein, Martins e Nunes, 2006) e o português brasileiro (Felser, 1999; Rodrigues, 2006) tratam especificamente de verbos perceptivos e/ou causativos, sem tentar olhar para o todo dos verbos ECM. Os poucos trabalhos que assim o fazem, acabam deixando de lado um dos dois outros tipos verbais.

O quadro traçado até agora na literatura a respeito dos verbos P&C no PB, portanto, ainda é longe de ser conclusivo e trabalhos que tratam especificamente a respeito da aquisição dos dois tipos verbais no PB são desconhecidos. Os trabalhos a respeito da aquisição dos verbos P&C em línguas diferentes do PB também são poucos e acabam por explicar o fenômeno na própria língua que é tomada como base. Na literatura, alguns estudos procuram mostrar o estatuto dos infinitivos na aquisição (Pires, 2001), a aquisição de INFL (Schütze, 1997), e desconhecemos trabalhos que visam especificamente discutir a aquisição de verbos P&C e os problemas que estes tipos verbais podem trazer para a criança. Neste capítulo, nosso objetivo é tratar dessa questão. Utilizamos as idéias de Hornstein, Martins e Nunes (2006) apresentadas no capítulo anterior – compartilhamento da marcação de caso e verbos P&C por vezes denotam compreensão mental – para explicar o aparecimento tardio de complementos infinitivos com verbos P&C nos dados infantis. Apresentamos e discutimos deste modo, algumas questões relacionadas aos infinitivos nos dados infantis e à aquisição de verbos P&C e seus complementos infinitivos com o objetivo de contribuir na reflexão de como estes dois tipos verbais podem ser explicados via aquisição da linguagem.

Mais especificamente, o capítulo se divide da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos os contextos em que o infinitivo aparece nos dados infantis. Apresentamos a problemática do infinitivo raiz (RI) como um fenômeno universal, apresentando considerações relevantes ao fenômeno para crianças em aquisição do inglês, italiano, alemão, espanhol, catalão, francês, português, sueco, holandês, basco e hebreu. Ainda na mesma seção, discutimos os dados de ECM coletados do inglês e do português brasileiro, concluindo com os infinitivos nos contextos de verbos P&C. Na

seção 3, apresentamos e discutimos os testes que desenvolvemos e conduzimos com 30 crianças em idade entre 2;0 e 4;9 anos de idade que adquirem o PB, com o objetivo de verificar a compreensão de estruturas infinitivas de verbos P&C a fim de validar as hipóteses levantadas ao longo da dissertação. Por fim, na seção 4, apresentamos nossas conclusões.

2. A CRIANÇA EM CONTEXTOS DE INFINITIVO

2.1 INFINITIVO RAIZ (RI)

Infinitivos raiz ou RIs (do inglês, *root Infinitives*), são formas verbais *default* produzidas por crianças por volta de dois anos de idade em sentenças raiz, onde a língua em aquisição requer uma forma finita. Nestas sentenças, a flexão verbal é diferente das sentenças encontradas na fala adulta, tipicamente por não apresentarem marca de tempo/*agreement* ou pelo fato da flexão ser substituída por uma forma neutralizada: o infinitivo. O fenômeno aparece na fase de aquisição em várias outras línguas como o francês (Pierce, 1989 *apud* Schütze, 1997), o holandês (Weverink, 1989 *apud* Schütze, 1997), o alemão (Poeppel & Wexler, 1993 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998), o sueco (Santelmann, 1995 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998) e inglês (Harris & Wexler, 1996 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998)

(1)⁶² a. Papa schoenen wassen.

Daddy shoes wash-INF

(holandês, Weverink, 1989)

b. Michel dormir.

Michel sleep-INF

(francês, Pierce, 1992)

⁶² Exemplos retirados de Hoekstra & Hyams (1998).

c. Thorstn das haben.

Thorstn that have-INF (alemão, Poeppel and Wexler, 1993)

d. Jag ocksa hoppa dar.

I also hop-INF there and there (sueco, Santelmann, 1995)

Hoekstra e Hyams (1998) apontam que as investigações mais recentes desse fenômeno mostram que existem padrões de produção sistemáticos destas construções em sentenças finitas e infinitivas desde cedo. Primeiramente, RIs aparecem em posições sintáticas de acordo com a gramática da língua alvo.

Em francês, por exemplo, verbos finitos aparecem à esquerda do advérbio negativo *pas*, enquanto infinitivos aparecem à direita (cf. Emonds, 1978; Pollock, 1989; Meisel, 1990; Verrips and Weissenbom, 1992; Pierce, 1992; Poeppel & Wexler, 1993; Harris & Wexler, 1996 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998). O exemplo a seguir é de Pierce, 1992 (*apud* Hoekstra & Hyams, 1998)

(2) **[+finito]**

Elle a **pas** la bouche.

she has not a mouth

Veux **pas** 1010.

(I) want not water

Marche **pas**.

(she) walks not

Ca toume **pas**.

that turns not

[-finito]

Pas la poupee dormir.

not the doll sleep-inf.

Pus manger la poupee.

not eat-inf the doll

Pas casser.

not break-inf.

Pas tomber bebe.

not fall baby

(Pierce, 1992 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998)

As sentenças no francês ocorrem da seguinte maneira:

- (3) a. Marie ne mange pas.

Maria NEG come não

$[_{IP} \text{ ne + mange } [_{NEG} \text{ pas } [_{VP} t_i]]]$

- b. (pour) ne pas manger.

para NEG não comer

$[_{IP} \text{ ne } [_{NEG} \text{ pas } [_{VP} \text{ manger}]]]$

	+ finito	Infinitivo
<i>Pas + Verbo</i>	6	118
<i>Verbo + pas</i>	121	1

Tabela 1: Finitude e posição do verbo em francês (adaptado de Pierce, 1992)

Como RIs e formas finitas aparecem no mesmo estágio de desenvolvimento da linguagem infantil, como mostrado na segunda coluna; os autores argumentam que RIs não podem ser tratados como um fenômeno de aquisição precoce e também não são, para Hoekstra e Hyams (1998), um fenômeno que pode ser explicado pela falta de conhecimento da morfologia finita relevante, nem pela falta de relações de concordância de especificador-núcleo. Quando formas finitas são utilizadas, a concordância está quase sempre correta - os autores mostram que a porcentagem de erros deste tipo é menor que 3,5%.

Além disso, como RIs apresentam morfologia para o infinitivo - *-en* no alemão e holandês; *-ir/er* no francês, *-a* em sueco - os autores concluem que RIs constituem uma categoria gramatical com seu próprio estatuto nas gramáticas infantis, com propriedades que os diferem de sentenças finitas.

O interessante do trabalho de Hoekstra & Hyams é a constante ligação dos argumentos apresentados com os dados do inglês. Os autores contra-argumentam a

idéia de Wexler (1994) sobre considerar sentenças como em (4) como sentenças análogas de RIs em outras línguas mostrando que o argumento é fraco em relação às outras línguas.

- (4) a. Eve sit floor.

Eve senta chão

- b. Cowboy Jesus wear boots.

Vaqueiro Jesus usa botas

(CHILDES, Brown, 1973)

Os verbos das sentenças em (4) não apresentam marca da terceira pessoa do singular (-s) e o problema para considerá-las RIs é porque o inglês não apresenta um sufixo de marcação de infinitivo e nem diferença na posição de formas verbais finitas ou infinitivas na sentença. Em línguas como o holandês ou francês as formas não-finitas são realmente infinitivos (cf. (1)), marcadas por morfemas de infinitivos. Entretanto, em línguas que não apresentam morfologia infinitiva, como o inglês, o fenômeno de RIs é manifestado pela presença de formas nuas (sem morfologia de tempo ou concordância (cf. (4))). Dessa forma, as sentenças acima poderiam ser analisadas como quebra de concordância ou problemas de produção. No entanto, em relação à concordância, Harris & Wexler (1996 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998) mostram que as crianças adquirindo o inglês não cometem erros. De 1352 sentenças contendo sujeito de primeira pessoa (I) do corpus de várias crianças anglo-falantes, somente 0.02% ocorreram com verbo com -s (por exemplo: *I goes*). Um número maior de erros seria esperado caso as crianças não conseguissem estabelecer relações de concordância entre o núcleo e o especificador. (cf. Hoekstra & Hyams, 1998).

Por outro lado, uma proposta em termos de queda de afixos não explicaria também a distribuição da negação em sentenças atestadas desde cedo. Harris & Wexler mostram que negativos nus (aparecem somente com a partícula *not*) somente ocorrem com verbos não flexionados como em (5a) e nunca em formas flexionadas como em (5b). Tal assimetria não seria esperada se a forma nua resultasse apenas da queda da morfologia finita. (cf. Hoekstra & Hyams, 1998)

- (5) a. Mommy not go.
b. Mommy not goes.

(Hoekstra & Hyams, 1998, p. 85)

Uma outra diferença tipológica atestada é que em línguas de sujeito nulo, como italiano, catalão ou espanhol, a porcentagem de formas não-finitas em contextos de sentenças raiz, não é tão alta quanto a encontrada em línguas de sujeito não-nulo, como holandês, francês e alemão.

Null Subject	Child	% RIs	Non null subject	Child	% RIs
Basque	Mikel	0.13	Dutch	Laura	0.36
Catalan	Júlia	0.07	Dutch	Tobias	0.36
Italian	Paola	0.07	French	Natalie	0.49
Italian	Daniel	0.08	Swedish	Freja	0.38
Spanish	Maria	0.08	Swedish	Tor	0.56

Tabela 2: Porcentagem de RIs em línguas de sujeitos nulos e não-nulos. (retirada de Perales, Liceras & Bel, 2006)

Partindo do pressuposto que o estágio de RIs é um fenômeno universal, vários autores tentam dar conta de sua baixa ocorrência nos dados de produção em crianças adquirindo línguas de sujeito nulo. Hoekstra and Hyams (1995 *apud* Perales, Liceras & Bel, 2006) propõem que tempo é o meio de conectar a informação temporal estrutural com o discurso e que a relação entre discurso (CP) e Tempo é codificada por diferentes elementos através das línguas. Para línguas de sujeito nulo, os autores alegam que a não-especificação do traço Pessoa, desencadeia o princípio de “evite plural”, que se verifica na não-produção de formas verbais não-flexionadas durante o estágio de RIs. (cf. Perales, Liceras & Bel, 2006)

Uma proposta diferente para a baixa ocorrência de RIs em línguas de sujeito nulo é dada por Tsimplici (1992) e Ezeizabarrena (1997) que sugeriram que a forma de singular na terceira pessoa (uma forma que não apresenta flexão na vogal temática do verbo e uma forma homófona à segunda pessoa do singular do imperativo) no espanhol desencadeia a forma não-especificada para traços de concordância e não contém informações funcionais, assim como RIs. De maneira semelhante, Grinstead (1998 *apud* Perales, Liceras & Bel, 2006) sugere que no catalão e no espanhol, a terceira pessoa do singular (indicativo) é a forma *default* que pode ser considerada a equivalente aos RIs em línguas de sujeito nulo. Mais recentemente, Salustri & Hyams (2003) argumentam que é o imperativo no italiano que deve ser tomado como uma forma análoga aos RIs. Desta forma, uma forma “*default* ou não-marcada” seria responsável pela produção de RIs nestas línguas (cf. Perales, Liceras & Bel, 2006).

Em relação às sentenças finitas, Hoekstra & Hyams (1998) assumem que estas são gramaticalmente ‘ancoradas’:

“By this we mean that the temporal location of the eventuality denoted by the VP is fixed through a temporal operator, which we assume is located in C, following Enç, (1987) e Guéron & Hoekstra (1989).” (Hoekstra & Hyams, 1998: 86/87).

Os autores assumem que existe uma conexão entre o operador temporal (em C) e a posição de Tense (uma “cadeia-temporal”), como ilustrado abaixo:

(6) $T_i F_1 \dots F_n \dots \text{Tense}_i \text{VP}$

A noção de finitude se refere a esta fixação, pois é a finitude que torna uma cadeia visível entre o operador e o verbo, mais especificamente a posição de Tense. Hoekstra and Hyams notam que as línguas variam em relação aos tipos de expressões morfológicas usadas para deixar a cadeia-temporal visível e, portanto a noção de finitude é expressa de maneiras diferentes, a depender da língua. Algumas línguas o fazem por meio de um morfema de número (holandês, por exemplo). Outras, por uma

morfologia de tempo (japonês) e outras como o italiano, espanhol e catalão, através de (pelo menos) traços morfológicos de pessoa. A hipótese de não especificidade do número (cf. Schaeffer & Bar Shalom, 2004) explicaria porque crianças adquirindo as línguas que expressam finitude com um morfema diferente do de número (morfema de pessoa e/ou tempo (romance, japonês) - não atravessam um estágio (verdadeiro) de RI: Nestas línguas, o traço não específico de número não quebra a cadeia-temporal e conseqüentemente não afeta a expressão de finitude. Dessa forma, no holandês, a presença de tempo em um verbo finito é marcada para singular ou plural, mas não para pessoa ou tempo. É conseqüentemente, a morfologia de número no holandês que faz uma cadeia temporal visível ou não no caso do tempo presente.⁶³

Existem dois problemas que as propostas não dão conta:

- 1 – Como explicar a opcionalidade da natureza dos RIs (sejam eles nus ou marcados morfológicamente)?
- 2 – Como explicar o fato de que apenas certos tipos verbais aparecem na forma não-finita?

Resumidamente, as propostas não explicam porque RIs – com exceção da forma *bare* – estão sujeitos ao Efeito de Referência Modal (do inglês, *Modal Reference Effect*):

(7) “*with overwhelming frequency, RIs have modal interpretations*”

(Hoekstra and Hyams, 1998: 91).

E estão sujeitos também a (8), que deriva de (7), a Restrição Eventiva (do inglês, *Eventivity Constraint*):

(8) “*RIs are restricted to event-denoting predicates*”

(Hoekstra and Hyams, 1998: 90).

⁶³ Schaeffer & Bar Shalom (2004), afirmam que o alemão traz um problema potencial para esta análise, porque o alemão tem marcas de número e pessoa e também apresenta um estágio de RIs. Hoekstra e Hyams (1995) resolveram este problema propondo que crianças adquirindo o alemão inicialmente supõem que alemão é uma língua marcada apenas para Número e só depois percebem que é uma língua com marcação de pessoa também. Para uma discussão detalhada, ver Hoekstra e Hyams (1995 *apud* Hoekstra & Hyams 1998).

Hyams (2001) argumenta que RIs ‘verdadeiros’ (que possuem marca morfológica de infinitivo, como francês, holandês, alemão) não são opcionais pois não aparecem em distribuição complementar com as formas flexionadas. De acordo com a Hipótese de Oposição Semântica (*Semantic Opposition Hypothesis* cf. Hyams, 2001) as crianças mapeiam os significados para elementos em INF com base numa hierarquia semântica na qual Modo é a oposição mais primitiva: *Irrealis*, que expressa desejo, necessidade ou possibilidade futura de um evento *versus Realis* (ocorrência atual seja no passado ou no momento de fala, de um evento). O morfema de infinitivo nos RIs de línguas como holandês, francês e alemão marca o modo *Irrealis* e as formas finitas marcam o modo *Realis*.

Apenas a forma nua (do inglês, *bare*) não parece estar sujeita ao Efeito de Referência Modal e, consequentemente à Restrição Eventiva. Com base no estudo de Ud Deen (1997, *apud* Hoekstra e Hyams, 1998), os autores atestam a grande ocorrência de verbos estativos como (*know*, *need*, e *want*) nos dados pesquisados. A tabela abaixo mostra os resultados quantitativos da análise de Ud Deen (op. cit.)

Tipo de Predicado	Inglês		Holandês	
	Finito	<i>bare</i>	Finito	RIs
Eventivo	81	199	350	1790
Não-eventivo	8	56	349	93
Total	89	264	699	1883

Tabela 3: Finitude de predicados eventivos e não-eventivos em inglês e holandês (adaptado de Hoekstra e Hyams, 1998)

A forma nua, portanto, não é limitada a verbos eventivos, no contraste com RIs no holandês; aproximadamente 25% (65/264) dos verbos nus são não-eventivos enquanto em RIs holandeses o número é de apenas 5%. A diferença entre as duas línguas é ainda maior quando observamos que o número de predicados não-eventivos

do inglês são realizados na maioria com verbos nus (de 73 ocorrências, apenas 8 (11% são finitas). No holandês este número sobe para 79% (349 de 442). Os autores ainda atentam pra o fato de que na análise de Wijnem (1996 *apud* Hoekstra & Hyams, 1998), de onde os dados do holandês foram retirados, 93 ocorrências com os verbos *hear* e *see*, que não são estativos foram considerados, o que pode ter mascarado os números reais. Verbos não-eventivos do inglês ocorrem mais frequentemente em formas não-finitas e claramente a restrição eventiva não opera sobre a forma nua. Em relação à referência temporal das formas nuas em contraste com os RIs do holandês, os resultados aparecem na tabela em 4, a seguir.

	Passado	Presente	Futuro/ modal	Total
<i>Bare</i> (inglês)	59 (22%)	171 (65%)	34 (13%)	264
RIs (holandês)	64 (3,5%)	194 (10%)	1625 (86,5%)	1883

Tabela 4: Referência temporal de verbos *bare* no inglês e RIs no holandês. (adaptado de Hoekstra e Hyams, 1998)

Mais uma vez percebe-se que a referência de futuro ou modal não é a mais expressiva nas formas nuas, que possuem uma maior interpretação de presente ou passado (dêiticas), sendo a interpretação de presente a mais freqüente. Apenas 13% das formas nuas têm uma interpretação modal, enquanto no holandês 86,5% tem uma leitura modal.

O verbo nu no inglês, marca modo *Realis* enquanto os semi-axiliares (*hafta*, *gonna*, *gotta*, *wanna*) marcam modo *Irrealis*. No grego, uma língua de sujeito nulo sem marca morfológica distintiva de infinitivo, a forma do subjuntivo nu (ou perfectivo nu) marca modo *Irrealis*. Na tabela abaixo, retirada de Perales, Liceras & Bel (2006), encontra-se um resumo do modo em algumas línguas. O traço [+/- R] se refere à presença de um marcador (morfológico) de infinitivo.

	Null Subject	[+/- R]	Realis	Irrealis
Dutch, German	-	+	Inflected	Infinitives
English	-	-	Bare and inflected	Semi-auxiliares
Greek	+	-	Inflected	Bare subjunctive
Italian	+	+	Inflected	Imperatives

Tabela 5: Expressão da oposição *Realis* e *Irrealis* entre as línguas durante o estágio de RIs (retirada de Perales, Licerias & Bel, 2006)

Retornamos rapidamente às línguas de sujeito nulo. Perales, Licerias & Bel (2006) atestam o uso de RIs (*Realis* e *Irrealis*) em línguas como o catalão, o espanhol e o basco, em idades diferentes das encontradas nas ocorrências de RIs em línguas como francês, alemão e holandês. No catalão, RIs ocorrem por volta de 1;10 anos de idade; no espanhol por volta de 1;7 anos; e no basco por volta dos dois anos de idade. No hebreu, o fenômeno ocorre antes dos dois anos, como atestado no trabalho de Schaeffer & Bar Shalom (2004).

São duas as conclusões das autoras:

- 1 - o número de RIs é pequeno, mas é consistente nos dados das crianças pesquisadas e nos dados das diversas línguas,
- 2 - RIs de línguas de sujeito nulo, podem marcar os modos *Realis* e *Irrealis*, diferentemente das línguas de sujeito não-nulo.

Consequentemente, qualquer proposta que tenha como objetivo definir um estágio universal para RIs na gramática infantil deve explicar por que a produção de RIs em línguas de sujeito nulo é mais curta e também deve explicar por que estas línguas se diferem de línguas na marcação de número e como a Hipótese de Oposição Semântica funciona.

Para dar conta da representação gramatical dos RIs, são várias as propostas “no mercado”. A maior parte delas apresenta uma assunção básica: Crianças de dois anos de idade produzem RIs porque elas possuem um déficit na representação sintática. O que exatamente pode ser omitido das representações infantis varia de teoria para teoria e vai desde a omissão de todas as categorias funcionais (Radford, 1990) até problemas em núcleos específicos (tempo, cf. Wexler, 1994 apud Phillips, 1996). Propostas intermediárias, como a de Rizzi (1994 apud Hoekstra & Hyams, 1998), assumem que a explicação está no conhecimento do que é obrigatoriamente projetado.⁶⁴ A idéia subjacente permanece a mesma: alguma coisa não está presente na estrutura infantil. De acordo com Schütze (1997) as propostas para o fenômeno de RIs são basicamente de três tipos:

1. Os traços não marcados no verbo (tempo/agreement) estão presentes sintaticamente, mas não fonologicamente, por exemplo, como um modal nulo ou como um auxiliar nulo (cf. Boser et al. 1992; Whitman 1994; Phillips 1995 apud Schütze, 1997). Uma teoria que pressupõe um auxiliar nulo + um infinitivo estaria sugerindo essencialmente que a gramática da criança contém uma diferença morfológica em relação às gramáticas do adulto (no sentido de que certos traços de INFL podem ser enviados pra *Spell Out* como zero). Enquanto a presença de um auxiliar invisível em T poderia dar conta do motivo da existência de V em RIs, a idéia de um auxiliar nulo não parece dar conta das propriedades dos sujeitos nulos de RIs.⁶⁵ De acordo com Schütze (1997), talvez estes estudos estejam corretos semanticamente, pois, a interpretação de alguns RIs pode corresponder a uma interpretação modal.

2. RIs existem pois as categorias funcionais estão sujeitas à maturação e não estão disponíveis nos estágios iniciais do processo de aquisição (Radford, 1990). Dessa maneira, as sentenças infantis envolveriam projeções menores excluindo (partes do) sistema de INFL e seriam, por exemplo, VPs nus ou *small clauses*. A criança então

⁶⁴ A teoria do ‘truncamento’ de Rizzi (1994) afirma que RIs são resultado da parte truncada do alto da estrutura de sentenças plenas (contendo C). Dessa forma, o autor assume que a criança teria todas as categorias desde sempre (mesmo que truncadas).

⁶⁵ Para uma discussão mais aprofundada, Schütze (1997) sugere a leitura de Phillips, 1995 (apud Schütze, 1997) e dos trabalhos lá citados para várias maneiras de implementar esta idéia.

começaria apenas com VP, o que explicaria o motivo de alguns verbos aparecerem não-flexionados, durante os estágios iniciais, como em (9):

(9) [VP ...V...]]]]]

“However, the intuition in Radford’s approach at least, namely that child root clauses correspond closely to adult non-root clause types, is one I wish to pursue, though I take it to hold at the level of features of the INFL system and crucially not to involve missing phrasal syntactic projections outside VP. That is, I continue to assume full clausal projections are available for every utterance, including OI [optional infinitives] utterances.” (Schütze, 1997: 70)

Assim, um RI infantil pode parecer uma SC adulta em relação aos traços (ou falta deles) nos núcleos de INFL, mas não se parece com uma SC que contém projeções acima de VP, como um CP. Além disso, a proposta de SC de Radford é bastante problemática, pois as crianças têm mais tipos de sentenças (SCs, finitas, e não-finitas) presentes no *input* do que apenas SCs.

Perales, Liceras & Bel (2006) ainda acrescentam que não é encontrada evidência para maturação de categorias funcionais em línguas morfologicamente ‘ricas’ (italiano, espanhol, catalão), e dessa maneira isso “*raises the undesirable question of why functional categories appear gradually in some languages but not in others.*” (p. 206)

3. Também chamada de Hipótese da Competência Plena (cf. Wexler 1992, 1994, 1995; Hyams 1992, 1996; Poeppel & Wexler 1993; Hoekstra & Hyams, 1995), esta proposta assume que as sentenças infantis podem conter projeções funcionais até CP, mas alguns núcleos funcionais são não-especificados para algum traço. Para Wexler (1998), esse traço é tempo. Para Hoekstra & Hyams (1998), número. A diferença em relação à proposta de Schütze (*op. cit.*) é que um único traço não é capaz de dar conta do

fenômeno de RIs. O autor então propõe que tempo e accord ⁶⁶ são (independentemente) opcionais.

Schütze (1997) assume a terceira proposta e discute que os possíveis INFLs da fala infantil são não-especificados no sentido de serem distintos dos INFLs do adulto quando se comportam como os tipos de INFL permitidos pela gramática universal. O autor também assume que estruturas de sentenças plenas encontradas nos dados de adultos, são ‘produzíveis’ desde os estágios iniciais.⁶⁷

De acordo com Wexler (1998):

“The standard view is that much of inflection appears late, and is often incorrect, and that the reason that it is late is because there is much to ‘learn’ about it. In fact, the standard view is that very young children ‘talk funny’ because they have not yet ‘mastered’ (‘learned’) inflection and its properties. Thus a child might say *me going home* instead of *I am going home* because the case ‘inflection’ on the subject pronoun has not been learned and the appropriate grammatical inflection called the ‘auxiliary’ has not been learned, and is therefore omitted.” (Wexler, 1998: 24)

Wexler (1998) argumenta que determinados aspectos morfossintáticos do desenvolvimento da flexão surgem de alguma maneira mais tarde, mas não são aprendidos. A mesma idéia é compartilhada por Schütze (1997):

“Details aside, I concur with many of the above authors in the belief that children seem to know virtually everything about the syntactic effects that the various INFL components have; what I suggest they **do not know is how to use the different types of INFLs to express the right meanings in the right syntactic /semantic /discourse contexts**. This should not be taken to imply that they know *nothing* about the semantic properties of the (contentful) INFL elements, but something in the mapping is missing.” (p. 71 – grifo meu)

⁶⁶ A definição original dada pelo autor: “Accord is defined as a particular kind of feature checking that underlies structural case checking and captures its correlation with argument-verb agreement.” (Schütze, 1997: 17)

⁶⁷ Do original: “I assume that full adult clause structures are usable by children from the earliest stages.” (Schütze, 1997: 71)

Nesta mesma linha de interação entre a sintaxe e pragmática na linguagem infantil, destacamos o trabalho de Schaeffer & Bar Shalom (2004). Para os autores Tempo e Pessoa mapeiam as relações em conceitos do tipo quando um evento ocorre e quem são os participantes do discurso. Ambos dão características da situação, e, portanto, são dêiticos. Em função da morfologia de tempo e pessoa, adquirir tais estruturas deve significar entender a relação entre a sintaxe e a pragmática. Dessa forma o processo de aquisição de tempo e pessoa serve como um facilitador para a aquisição da ligação do evento no discurso. Línguas com marca morfológica de tempo e pessoa, como hebreu e russo, salientam a conexão entre sintaxe e pragmática, facilitando a aquisição inicial de contextos em que a finitude é obrigatória. Em línguas como o alemão e o francês, que não tem ambas as marcas morfológicas claramente definidas, o processo de desencadeamento é tardio e obviamente a aquisição também o é.

À guisa de conclusão desta seção, assumimos que os RIs são universais, podendo ocorrer em diferentes faixas etárias, a depender da língua em aquisição. Crianças adquirindo o italiano, o hebreu, o espanhol e o catalão passam pelo estágio de RIs assim como as que adquirem francês, alemão, holandês e inglês, e deixam estes estágio mais cedo em função de seus traços (tempo e/ou pessoa) fornecerem “pistas” mais claras para a finitude, talvez por causa de uma “cadeia-temporal” mais visível (cf. proposto por Hoekstra & Hyams, 1998). Além disso, como em línguas de sujeito nulo os RIs marcam os modos *Realis* e *Irrealis*, a hipótese de que os RIs tem uma interpretação modal não se confirma em todos casos, ainda que nestas línguas as ocorrências sejam quase inexistentes.

Desse modo, de acordo com a Hipótese de Oposição Semântica de Hyams (2001) que leva em consideração a distinção de modo *Irrealis* e *Realis*, línguas como o holandês, o francês e o alemão que possuem marcação morfológica de infinitivo, o morfema infinitivo marca o modo *Irrealis* em RIs e as formas finitas marcam o modo *Realis*. No inglês, já que o verbo nu marca modo *Realis* e a complementação infinitiva de verbos P&C é feita com infinitivos nus, verbos P&C denotam a ocorrência atual seja no passado ou no momento de fala, de um evento. O mesmo parece estar de acordo com o que atestamos para o PB no capítulo II.

Fechamos a discussão mostrando que, em função da morfologia de tempo e pessoa, adquirir estruturas finitas deve significar entender a relação entre a sintaxe e a pragmática. Uma vez que a criança não sabe como usar os diferentes tipos de infinitivos (eventivos vs. proposicionais; *Realis* vs. *Irrealis*) para se expressar adequadamente nos contextos sintáticos, semânticos e discursivos, a aquisição dos infinitivos também precisa do entendimento da relação entre sintaxe e pragmática, sendo, portanto, tardia.

2.2 MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO (ECM)

Na introdução deste capítulo dissemos que no inglês, são vários os verbos que funcionam como ECM (*want, consider, believe, see, let, make*, etc.), no entanto apenas os verbos P&C licenciam a presença de um infinitivo nu como complemento. Nesta seção investigamos especificamente como os infinitivos infantis ocorrem em contextos de ECM, a partir de dados transcritos da fala infantil.

Com base numa pesquisa empírica que verificou os dados com verbos ECM na aquisição, atestamos alguns dados de produção no inglês, por ser uma língua que possui muitos verbos deste tipo. Optamos apenas por observar os dados infantis e não os dados de investigadores, nem a fala dirigida à criança. Nosso objetivo é verificar quais verbos ECM são produzidos por crianças e em quais contextos ocorrem. Todos os exemplos do inglês discutidos abaixo foram retirados do banco de dados do CHILDES nos dados de produção de três crianças (Adam, Eve e Sarah) entre as idades de 1;6 anos até 5;2 anos.⁶⁸ Contrastamos os dados do inglês com alguns dados de construções ECM do PB importantes para nossa discussão, retirados de Averborg (em preparação).

A pesquisa procurou verificar basicamente as seqüências de sujeito + verbo + pronome + infinitivo não apenas verbos P&C, mas todos os verbos ECM. A seguir alguns exemplos da fala de Adam. As idades estão em parênteses:

⁶⁸ Todos os arquivos de Adam, Eve e Sarah foram incluídos na análise. Os arquivos foram retirados do *corpus* CHILDES (Brown, 1973; MacWhinney and Snow, 1985).

- (10) a. ... because I want him to play one. (Adam 3;5.1)
... porque eu quero ele TO(INF) jogar uma
- b. I want you to do like this. (Adam 3;6.9)
eu quero você TO(INF) gostar disso
- c. I don't want it to break. (Adam 3;5.29)
eu não quero isso TO(INF) quebrar
- d. I don't want him to have my blocks. (Adam 3;5.29)
eu não quero ele TO(INF) ter meus blocos
- e. I want him to eat. (Adam 3;8.14)
eu quero ele TO(INF) comer
- f. de frog wants you to get up. (Adam 4;5.11)
o sapo quer você TO(INF) acordar
- g. you want me to put dat on de back? (Adam 4;9.02)
você quer eu TO(INF) colocar aquilo nas costas

Os exemplos em (10) são todos com o verbo volitivo *want* que aparece inúmeras vezes nos dados pesquisados. Em todas as ocorrências desse verbo com complementação infinitiva, o infinitivo aparece sempre seguido de *to*, da mesma forma que na gramática adulta. Os exemplos nunca aparecem com infinitivo nu e isso pode sugerir que exista algum traço na forma nua que é não-especificado para a criança. É interessante destacar que a criança utiliza este verbo inclusive com negação na sentença matriz (cf. (10c) e (10d)). Mais tarde, por volta dos 4 anos, a criança amplia o uso de sujeitos da sentença matriz e começa a utilizar sujeitos em segunda e terceira pessoas

do plural (cf. (10f) e (10g)). Nota-se também que a criança já é bem crescida (por volta dos 3 anos e meio) quando aparece um verbo ECM na sua fala. Parece se tratar de um fenômeno com entrada tardia. Outros exemplos com o mesmo verbo são encontrados nos dados de Sarah, por volta da mesma idade:

- (11) a. I want you to. (Sarah 3;4.16)

eu quero você TO

- b. what one you want me to do. (Sarah 3;9.3)

o qual um você quer eu TO(INF) fazer

- c. I don't want you to say that. (Sarah 4;6.24)

eu não quero você TO(INF) dizer isso

- d. want me to make a bunny? (Sarah 4;10.21)

quer eu TO(INF) fazer um coelhinho

Outro verbo que é freqüente nos dados é o verbo *tell* – também seguido de *to*. Este verbo traz uma questão para nossa análise. É definitivamente um verbo ECM, porém nossa dúvida é se esse verbo é ou não causativo. Isso acontece, pois os exemplos com este verbo podem ser traduzidos de diferentes maneiras no português e não se sabe ao certo em qual tipologia verbal ele se encaixa. Observe as sentenças em (12):

- (12) a. I told him a lie.

Contei para ele uma mentira. (declarativo)

- b. I told him to go/ bring the book.

Mandei ele ir/trazer o livro. (causativo)

- Disse* para ele ir/trazer o livro. (declarativo)
Pedi pra ele ir/trazer o livro. (de inquirição)

Conforme vemos em (12b), a mesma sentença pode ser traduzida do inglês de várias maneiras. Talvez exista o verbo *tell* (declarativo) e o verbo *tell to* (causativo). Pragmaticamente, *tell to* é muito forte, ou seja, parece ter o sentido de causativo – *mandar*. Ao mesmo tempo, vale destacar que *tell someone something* é um verbo bitransitivo, com dois complementos (cf. 12a). Tomando (12b) pelo sentido de (12a) e admitindo que *tell someone something* é sintática e semanticamente diferente de *tell someone to do something* (realmente um causativo), então esse verbo funcionaria mais ou menos como o verbo *ver* no PB que aceita as duas subcategorizações. De qualquer maneira, é um verbo que também é tardiamente produzido pela criança, além de aparecer sempre seguido da partícula *to* e nunca por um infinitivo nu, da mesma forma que atestado na gramática adulta. Outras ocorrências do mesmo verbo, atestadas na fala de Adam:

- (13) a. Urs(u)la told me to try some (a)nother ones. (Adam 3;7.7)
b. somebody told me to break it. (Adam 3;7.7)
c. because you told me to. (Adam 3;9.16)
d. Mommy # why you told me to knock dat down? (Adam 3;10.15)
e. see # Mommy # see what my horse told me to do? (Adam 4;3.9)
f. I tell you to [?] get out of town and you. (Adam 4;6.24)
g. I told you to get something # a book. (Sarah 5;0.30)

Outros exemplos incluem os seguintes verbos:

- (14) I don't need it to fall apart. (Adam 3;8.14)
eu não preciso isso TO(INF) desmoronar

- (15) I asked her to play. (Adam 5;2,12)

eu pedi para ela TO(INF) brincar

Conforme discutimos no capítulo anterior, na análise de Hornstein, Martins e Nunes (2006), os verbos P&C por vezes assumem um comportamento de verbos epistêmicos, que denotam compreensão mental. Dessa forma, com base no aparecimento tardio, parece que estes verbos são de difícil aquisição para a criança.

Quanto às ocorrências de verbos causativos, encontramos apenas dois exemplos⁶⁹ em todos os dados pesquisados, ambos com o verbo *let* (deixar) e ambos produzidos aos 4 anos de idade. Os exemplos são, mais uma vez, da fala de Adam.

- (16) I want you to do it for me # and *let* me turn it off. (Adam 4;2.17)

eu quero você TO(INF) fazer isso pra mim # e deixar eu INF(nu)

desligar isso

- (17) Ursula letting me share her paper # I'm gonna *let* her share my paper.

Ursula deixando eu INF(nu) dividir seu papel # eu vou deixar ela

INF(nu) dividir meu papel. (Adam 4;9.02)

Já os verbos perceptivos parecem ser ainda mais escassos e a única ocorrência na fala das três crianças é também tardia (4 anos e 7 meses, conforme (18)). É curioso notar que o verbo *ver* aparece no presente, o que parece ser uma marca semântica ainda mais forte do sentido concreto da percepção direta. Em (19), o interessante é que o verbo *ver* como marcador discursivo está presente nos dados com mais frequência do que o mesmo verbo com o sentido de percepção.

⁶⁹ Excluimos, portanto o verbo *tell to*, discutido anteriormente, por não sabermos ao certo sua significação.

- (18) # while I see it spin # I'm gonna shoot de marbles. (Adam 4;7.1)
enquanto eu vejo isto INF(nu) girar# eu vou atirar as bolinhas de gude
- (19) a. see # I'm gonna do four tapes and that's gonna be my umbrella.
vê # eu vou fazer quatro fitas e isto vai ser meu guarda-chuva
- b. see # I'm gonna make dis one. (Adam 4;9.02)
vê # eu vou fazer este aqui

Como os exemplos de complementação infinitiva de verbos P&C são bastante escassos, surge a hipótese de que talvez a complementação desses verbos seja de outro tipo, gerúndio, por exemplo. Uma vez investigados estas ocorrências, a hipótese parece se confirmar em função dos exemplos encontrados e da idade em que essas sentenças aparecem.

- (20) a. Let me writing. (Eve 1;10)
deixa eu escrevendo (GER)
- b. they go see me eating. (Eve 2;0)
eles ir ver eu comendo (GER)
- c. let me see it dripping. (Eve 2;1)
deixa eu INF(nu) ver isso pingando (GER)

Pouco antes de 2 anos de idade, encontramos ocorrência do verbo causativo *let* (sem sujeito explícito – talvez um modal), com complementação gerundiva (20a). Em (20c), o verbo *let* apresenta um complemento infinitivo – *see* – que apresenta complementação no gerúndio. De qualquer maneira, uma construção como em (15c) não pode ser tomada como argumento em favor da aquisição de verbos P&C em estágio inicial, em função de ocorrer uma única vez nos dados pesquisados. Mito (comunicação pessoal) nos chama atenção para o fato de que, no PB, a sentença *deixa eu ver* (por vezes pronunciada como *dei'xô vê*) está muito presente no universo da

criança em idade de aquisição. Não temos dados suficientes para comprovar este argumento, mas por encontrarmos a contraparte desta sentença também em inglês (*let me see* (cf. 20c)), a questão merece um pouco mais de atenção.⁷⁰ Abaixo, mais dados de verbos P&C com complementação gerundiva.

- (21) a. I hear him crying again # d(o) you? (Adam 4;1.15)

eu ouvi ele chorando de novo # você ouviu

- b. see dem going up? (Adam 4;4.1)

vê eles subindo

- c. you can't hear me showing you dat. (Adam 4;5.11)

você não+pode INF(nu) ouvir eu mostrando você aquilo

- d. I think I hear em calling. (Sarah 4;7)

eu acho (que) eu INF(nu) ouvi eles ligando

- e. I think she hears me going on a merry-go-round # doesn't she?

eu acho (que) ela ouviu eu indo num carrossel, ela não ouviu?

(Adam 4;7.1)

- f. # Ursula letting me share her paper. (Adam 4;9.2)

Ursula deixando eu INF(nu) dividir um papel

- g. I don't hear them coming in here. (Adam 4;10.2)

eu não INF(nu) ouvi eles entrando aqui

⁷⁰ Em função da restrição de tempo, optamos por analisar apenas a compreensão infantil de sentenças com verbos P&C, conforme discutiremos na seção seguinte. Em nossos testes com o PB, a fala dirigida à criança e os dados de produção não foram analisados e defendemos a idéia de que a estrutura apontada por Mioto merece um estudo próprio.

A maioria dos exemplos de Adam e de Sarah envolve verbos perceptivos, em especial o verbo *hear* (ouvir). Destacamos apenas que os dados foram produzidos em um estágio já avançado de aquisição (4 anos), e que a complementação é gerundiva, diferente da complementação infinitiva que investigamos. O infinitivo, em função dos poucos exemplos encontrados e discutidos, parece realmente aparecer na fala da criança posteriormente à complementação com o gerúndio e posteriormente à aquisição de verbos ECM com a partícula *to*.

Como conclusão dessa subseção, verificamos que verbos ECM são comuns na aquisição do inglês. Apesar de aparecerem tardiamente, são vastos os exemplos e relativamente sem erros no uso do pronome. Quanto a esse ponto, é importante destacar que o sistema pronominal do inglês é bem marcado e relativamente invariável em relação às posições que cada pronome pode ocupar na sentença (cf. (22)). Em verbos ECM, por exemplo, o pronome da sentença matriz é marcado na forma de pronome objeto, e jamais sujeito ⁷¹ (23).

- (22) a. He likes her / She likes him.
 b. *Him likes she /*Her likes he.
- (23) a. He saw her leave.
 b. *Her saw he leave.

No contraste das sentenças em (23) com as sentenças do PB, em (24), é fácil notar que o PB admite o uso do mesmo pronome tanto em posição de sujeito da matriz, como na posição de objeto do verbo matriz, onde o pronome é também sujeito da encaixada (24).

⁷¹ O sistema de pronomes do inglês é mais restrito que o sistema do PB, (que também inclui clíticos). No que se refere aos pronomes sujeito e objeto, temos o seguinte quadro:

(i) Pronomes	Sujeitos	Objetos
	I	me
	you	you
	he	him
	she	her
	It	it
	you	you
	they	them

Apesar das formas *you* e *it* serem iguais nos dois grupos pronominais, não parece ser o caso de a criança usar o pronome sujeito em lugar do pronome objeto, pois isso não acontece nas demais pessoas.

- (24) a. Ele viu ela sair.
b. Ela viu ele sair.

Saber como os pronomes e clíticos da encaixada funcionariam no PB parece ser mais complicado uma vez que há a perda de clítico de terceira pessoa no PB (cf. Cyrino, 1997; Duarte, 1989; entre outros). No entanto, a língua ainda preserva o sistema de clíticos, de maneira empobrecida, pois ainda se retém o clítico de primeira pessoa do singular e em alguns dialetos os de segunda (cf. exemplos discutidos no capítulo 1 e repetidos aqui como (25) e (26)).

- PE (25) a. Eu mandei escrever os alunos.
b. Eu mandei-**os** escrever.

- PB (26) a. Eu mandei os alunos escrever.
b. Eu mandei **eles** escrever.

Além disso, os pronomes tomados como sujeitos são usados também no lugar dos objetos em outros contextos, tanto em dados adultos quanto infantis. (Casagrande, 2007)

- (27) Encontrei **o João**_i no shopping e vi **ele**_i no cinema.
(28) Eu tenho certeza que eu não gastei **ela**.
(ela: nota de 50 reais. P,18/02/06)
(29) vou esticar bem **ela**. (G, 3;6,02)

A mesma idéia para a aquisição é defendida em relação a outro fenômeno: a aquisição da morfologia verbal. As crianças adquirindo o italiano parecem adquirir essa estrutura muito cedo, por ter a morfologia verbal muito bem marcada e definida; mais cedo do que no inglês.

	Concordância Esperada	Infinitivas Raiz	Discordância
M. 1;8 – 2;7	93,5%	4,9%	1,6%
D. 1;10 – 2;6	98,1%	0,4%	1,5%
G. 2;2 – 2;7	95,7%	1%	3,3%

Tabela 6: Concordância em italiano (Guasti, 1992)

Simone 1;7 – 2;8	Em contextos obrigatórios	Uso apropriado
-st (2ª p. sg)	81,5%	100%
-t (3ª p. sg)	83%	98%

Tabela 7: Concordância em alemão (Clahsen & Penke, 1992)

Person / number	Incorrect productions (%)
1 SG	8.4
2 SG	0
3 SG	0.5
1 PL - <i>a gente</i>	23.5
1 PL - <i>nós</i>	0
2 PL	-
3 PL	43.5

Tabela 8: Concordância em PB (Rubino & Pine, 1998)

Em relação aos dados ECM do português, destacamos alguns dados do trabalho de Averborg (em preparação). A pesquisa é sobre a ocorrência de sujeitos e objetos na fala infantil e não exatamente com verbos ECM ou P&C. No entanto alguns dados merecem atenção:

(30) (02;03,13 - H3)

M: Ovo. Ele vai papá ovo. Humm... Que ovinho gostoso!.. [Virando a página] E depois, que que *ele* tá fazendo? [Apontando a figura no livro]

C: Eu viu **ele**.

(31) (02;05,13 - A3)

Pr (uma das irmãs): Dá *a Barbi* pra ela! Ela gosta de brincá com *a Barbi*.

C: Mi dá *a Barbi* pa mim, dá __! **Dexa __ tomá sol.**

(32) (02; 06, 27 - P6)

C: Olá. (enroscando as cordas ao girar a balança)

I1: Hum,hum.

C: Deixa ela rodá. Ó, ó. Agora ela vai palá.

Em (30) verificamos que o verbo *ver* já faz parte dos dados de produção infantis por volta dos 2 anos de idade. Seu sentido é realmente de percepção e não de marcador discursivo como atestado no inglês nos dados de Adam anteriormente discutidos. Mesmo sendo adquirido inicialmente, o verbo *ver* (transitivo) é complementado apenas por um objeto (ele, sem que possamos atestar a referência deste pronome). Também a marcação de concordância de pessoa atestada ainda não é da forma feita na gramática adulta. No exemplo em (31), também presente aos dois anos de idade, o verbo causativo *deixar* aparece, porém a criança deixa vazia a posição em que o sujeito da infinitiva deve aparecer (referente à boneca Barbie) e a marcação excepcional de caso simplesmente não é feita por não haver aí um sujeito explícito. No último exemplo dos 2 anos de idade, já por volta dos dois anos e meio, a criança produz uma sentença com o verbo causativo *deixar*, com a posição do sujeito da encaixada preenchida por um pronome (32). Contudo, retomamos a questão de não compreendermos tão facilmente o significado deste verbo. Talvez, pela idade precoce em que esta sentença é produzida esperamos que o significado seja de ‘não impedir’, pois seu complemento denota um evento (cf. capítulo anterior) e eventos entrariam mais cedo na aquisição (cf. seção anterior).

Os exemplos a partir dos 3 anos de idade parecem finalmente apresentar complementação com infinitivo para os verbos causativos - (33) é com o verbo causativo *mandar* e (34) (semelhante à construção em (32)), com o verbo *deixar*.

(33) (03;01,02 - A9)

C.: “Boa tardi, pofessola, comu vai?” (S.e C. batem palmas, cantando).

Manda eli volta pru lugar! (Aponta o *bichinho* que está no final da fila).

(34) (03;01,27 - A10)

M.: Não, dexa ela istudá aí. É mais importanti.

C.: (Bate em S.). **Dexa eu estudá!** Vô dexa *essi cadernu* aqui, pra você num pegá __, du meu ladu. Vai pegá __?

O exemplo em (35) retoma a construção destacada por Miotto e que até então não tinha sido atestada nos dados do PB que pesquisamos⁷². O exemplo ocorre aos 3;01 anos de idade, ao passo que no inglês, acontece por volta de 2;01 anos (exemplo em (20c) repetido abaixo como (36)). Talvez essa diferença de um ano na idade de produção também seja explicada em função do sistema pronominal o inglês ser mais restrito que o do PB, uma vez que na tradução da sentença para o PB, duas formas são corretamente possíveis (36') e (36''). Por fim a sentença em (37) aparece com o verbo *ver*, mas com complementação gerundiva.

(35) (03;01,27 - A10)

S.: (Pega *o livro* da mão de C.)

C.: Não. (Começa a gritar). **Dexo [__] vê __ assim.** (Coloca *o livro* em suas pernas.)

(36) **let me see** it dripping. (Eve 2;1)

deixa eu INF(nu) ver isso pingando (GER)

(36') Me deixa ver isso pingando.

(36'') Deixa eu ver isso pingando.

(37) (03;05,00 - H17)

M.: Não foi a bruxa lá e ela comeu a maçã?

C.: **É, então a... a rainha vinha vê a Banca de Neve lavando o chão.** (Vira a página).

⁷² A mesma busca feita nos dados de produção do inglês apresentados nesta seção, foi feita também para os dados do PB e será apresentada na próxima seção.

2.3 OS VERBOS P&C

Dado o quadro até aqui discutido, voltamos nossa atenção para o fenômeno dos verbos P&C, com o objetivo de, mais especificamente, analisar os dados em aquisição como decidibilidade empírica para as opções teóricas discutidas anteriormente.

Anteriormente discutimos que o infinitivo no inglês parece surgir apenas depois da complementação com o gerúndio em contextos de sentenças completivas com ECM. No PB, a aquisição é precoce, pois o infinitivo aparece relativamente cedo, porém apenas em adjuntos. Nesses casos, a preposição pode atribuir caso ao sujeito e isso talvez implique que a marcação excepcional de caso por preposições seja anterior à marcação por verbos ECM. Entretanto, não é parte do escopo desse estudo investigar a marcação excepcional de caso por preposições. No PB, verifica-se que antes dos 3 anos de idade a criança já produz verbos no infinitivo.

Evidências são encontradas conforme atestado no trabalho de Lopes (no prelo) e nos dados de A.C.⁷³ e R.⁷⁴ abaixo, em que verificamos também os contextos em que estes infinitivos ocorrem.

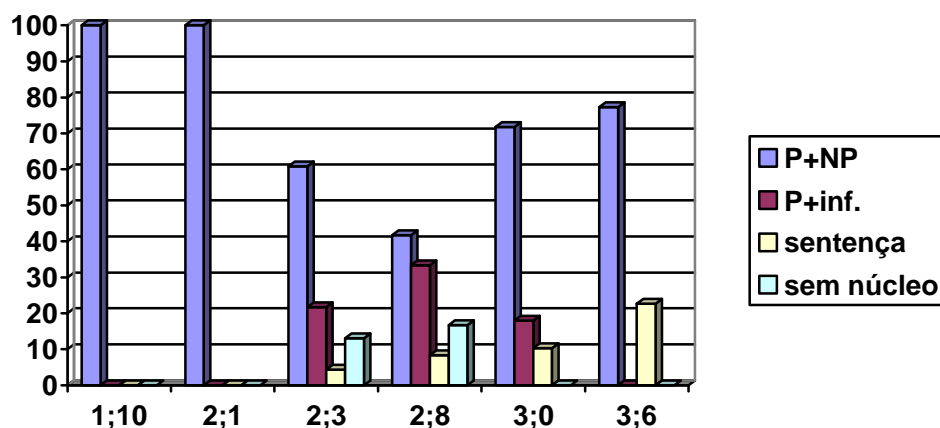


Gráfico 1: Média percentual da forma dos adjuntos por faixa etária examinada nas duas crianças (retirado de Lopes (no prelo)).

⁷³ Os dados de A.C. são do banco de dados do CEAAL, PUCRS.

⁷⁴ Os dados de R. são do banco de dados do CEDAE/IEL/UNICAMP.

Os dados de Lopes (no prelo) confirmam a entrada de infinitivo nos dados infantis aos 2;3 anos (Preposição + infinitivo), conforme o exemplo em (38) abaixo:

(38) bota aqui pra ele falar de novo. (A.C. 2;3)

(39) a/b. agora vamo(s) arruma(r) ele e por o chapeuzinho # que eles vão fica(r) bem bonitinho(s) # vamo(s)? (R. 3;02.06)

Em (39a) o infinitivo e o verbo (*vamos*) podem denotar futuro se a perífrase – *vamos arrumar* – significar *arrumaremos*. Em outra análise, o verbo *ir* pode ser tomado como um modal (em oposição à forma *let's*, do inglês) e quando aparece ligado ao infinitivo *arrumar*, atribui alguma informação (modo) a este infinitivo, licenciando seu aparecimento. Já no caso do infinitivo em (39b), o contexto é de perífrase de futuro (*vão ficar* = *ficarão*), um fenômeno de marcação do futuro já consolidado na fala no PB. Como a criança não tem como marcar futuro de outra maneira, não parece que o exemplo em (39a) seja realmente um modal.

(40) a. por quê tem que por bastante pulseirinha?

b. é # é # é pra po(r) # pra po(r) # pra po(r) pulseirinha neles?

c/d. xxx zá [""] já sei assobia(r) # que(r) ve(r)?

e. é pra eles comerem xxx comerem. (R. 3;02.06)

f. **sabe que** eu já sei doba [""] dobrar?

g. não # agora xxx **quando** xxx eu quero dormi(r). (R., 3;02.20)

Em (40a) há novamente um contexto de verbo modal, com sujeito correferente. A preposição aparece nos exemplos (40b) e (40e), em que o infinitivo é regido pela preposição *para* nos dois casos, como sentenças adjuntas. Os verbos *saber* (epistêmico)

e *querer* (volitivo) aparecem ligados ao infinitivo nos exemplos em (40c) e (40d). No inglês, os mesmos verbos são ECM e aparecem por volta da mesma idade. No PB, entretanto, não são ECM, são verbos correferentes. Vale destacar que em (40f) o infinitivo aparece novamente como complemento de verbo saber e que a complementação finita com o mesmo verbo também já é presente na fala da criança, como destacado no mesmo exemplo. No caso de (40g), além do verbo *querer*, a presença de um advérbio temporal, parece licenciar o uso do infinitivo por atribuir à sentença uma informação temporal. Isso parece natural, uma vez que não é consensual na literatura se infinitivos possuem ou não uma carga semântica de tempo, modo e aspecto.

“Given that the modal itself is not overtly expressed, we can only state the kinds of modal messages that these RIs seem to convey. These include deontic and boulemaic modality, expressing necessities and desires. The meaning of the RI sentences is inferred from the linguistic and non-linguistic context of the utterance.” (Hoekstra & Hyams, 1998, p. 91/92)

Já as sentenças finitas têm suas realizações nos modos indicativo ou subjuntivo e apresentam realização de modo e tempo. Assim, é fácil prever que os predicados modais acrescentam um valor semântico ao infinitivo, e talvez por isso o grande número de ocorrências de verbos modais nos dados infantis. (cf. Freire, 2005).

Em relação aos verbos P&C, são muito poucas as ocorrências encontradas. Destacamos dois exemplos abaixo que representam a tipologia comumente encontrada nos dados:⁷⁵

- (41) a. (es)tá ven(d)o faze(r) na casa dele xxx zá ["] já fez. (R., 3;02.06)
b. deixo ["] deixa eu dormir agora. (R., 3;02.20)

⁷⁵ Nosso estudo não é de forma alguma quantitativo, assim, levantamos apenas os dados de relevantes a fim de nos apoiarmos na produção infantil para explicarmos nossas hipóteses.

A sentença com verbo perceptivo não parece denotar percepção direta e não apresenta sujeito no infinitivo. Não se trata, portanto de um caso de ECM. O contexto da entrevista de onde a sentença foi retirada também não nos permite ser conclusivos em relação ao sujeito ao qual a criança se refere em (41a). Já o exemplo com o verbo causativo *deixar* parece ser com o sentido de *permitir*, e novamente o velho enigma: não existe a certeza de que a ação ocorreu, sendo assim uma proposição.

Com base no que apresentamos em relação aos dados infantis, os infinitivos não parecem ocorrer em contextos de P&C até os 3 anos de idade. Os infinitivos nas sentenças encaixadas até esta idade só parecem ocorrer em contextos em que o sujeito apresenta o mesmo sujeito da sentença matriz, ou quando são licenciados por uma preposição.

Uma explicação para a não-ocorrência de infinitivos com verbos ECM pode vir da análise de Castillo (2001) que retomamos agora. A autora propõe um critério de tempo (*Tense Criterion*) que deve ser satisfeito por verbos ECM. De acordo com esse critério, um traço interpretável T_n tem que estar numa relação de especificador-núcleo com o traço T_n do DP sujeito. Assim, o sujeito da encaixada é interpretado temporalmente na sua própria sentença e o sujeito matriz é interpretado no TP da sentença matriz. Além disso, para que o critério de tempo seja satisfeito, a sentença deve ter um TP com traço T_n. Se a sentença não tiver T, a interpretação temporal ocorre no VP da matriz. Se o traço T_n não estiver presente, a sentença não pode ter um DP lexical como sujeito, mas sim um PRO, interpretado em relação ao seu ‘controlador’. A autora argumenta que sujeitos de complementos verbais dos verbos perceptivos têm que contar com uma relação anafórica entre os traços de tempo do verbo matriz e os da encaixada. Essa operação proposta por Castillo (*op. cit*) é complexa, não porque exige que a interpretação temporal da sentença encaixada seja a mesma da sentença matriz, mas sim porque exige que TP e traços de tempo T_n interpretáveis estejam presentes também num DP sujeito. Uma operação complexa assim pode, eventualmente, dar conta do surgimento tardio das construções com verbos P&C.

Uma segunda hipótese para explicar a dificuldade na aquisição de complementos infinitivos de verbos P&C talvez esteja relacionada à tal “força causativa” que sugerimos no capítulo 1. Quanto mais eventivo for o predicado, mais ‘rápida’ é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é essa aquisição. Desconhecemos estudos que sugiram

que a aquisição de eventos é anterior à de proposições e/ou que proponham que a depender do grau de causativização a aquisição destes verbos é mais tardia ou não. Hipotetizamos, deste modo que eventos são, de fato, adquiridos antes de proposições. O fato é que *fazer alguém sair* parece ser mais concreto que *mandar alguém sair*. Concreto no sentido de que no primeiro houve um evento e no segundo aquilo que é denotado pelo complemento é uma proposição, é epistêmico e envolve processos mentais mais complexos para o entendimento da sentença. Dessa forma é esperado que complementos de verbos de percepção e do verbo causativo *fazer* sejam atestados anteriormente aos demais verbos causativos. Verificaremos essa questão nos testes que apresentaremos na seção 3.

Outra questão que pode explicar a aquisição tardia desses complementos seria o contraste entre o indicativo e o subjuntivo. De acordo com Bechara (2004), Os modos verbais (indicativo e subjuntivo) expressam a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e seu agente. Dessa forma, o indicativo é usado “em referência a fatos verossímeis ou tidos como tais” e o subjuntivo “em referência a fatos incertos” (Bechara, 2004: 221).

(42) Perceptivos: indicativo

Vi que ela varreu a casa.

(43) Causativos: subjuntivo

Mandei que ela varresse a casa.

É preciso considerar que uma vez que o subjuntivo passa a ser menos utilizado na fala e passa a ser substituído pelo indicativo, talvez a criança não consiga identificar tão facilmente o que é verossímil do que é incerto. A distinção de modo indicativo vs. modo subjuntivo no PB atual merece um estudo próprio para investigar se o modo, ou melhor, se a forma de expressão do modo realmente muda sua interpretação. Se a mudança na interpretação for atestada, o contraste entre o indicativo e o subjuntivo se torna um complicador para a criança. No entanto, se apenas a forma de expressão do

modo mudou, a falta de distinção indicativo e subjuntivo não apresentaria problemas para a interpretação infantil.

Os dados abaixo foram retirados de dados adultos para exemplificar este fenômeno:

(44) Talvez eu *tenho* isso em casa (= *tenha*)

(45) Acredito que ela *vai* te procurar. (= *vá*)

(46) Se eu *tenho* o livro eu te aviso. (= *tiver*)

Não encontramos na fala espontânea adulta a existência de dados em que o subjuntivo é substituído pelo indicativo em contextos de verbos P&C. Porém, não descartamos que possa haver algumas ocorrências deste tipo. Se nos contextos de sentenças finitas, aos quais a criança estiver exposta, o indicativo for utilizado sem distinção, não parece tão difícil concluir que em contextos com sentenças infinitivas, especificamente ECM, a criança não consiga descobrir como utilizar o infinitivo.⁷⁶ Lembramos que o outro lado também é possível. Não é uma questão de que a criança não tenha adquirido o indicativo ou subjuntivo, tampouco a estrutura sintática de sentenças finitas. A idéia é similar a de Schütze (1997), discutida anteriormente e repetida abaixo:

“I suggest they do not know is how to use the different types of INFLs to express the right meanings in the right syntactic /semantic /discourse contexts. This should not be taken to imply that they know *nothing* about the semantic properties of the (contentful) INFL elements, but **something in the mapping is missing**. (p. 71) ⁷⁷

⁷⁶ É claro que essa distinção de modo só será relevante uma vez que se verifique que a forma de expressão do modo mudou sua interpretação, sendo assim um complicador para a criança, conforme discutimos anteriormente. Apenas um estudo próprio poderá verificar a mudança na interpretação dos modos indicativo e subjuntivo.

⁷⁷ Novamente, grifo meu.

Talvez o que falta nesse mapeamento seja exatamente a questão do contraste entre o indicativo e o subjuntivo ser relevante para a criança passar a produzir sentenças com complementos infinitivos proposicionais e alcançar a gramática adulta.

2.4 CONCLUINDO...

Com base no quadro traçado até aqui a respeito do infinitivo em contextos infantis, fica evidente que ainda há muito para se compreender sobre seu comportamento na aquisição. A respeito dos RIs, são pelo menos três as propostas para explicar o fenômeno. A primeira afirma que RIs funcionam como um auxiliar nulo ou modal nulo. No entanto, essa hipótese não parece funcionar em relação às propriedades dos sujeitos nulos de RIs. Semanticamente a interpretação de alguns RIs pode corresponder a uma interpretação modal. (cf. Schütze, 1997). Ainda assim, a hipótese não consegue dar conta do fenômeno como um todo. Talvez a crítica que mais nos interessa em relação à essa hipótese venha de Hoekstra & Hyams (1998) que argumentam que a modalidade se refere à morfologia do infinitivo e que a restrição eventiva, deriva da interpretação modal. Como mostramos, a forma *nua* no inglês não está sujeita à Restrição Eventiva, portanto não há referência modal nesta forma. Assumindo que verbos P&C no inglês são nus (cf. mostramos no capítulo 1), a hipótese de auxiliares nulos ou modais nulos não deve funcionar para estes tipos verbais também no PB.

“there are both quantitative and qualitative differences in the behavior of the English bare form and the root infinitive in the other languages studied. We will further show that these differences stem precisely from the morphosyntactic difference between true infinitives and the English bare form, which is not in fact an infinitive.” (Hoekstra & Hyams, 1998: 86)

A segunda hipótese é de (Radford 1990 *apud* Schütze, 1997) e assume que o fenômeno das RIs resulta da ausência de categorias funcionais. A idéia é que as

categorias funcionais devem ‘amadurecer’, e que as gramáticas infantis em fase inicial de aquisição contêm apenas projeções lexicais. A proposta de Radford (*op. cit.*), além de não levar em consideração que as crianças têm mais tipos de sentenças (SCs, finitas, e não-finitas) presentes no *input*, é fortemente baseada na *bare form* do inglês (que inclusive é a única língua considerada pelo autor). Por fim, o fato de que as construções com RIs ocorrem simultaneamente às construções finitas é um forte argumento contra a hipótese maturacional de aquisição da linguagem.⁷⁸

A terceira hipótese para RIs parece dar conta dos exemplos discutidos nas diversas línguas além de ser a mais adequada para explicar nossos dados.⁷⁹ Segundo essa hipótese, as sentenças contêm projeções funcionais plenas (até CP), mas determinados núcleos funcionais são não-especificados para alguns traços. Os traços diferem de autor para autor em função de cada análise. Wexler (1998) defende que esse traço seja tempo. Hoekstra & Hyams (1998), número. Schütze (1997) propõe que os traços não especificados são tempo e *accord*. Em nossa análise, com base nos dados observados e discutidos, parece realmente haver mais de um traço não-especificado para a criança. No entanto, faz-se necessário um estudo mais específico para investigar a questão. Acreditamos também que o fato dos traços estarem não-especificados para a criança envolve a interface de dois campos de estudos: a morfossintaxe e pragmática. A hipótese é a de que algumas condições pragmáticas ‘licenciem’ as construções morfossintáticas (cf. Schutze (1997); Hoekstra e Hyams (1998)).

“We propose that children converge on the morphosyntax of their ambient language very quickly, as is evidenced by the kind of properties we reviewed above concerning agreement and form-position correlations, but that children are less restricted than adults in the grammatical options allowed by the relationship between grammar and discourse. In particular, we take the position that finite and non-finite constructions are grammatical in the adult system as in the child’s system, but that the RI-construction is much more limited in the adult output because of a bleeding relationship that exists between RIs and finite utterances.” (Hoekstra & Hyams, 1998: 86)

⁷⁸ As hipóteses para explicar a aquisição da linguagem fogem do escopo deste trabalho. Vários trabalhos discutem essa questão. Destacamos o trabalho de Lopes (1999), Meisel (1997), Casagrande (2007) e referências aí citadas.

⁷⁹ Vide nota anterior.

A mesma idéia parece explicar os dados discutidos em contextos de ECM. Na seção 2.2 a discussão tomou como base os dados do inglês, uma língua rica nestes tipos verbais. Concluímos que a produção de estruturas ECM com complemento infinitivo com a partícula *to* é anterior aos mesmos tipos verbais com infinitivo nu. Destacamos também, nos dados infantis, o grande número de acertos no que se refere ao uso do sistema pronominal. Nossa explicação é em função do sistema flexional do inglês ser pobre e os pronomes bem marcados em relação à posição que ocupam nas diversas sentenças ou mesmo por ser a forma *default* para o inglês.

A complementação gerundiva com verbos P&C no inglês também parece ser anterior à complementação infinitiva. No PB, os infinitivos aparecem bem cedo (por volta dos 2;3 anos) conforme discutimos na seção anterior. Os tipos verbais encontrados no inglês, entretanto, ocorrem no PB na mesma faixa etária mesmo não sendo em contextos de ECM. (querer – *want*; saber – *know*).

Concluindo a discussão feita na seção anterior levantamos três hipóteses que podem explicar a produção tardia de verbos P&C na fala infantil:

- 1 - Os infinitivos nas sentenças encaixadas ocorrem em contextos em que o sujeito apresenta o mesmo sujeito da sentença matriz, ou quando são licenciados por uma preposição até os 3 anos de idade;
- 2 - Quanto mais eventivo for o predicado, mais ‘rápida’ é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é essa aquisição;
- 3 - Uma vez que o modo subjuntivo é menos utilizado na fala e é substituído pelo modo indicativo, talvez a criança não consiga identificar tão facilmente o que é verossímil do que é incerto, tornando a aquisição de complementos infinitivos de verbos P&C ainda mais tardia.

Na seção seguinte, apresentaremos os testes que conduzimos para tentar dar conta das hipóteses apontadas até agora. Passemos a eles.

3. OS TESTES COM VERBOS P&C

Nesta seção apresentaremos os testes que conduzimos com 30 crianças que adquirem o PB como língua nativa⁸⁰ em duas escolas na cidade de Florianópolis.⁸¹ A idade das crianças variou de 2;0 anos até 4;09 anos. Para facilitar a análise dos dados, as crianças foram separadas por faixa etária em grupos de 10 e cada criança era testada individualmente. A faixa etária das crianças do primeiro grupo variava de 2;0 a 2;11 anos de idade (idade média = 2;04 anos); no segundo grupo as idades variavam entre 3;0 a 3;11 anos de idade (idade média = 3;03 anos); e no último grupo as idades variavam de 4;0 a 4;9 anos de idade. (idade média = 4;03 anos).

Procedimento: O teste que realizamos não tinha por objetivo verificar a produção de sentenças com complementos infinitivos de verbos P&C feitas por crianças. Nosso objetivo era verificar a compreensão dessas estruturas a fim de validar as hipóteses discutidas na seção anterior. Dessa forma, cada criança era testada individualmente na presença apenas do entrevistador. Cada criança deveria identificar em um grupo de três figuras, aquela que representava a sentença expressa pelo investigador. Por não se tratar de um teste de gramaticalidade e não ser um teste com um alto grau de complexidade, as crianças não tiveram problemas em entender a sentença-alvo nem as instruções do teste. Ao todo, 14 sentenças foram testadas e serão discutidas. Testamos as sentenças com um DP sujeito na encaixada e depois testamos a mesma sentença com um pronome como sujeito da encaixada. Nossa intenção ao testar a mesma sentença com o pronome era verificar se isso de alguma forma representaria algum entrave na compreensão das sentenças com verbos P&C. As seguintes sentenças foram testadas:

- (47) a. O menino deixou o passarinho fugir.
b. O menino deixou ele fugir.

⁸⁰ Na verdade mais de 30 crianças foram entrevistadas e algumas delas tiveram que ser descartadas de nossa análise em função de não entenderem o teste e/ou não se mostrarem participativas o suficiente.

⁸¹ Agradeço à compreensão da Escola Internacional de Florianópolis e do NDI por permitirem que eu passasse alguns dias convivendo com as crianças e coletando dados para a pesquisa.

- (48) a. O menino deixou o passarinho ficar na gaiola.
b. O menino deixou ele ficar na gaiola.
- (49) a. A menina viu o cachorro dormir.
b. A menina viu ele dormir.
- (50) a. A menina viu o cachorro dançar.
b. A menina viu ele dançar.
- (51) a. O menino mandou o cachorro comer.
b. O menino mandou ele comer.
- (52) a. O menino mandou o cachorro ir para a casinha.
b. O menino mandou ele ir pra casinha.
- (53) a. A menina fez o cachorro sair.
b. A menina fez ele sair.

Para testar a sentença (47), por exemplo, duas figuras mostravam o mesmo passarinho em duas ações diferentes. Em uma figura o passarinho realmente voava do lado de fora da gaiola enquanto na outra ele permanecia dentro da gaiola. Na terceira figura, já não havia mais o passarinho e sim um porquinho. A terceira figura era apenas distratora para que se pudesse controlar se as crianças estavam respondendo aleatoriamente ou não o que era testado.⁸²

Resultados: Os resultados são apresentados na tabela a seguir, de acordo com a faixa etária de cada grupo.

⁸² As figuras utilizadas nos testes seguem anexadas, ao final desta dissertação.

Sentenças	Grupo 1 (2;0 a 2;11 anos)	Grupo 2 (3;0 a 3;11 anos)	Grupo 3 (4;0 a 4;9 anos)
ver	70%	100%	100%
deixar	0%	70%	100%
mandar	40%	90%	90%
fazer	60%	100%	100%

Tabela 9: Porcentagem de acertos dos 3 grupos

Cabe destacar, logo de início, a grande diferença de acertos existente entre as crianças do primeiro grupo e as do terceiro grupo. Verifica-se que no grupo 1 a quantidade de acertos é muito menor que a quantidade de acertos do grupo 3. Isso pode sugerir que a criança adquira verbos P&C com complementação infinitiva por volta dos 4 anos. Outro fato nos chama a atenção: o fato de nenhuma criança entre 2;0 e 2;11 testada ter acertado as sentenças com o verbo causativo *deixar*.

No capítulo 1, discutimos a questão da ambigüidade desse verbo e mostramos os dois sentidos que esse verbo pode assumir. O verbo *deixar* parece ter, no mínimo, duas significações: (a) sentido de *permitir* (O menino permitiu que *o passarinho fugisse*) ou (b) sentido de *não evitar* (O passarinho fugiu, pois o menino não fez nada que o impedisse). Se o sentido assumido pela criança for o primeiro, não é preciso que a figura mostre o pássaro fora da gaiola. O pássaro pode estar dentro da gaiola, mesmo com a permissão do garoto para que ele fuja. O ponto que estamos procurando mostrar é que talvez seja difícil para a criança, aos dois anos, atribuir os dois sentidos para o verbo *deixar*. Por mais que acreditemos que o grau de causatividade é mais forte como (b) – *não evitar*, como nosso objetivo inicial não era verificar o grau de causatividade que as crianças atribuíam ao verbo *deixar*, não foi possível voltar aos testes e verificar esta questão.

É interessante destacar também que o verbo *mandar* é o único verbo que não apresenta 100% de acertos no grupo 3. Para tentar explicar esse fato, também

retomamos a discussão feita no capítulo 1. Conforme dissemos, o verbo *mandar* não parece marcar uma relação de causativização, pois não existe uma obrigatoriedade do que foi mandado no complemento infinitivo ter sido feito. Apenas se o que foi mandado tiver sido feito é que podemos afirmar que existe uma relação de causa e efeito. Repetimos abaixo o exemplo testado.

(51) a. O menino mandou o cachorro comer.

b. O menino mandou ele comer.

(52) a. O menino mandou o cachorro ir para a casinha.

b. O menino mandou ele ir pra casinha.

Nas sentenças em (51), por exemplo, é complicado definir se o cachorro comeu ou não e se isso foi ou não resultado de algo que o menino mandou; i.e., se o menino realmente causou a ação do cachorro comer. Nas figuras para a sentença (51), em uma delas o menino aparecia ao lado de um porquinho e esta figura nunca foi apontada pelas crianças como representando a sentença alvo. Nas outras duas, o menino aparecia com uma expressão de braveza, apontando para um prato com o osso em uma das figuras, e para a casinha do cachorro na outra. Essas figuras constantemente eram tomadas uma pela outra quando testamos as sentenças (51) e (52). Parece que é preciso de um contexto e de mais informação para que a criança possa descobrir se o que foi mandado foi ou não cumprido.

O verbo *fazer* se comporta da mesma forma que o verbo *ver* como defendemos ao longo do trabalho. São verbos que denotam eventos, algo concreto e direto, que pode ser facilmente mostrado numa figura. Isso talvez explique o fato de termos obtido 100% de acertos destes verbos nos grupos 2 e 3.

Ressaltamos ainda que a tal ‘força causativa’ levantada anteriormente parece se confirmar. Com base nos acertos dos três grupos, parece mesmo que existe um grau de causativização entre os verbos. O verbo *fazer* é, entre os verbos causativos, o verbo com maior índice de acerto nos grupos 2 e 3 (60% e 100%, respectivamente). Em

seguida aparece o verbo *mandar* (40% e 90%), seguido pelo verbo *deixar* (0% e 70%). Explicamos essa diferença de acertos de um verbo para outro em relação ao tipo de informação que cada verbo denota. Com base em nossos testes, um verbo que denota em seu complemento um evento parece ser mais facilmente identificado pelas crianças, independentemente da faixa etária testada. Isso corrobora a segunda hipótese que levantamos na seção anterior:

2 - Quanto mais eventivo for o predicado, mais 'rápida' é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é sua aquisição.

Em relação à primeira hipótese, como os testes exploravam dados de compreensão, é necessário a aplicação de outros tipos de testes mais complexos focados na produção e compreensão infantil para que se possa chegar à alguma conclusão mais específica. No entanto, como a partir dos 3 anos de idade o número de acertos é maior que o número de erros, parece seguro concluir que a marcação de caso antes desta idade é canônica, e não excepcional – ao menos em contextos de verbos P&C. Dessa forma, os dados estariam de acordo com os dados de produção espontânea que discutimos anteriormente.

Quanto à presença do pronome, apenas duas crianças erraram ao apontarem para a figura que representava a sentença que continha o dêitico, mas as mesmas crianças também erraram as mesmas sentenças com sujeito explícito. As demais diferenças de compreensão entre as sentenças com e sem a presença do pronome não se mostraram significativas e por isso não as discutimos aqui.

4. FINALIZANDO...

Retomando um dos pontos principais de nossa pesquisa – a questão da marcação de caso – constatamos que em contextos de verbos P&C o PB apresenta, as seguintes configurações possíveis quando a complementação é feita com uma sentença no infinitivo:

- (54) a. A vizinha viu o menino fumar.
b. A vizinha viu ele fumar.

c. A vizinha viu os meninos fumar.
d. A vizinha viu eles fumar.

e. A vizinha viu os meninos fumarem.
f. A vizinha viu eles fumarem.
- (55) a. A vizinha fez o menino parar de fumar.
b. A vizinha fez ele parar de fumar.

c. A vizinha fez os meninos parar de fumar.
d. A vizinha fez eles parar de fumar.

e. A vizinha fez os meninos pararem de fumar.
f. A vizinha fez eles pararem de fumar.

Já verificamos que as sentenças com flexão no infinitivo não são mais atestadas nos dados de fala atualmente. (cf. Pires, 2001; Schaf, 2003; Freire, 2005; Borges, 2005). Caso nominativo era atribuído canonicamente ao sujeito da sentença infinitiva (os meninos e eles, nos exemplos (e) e (f), respectivamente) pela flexão de primeira pessoa do plural *-em* do infinitivo. Atualmente, caso acusativo é atribuído de forma excepcional ao sujeito do infinitivo pelo verbo perceptivo ou causativo, uma vez que as formas em (c) e (d) passam a ser aceitas na língua. Os exemplos em (a) e (b) também são encontrados e a marcação casual é ambígua, pois pode ser tanto canônica – atribuída pela flexão zero – ou excepcional, atribuída pelo verbo perceptivo e causativo, se admitimos a ausência de flexão.

Voltando a discussão da questão da marcação de caso para a aquisição, a aquisição tardia é esperada uma vez que a criança está exposta a duas formas de infinitivo (com ou sem flexão) e duas marcações de caso diferentes. Isso geraria um dado ambíguo para a criança, podendo gerar mais de uma gramática e a criança então “optaria” por produzir sentenças finitas com verbos P&C, para apenas mais tarde, produzir estruturas com complementação infinitiva. No entanto, a partir do momento em que não se atestam mais nos dados de fala dois tipos de infinitivo e consequentemente, duas marcações de caso diferentes, como explicar a aquisição tardia de tais estruturas? A marcação excepcional de caso é de fato “mais complicada” para a criança?

Para dar conta dessas questões, propomos duas respostas:

- 1 - Em função da complexidade que se coloca para compreensão e produção quando um núcleo atribui caso a outro núcleo, a ECM é realmente adquirida tardiamente, após CCM.
- 2 - A criança não produz infinitivo em estágio inicial.

Quanto ao segundo argumento, verificamos que este argumento não se sustenta, pois já verificamos o uso de sentenças infinitivas desde cedo, embora em frequências variáveis em diferentes línguas. Vale ressaltar que os infinitivos em contextos de ECM, encontrados nesta fase, são regidos por preposições no PB. Nestes contextos, o infinitivo também aparece bem cedo – aos 2;3 anos – como atestado por Lopes (no

prelo). Vale ressaltar que os exemplos da autora se referem a sentenças infinitivas selecionadas por uma preposição, sentenças adjuntas, ou adverbiais. O estudo não é dedicado a construções ECM e tampouco se a preposição de fato atribui caso ao sujeito, ou se os sujeitos estão ou não preenchidos. No inglês, estes infinitivos, além de aparecerem marcados por preposição, aparecem também em contextos em que o infinitivo é antecedido pela partícula *to*. Os mesmos verbos ECM do inglês atestados em fase inicial, não são ECM no PB, mas também são encontrados nos dados de fala por volta da mesma idade (*want*, pedir; *know*, saber; *ask*, pedir/perguntar). Os verbos P&C, quando atestados nos dados iniciais, aparecem sem complementação sentencial ou com complementação gerundiva. Estes tipos verbais, apesar de serem ECM, parecem pertencer a uma sub-classe, de aquisição mais tardia.

As questões então se tornam outras: como explicar a aquisição tardia de complementos de verbos P&C? A marcação excepcional de caso destes verbos é de fato “mais complicada” para a criança? Por que estes tipos de ECM são adquiridos mais tarde?

Novamente duas hipóteses podem ser levantadas para explicar o fenômeno:

- 1 – Talvez com verbos P&C a ocorrência de complementação com sentenças encaixadas infinitivas não esteja presente nos dados de *input*.
- 2 – O infinitivo não tem as informações necessárias (como tempo, modo, aspecto, sujeito correferente, preposição para marcar caso excepcionalmente) para que a criança o utilize, salvo em contextos em que o infinitivo é correferente ou é regido pela preposição.⁸³

Quanto a primeira hipótese, ressaltamos que não foi uma hipótese perseguida desde o início do trabalho, por questões de escopo, mas nos parece ser uma proposta legítima. Se a criança não verifica sentenças deste tipo no *input*, não sabe como se dá a marcação de caso nestes tipos verbais. A não-produção de sentenças infinitivas com verbos P&C, seria em função de um outro problema: a criança talvez tenha que aprender lexicalmente quais são os verbos ECM em sua língua. Portanto, como não há dados robustos de verbos P&C com complementos infinitivos, então as crianças levam mais tempo para adquirir tais estruturas. A aprendizagem seria, então, lexical e não em

⁸³ Além destes dois contextos, no inglês o infinitivo também pode aparecer, desde cedo, antecedido da partícula *to*, conforme vimos na seção 2 deste capítulo.

relação ao mecanismo sintático envolvido na operação de ECM. Evidências para essa hipótese seriam: o aparecimento dos RIs – ainda que haja poucas ocorrências – e o aparecimento precoce de sentenças infinitivas em contextos preposicionados – 2;3 anos de idade, cf. discutimos anteriormente, em que a marcação de caso pode ser atribuída excepcionalmente.

Além disso, uma vez que nas sentenças finitas o modo subjuntivo é menos atestado na fala e é substituído pelo modo indicativo, talvez a criança não consiga identificar tão facilmente o que é verossímil do que é incerto, tornando a aquisição de complementos infinitivos de verbos P&C ainda mais tardia – caso exista realmente uma mudança na forma e interpretação do subjuntivo/indicativo. Não procuramos atestar o número de sentenças finitas ou infinitivas com verbos P&C nos dados da fala adulta (dirigida ou não à criança) nem detalhamos se nas sentenças finitas os contextos eram de subjuntivo ou de indicativo. Como desconhecemos estudos dessa natureza, um trabalho futuro merece ser feito para identificar se o número e o tipo de ocorrências finitas é fator relevante para a produção infantil. Como destacamos no capítulo 2, na análise de Hornstein, Martins e Nunes (2006), os verbos P&C por vezes assumem um comportamento de verbos epistêmicos, que denotam compreensão mental, e seu aparecimento tardio pode ser explicado em função do comportamento semântico duplo destes verbos (denotam percepção/ causatividade ou apresentam comportamento de epistêmicos).

Já em relação à segunda hipótese, muito pode ser dito, pois o uso do infinitivo na fala infantil é bastante discutido, principalmente em contextos de RIs. (cf. seção 2.1). Porém, antes de retomarmos os RIs, lembramos que os infinitivos em PB também podem ser eventivos ou proposicionais, a depender do verbo que os seleciona. A partir dos testes foi possível verificar que a ‘força causativa’ proposta ao longo do trabalho se confirma. O verbo *fazer*, é o verbo com maior índice de acerto entre os causativos (100% entre 3 e 4 anos de idade) e, assim como o verbo *ver*, tem como complemento um infinitivo eventivo, algo concreto e direto – que pode ser facilmente mostrado numa figura – seguido do verbo *mandar* e *deixar*, respectivamente. Isso corrobora uma outra hipótese que levantamos de que quanto mais eventivo for o predicado, mais ‘rápida’ é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é sua aquisição.

Nos dados de produção analisados do PB, verificamos que o verbo *ver* (transitivo) já faz parte dos dados de produção infantis por volta dos 2 anos de idade, complementado apenas por um objeto. O verbo causativo *deixar* está presente aos dois anos de idade, porém a criança deixa vazia a posição em que o sujeito da infinitiva deve aparecer e a marcação excepcional de caso não é feita por não haver sujeito para receber caso.

Como RIs, mostramos a importância da distinção de modo *Irrealis* e *Realis*. Línguas escandinavas, por exemplo, marcam o modo *Irrealis* em RIs e o modo *Realis* em formas finitas. A discussão de RIs também mostrou que em função da morfologia de tempo e pessoa, uma vez que a criança não sabe como usar os diferentes modos (*Realis* vs. *Irrealis*) para se expressar em contextos sintáticos, semânticos e discursivos corretamente, a aquisição dos infinitivos também precisa do entendimento da relação entre sintaxe e pragmática, sendo, portanto, tardia. A relação entre a sintaxe e a pragmática parece realmente ser relevante, já que os verbos P&C, mesmo sendo ECM, aparecem depois dos demais verbos ECM (cf. dados discutidos do inglês). O infinitivo não parece ter informações de tempo e aspecto independentes. A discussão a respeito de RIs também levantou o fato de infinitivos não marcarem morfologicamente pessoa e número. As informações com as quais a criança tem que lidar são abstratas e extremamente dependentes de um contexto, seja ele um grande contexto discursivo ou apenas mais um ‘pedaço’ da sentença. Basicamente num contexto de infinitivo como complemento de verbos P&C, a criança não pode contar com o sujeito sendo o mesmo da matriz, também não pode contar com a idéia de que uma preposição vai entrar e atribuir caso, e nem com a idéia de que uma conjunção vai de alguma forma aparecer para facilitar a realização das relações de tempo/aspecto. Grosso modo, talvez resida aí a dificuldade, pois a criança precisa atribuir caso a dois sujeitos diferentes, atribuir ao segundo função de objeto do verbo P&C e de sujeito do verbo da encaixada, além de interpretar a sentença encaixada como dependente da principal em relação a tempo. A conjunção desses fenômenos, como determinantes para a aquisição tardia dos verbos P&C com complementação infinitiva, foi atestada na produção de verbos P&C a partir dos 3 anos de idade – o que parece confirmar que no PB sua aquisição só estará completa por volta dos 4 anos de idade.

Considerações finais

O presente trabalho procurou discutir aspectos da complementação infinitiva de verbos perceptivos e causativos no português do Brasil em relação às propriedades de marcação de caso e flexão do infinitivo. O presente estudo foi desenvolvido no quadro teórico da gramática gerativa (Chomsky 1981, 1993, 1995, 1998, 2001, 2005) com o objetivo de contribuir para a caracterização da variedade lingüística brasileira e explicar a aquisição de tais complementos, examinando as propriedades dessas construções, utilizando-se da aquisição da linguagem como campo de decidibilidade empírica.

De posse dos pressupostos teóricos e com base nos objetivos propostos, procuramos esclarecer os fenômenos de marcação de caso na aquisição de complementos infinitivos de verbos perceptivos e causativos. A hipótese inicial de que verbos perceptivos e causativos têm o mesmo comportamento semântico e que seu complemento infinitivo é um único constituinte no PB parece ter se confirmado. Tais complementos apresentam a seguinte estrutura na gramática adulta: $[_{VP} V_{(P\&C)} [_{SC} NP \text{ Infinitivo}]]$. Em relação às propriedades sintáticas e semânticas dos verbos P&C, atestamos que estes verbos se diferem de outras classes verbais em relação às possibilidades de complementação (nominal e verbal – com infinitivos) e ao tipo de informação denotada (evento ou proposição). Por outro lado, ambos se assemelham, pois aceitam complementação com infinitivo sem flexão, caracterizando-se como marcadores excepcionais de caso.

O infinitivo em PB foi discutido a partir sua origem e, em função do uso do infinitivo flexionado nos dados de fala estar cada vez mais restrito, constatou-se que a marcação excepcional de caso parece ser a única disponível nos contextos de verbos P&C. A fim de determinar qual a configuração de estruturas ECM, investigou-se a questão do tempo e da negação, identificando que o tempo da encaixada é dependente do tempo da principal – via sucessão, nos verbos causativos; e simultâneo, com verbos perceptivos.

Em seguida, apresentamos algumas propostas minimalistas para a derivação sintática de sentenças com complemento infinitivo de verbos P&C em diferentes línguas, objetivando verificar a que melhor se aplica aos verbos P&C no PB. Como as propostas não dão conta do infinitivo flexionado no PB, a proposta de Hornstein, Martins e Nunes (2006) se mostrou a mais adequada para o comportamento peculiar dos verbos P&C, inclusive por assumir uma mesma estrutura para ambos. Para os dois tipos verbais, argumentamos em favor do compartilhamento do caso acusativo do sujeito da encaixada e do núcleo do infinitivo, atribuído pela mesma sonda - o verbo matriz. Em relação aos verbos P&C, vimos que por vezes eles assumem um comportamento de verbos epistêmicos, que denotam compreensão mental e seu aparecimento tardio pode ser explicado em função do comportamento semântico duplo destes verbos (denotam percepção/ causatividade ou apresentam comportamento de epistêmicos).

No último capítulo deste trabalho, exploramos as questões relevantes aos infinitivos na aquisição da linguagem com o objetivo de explicar o aparecimento tardio de complementos infinitivos com verbos P&C nos dados infantis e corroborar nossas hipóteses. Conseqüentemente, discutiram-se os dados de ECM coletados do inglês em contraste com os do português do Brasil e a problemática do infinitivo-raiz (RI) como um fenômeno universal, mostrando que em função da morfologia de tempo e pessoa a criança não sabe como usar os diferentes modos (*Realis vs. Irrealis*) para se expressar em contextos sintáticos, semânticos e discursivos adequadamente, o que eventualmente torne a aquisição dos infinitivos tardia. Por detectarmos que verbos P&C, assim como no inglês, formam uma classe especial de verbos ECM no PB, procuramos investigá-los em dados de produção espontânea de 5 crianças - 3 em aquisição do inglês e 2 adquirindo o PB, entre 1;10 anos e 5 anos de idade. Investigamos também a complementação infinitiva de verbos ECM em testes experimentais de compreensão conduzidos com 30 crianças que adquirem o PB, com idades entre 2;0 e 4;09 anos. Verificamos que o verbo causativo *deixar* é produzido aos dois anos de idade, porém a criança deixa vazia a posição em que o sujeito da infinitiva deve aparecer e a marcação excepcional de caso não é feita por não haver sujeito expresso (fonologicamente realizado) para receber caso.

Como resultado dos experimentos com crianças, a análise dos dados apontou que a marcação de caso antes dos 3 anos de idade é canônica, e não excepcional - ao

menos em contextos de verbos P&C – em conformidade com os dados de produção espontânea discutidos anteriormente. Os testes também mostraram que quanto mais eventivo for o predicado, mais precoce é a aquisição; quanto mais proposicional, mais tardia é sua aquisição.

Em função da complexidade que se coloca para compreensão e produção quando um núcleo atribui caso a outro núcleo, a ECM é realmente adquirida tardiamente, após CCM. A nossa hipótese para a aquisição de verbos P&C considerou a atribuição de caso como um dado ambíguo para a criança, podendo gerar mais do que uma gramática inicialmente. Num primeiro momento, esta hipótese aparenta se confirmar, mas verificamos que as sentenças com flexão no infinitivo não são mais atestadas nos dados de fala atualmente (cf. Pires, 2001; Schaf, 2003; Freire, 2005; Borges, 2005). Dessa forma, o tipo de infinitivo – e a conseqüente dupla possibilidade de marcação de caso – não é o único fator que determina a aquisição tardia destas estruturas. A baixa produção inicial de sentenças infinitivas com verbos P&C, talvez se explique caso a criança tenha que aprender lexicalmente quais são os verbos ECM em sua língua. Sem dados robustos de verbos P&C com complementos infinitivos as crianças levam mais tempo para adquirir tais estruturas. A aprendizagem seria, então, lexical. Evidências para essa hipótese seriam: o aparecimento dos RIs – ainda que haja poucas ocorrências – e o aparecimento precoce de sentenças infinitivas em contextos preposicionados – 2;3 anos de idade, cf. discutimos no capítulo 3, em que a marcação de caso pode ser atribuída excepcionalmente. Nossa investigação, no entanto, não é conclusiva a esse respeito. Nossa hipótese é que o infinitivo não tem as informações necessárias (como tempo, modo, aspecto) para que a criança o utilize.

Verificou-se que em um contexto de infinitivo como complemento de verbos P&C, como o sujeito da encaixada não é o mesmo da matriz, a criança não pode contar com essa informação. Também não pode contar com mecanismo de entrada de uma preposição para atribuir caso, e nem com o aparecimento de uma conjunção para, de alguma forma, facilitar a realização das relações de tempo/aspecto. Especulamos que talvez resida aí a dificuldade, pois a criança precisa atribuir caso a dois sujeitos diferentes, atribuir ao segundo função de objeto do verbo P&C e de sujeito do verbo da encaixada, além de interpretar a sentença encaixada como dependente da principal em relação a tempo. A conjunção desses fenômenos, como determinantes para a aquisição

tardia dos verbos P&C com complementação infinitiva, parece dar conta do que se atestou: a produção de verbos P&C é verificada a partir dos 3 anos de idade – o que parece confirmar que no PB sua aquisição só estará completa por volta dos 4 anos de idade.

Acreditamos ainda que o quadro até agora traçado na literatura a respeito dos verbos P&C no PB não é conclusivo. Pesquisas mais específicas e trabalhos que tratem exclusivamente dos dois tipos verbais no PB e de sua aquisição são desconhecidos. Em línguas diferentes do PB, tais trabalhos também são poucos e acabam por explicar o fenômeno na própria língua que é tomada como base. Nossa análise também está longe de esgotar o assunto. Acreditamos e esperamos que este trabalho sirva como um primeiro esboço de entendimento da questão. Muitos pontos aqui traçados merecem um estudo exclusivo mais aprofundado. Nos dados observados e discutidos, torna-se evidente a necessidade de se descobrir se há realmente mais de um traço não-especificado no infinitivo para a criança. A depender dos traços não-especificados a questão pode envolver a interface de dois campos de estudos: a morfossintaxe e pragmática sob a hipótese de que algumas condições pragmáticas ‘licenciem’ as construções morfossintáticas conforme Schutze (1997) e Hoekstra e Hyams (1998) assumem.

Outra importante questão que não foi uma hipótese perseguida desde o início do trabalho, por questões de escopo, mas nos parece ser uma proposta legítima é a definição de quão relevante é o *input* na produção do infinitivo complemento com marcação excepcional de caso. Talvez, se a criança não verificar sentenças deste tipo no *input*, não sabe como se dá a marcação de caso nestes tipos verbais. Um estudo que se proponha a investigar esta questão precisa levar em consideração os dados aos quais a criança é exposta. O modo verbal, inclusive sua mudança na língua, também foi aqui discutido, mas não foi nosso objetivo explorar a questão. Caso exista realmente uma mudança na forma e interpretação do subjuntivo/indicativo, talvez a criança não consiga identificar tão facilmente os contextos *realis* e *irrealis*, um fato que também esclareceria a aquisição tardia de complementos infinitivos de verbos P&C. Também esteve além de nossos objetivos verificar o número de sentenças finitas ou infinitivas com verbos P&C nos dados da fala adulta (dirigida ou não à criança). Como desconhecemos estudos

dessa natureza, um trabalho futuro merece ser feito para identificar se o número e o tipo de ocorrências finitas é fator relevante para a produção infantil.

O trabalho estruturou-se como a seguir: no capítulo 1, nosso objetivo era confirmar o caráter único dos complementos dos verbos perceptivos e causativos, apontando as propriedades sintáticas e semânticas da percepção e causativização, mostrando que seus complementos infinitivos atribuem ao sujeito caso nominativo (quando flexionados) e caso acusativo (quando sem-flexão). A hipótese se confirmou. Argumentamos também que a marcação excepcional de caso parece ser a única disponível em tais contextos, uma vez que se atesta cada vez menos o uso do infinitivo flexionado nos dados de fala do PB (cf. Pires, 2001; Schaf, 2003; Freire, 2005; Borges, 2005). Uma vez atestado que tais verbos são ECM, tratamos, no capítulo 2, de algumas propriedades que caracterizam os verbos ECM em diferentes línguas, objetivando mais especificamente elucidar a estrutura dos verbos P&C no PB. Discutimos algumas propostas minimalistas para a derivação de sentenças com verbos P&C de complementação infinitiva, concluindo o capítulo com a nossa proposta para o PB com base em Hornstein, Martins e Nunes (2006). No capítulo 3, dedicado à aquisição da linguagem, exploramos o aparecimento de infinitivos e de verbos perceptivos e causativos com complementos infinitivos nos dados infantis e investigamos a razão da aquisição ser tardia, avaliando, a partir de experimentos aplicados às crianças, as hipóteses propostas.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, J. C. (2002) *Construções causativas do português do Brasil na perspectiva gerativa*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília (UnB). 85 p.
- AVENBURG, M. C. G. (em preparação) *Aquisição e aprendizagem de sujeito e objeto em português. Tese (Doutorado em Letras (Letras Vernáculas))* - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
- BASILICO, D. (2003). "The topic of small clauses". In: *Linguistic Inquiry*, vol. 34, n. 1, p. 1-35.
- BECHARA, E. (2004) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BOIVIN, M. C. (1998) "Complementation and interpretation: the concrete and imaginative readings of 'visual' perception verbs". *MIT Working Papers in Linguistics*, vol. 25, p. 103-123.
- BORGES NETO, J. (2004) *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BORGES, D.V. (2005) *Complementação Sentencial no Português da Província de Goiás no século XVIII*, Monografia de Graduação, Universidade de Brasília, UnB.
- BUTLER, J. (2004) *Phase structure, Phrase structure, and Quantification*. Tese de Doutorado, Universidade de York.
- BUTLER, J. (2005) "The phase structure of tense". In: *Perspectives on Phases MITWPL*, 49. p. 69 - 85.
- CARDINALETTI, A. & GUASTI, M. (1995) "Small Clauses: some controversies and issues of acquisition". In: *Syntax and Semantics*, Cardinaletti & Guasti (orgs). Academic Press, p. 01-23.
- CASAGRANDE, S. (2007) *A aquisição do objeto direto anafórico no Português Brasileiro*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 196 p.
- CASTILLO, C. (2001) *The Configuration of ECM Structures*. *Studia Linguistica* 55(2), p. 113 - 139.

- CLAHSEN, H. & PENKE, M. (1992) "The Acquisition of Agreement Morphology and its Syntactic Consequences: New Evidence on German Child Language from the Simon-Corpus". In: J. M. Meisel (ed.), *The Acquisition of Verb Placement*, 181-223. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the theory of Syntax*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. Tradução de E. Raposo, Coimbra, Armenio Amado, 1978 (2ª edição).
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Foris, Dordrecht.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, N. (1988) *Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures*. Cambridge, Mass: University Press.
- CHOMSKY, N. (1993) A minimalist program for linguistic theory. In: K. HALE & S. KEYSER (eds) *View from building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1998) *Minimalist Inquiries: the framework*. MITOPL,15.
- CHOMSKY, N. (1998) *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- CHOMSKY, N. (1999) *Derivation by phase*. MITOPL,18.
- CHOMSKY, N. (2001) *Beyond Explanatory Adequacy*. MITOPL,20.
- CHOMSKY, N.(2005) *On Phases* (manuscrito)
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. 1985. *Nova gramática do português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed.Nova Fronteira.
- CYRINO, S. M. L. (1997) *O Objeto nulo no Português do Brasil*. Londrina: UEL.
- DUARTE, M. E. L. (1989) "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil." In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: UNICAMP/Pontes. p. 19 – 33.
- FELSER, C. (1999) *Verbal Complement Clauses*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 278 p.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A posição Sujeito no Português Brasileiro*. Campinas: Universidade de Campinas, 201 p.

- FREIRE, G. A. N. (2005) *Variação e mudança lingüística na complementação sentencial do português europeu*. Monografia de Graduação, Universidade de Brasília, UnB.
- FOLTRAN, M. J. (1999). *As construções de predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 206 p.
- GUASTI, M. T. (1993) *Causative and Perception Verbs. A Comparative Study*. Torino: Rosenberg & Sellier, 194 p.
- GUASTI, M.T. (1996) "Semantic restrictions in Romance Causative and the Incorporation Approach". *Linguistic Inquiry*, vol. 27, nº2, p. 204 - 313
- HIGGINBOTHAM, J (1983) "The logic of perceptual reports: an extensional alternative to situation semantics". In: *Journal of Philosophy* 80. p.100-127.
- HOEKSTRA, T. & HYAMS, N. (1998). "Aspects of root infinitives." *Lingua* 106. p. 81 - 112.
- HORNSTEIN, N., NUNES, J.& GROHMANN, K. (no prelo) *Understanding Minimalism*. Cambridge, MA:CUP.
- HORNSTEIN, N. (1999) "Movement and control". *Linguistic Inquiry* 30. 69-96.
- HORNSTEIN, N., MARTINS, A.M. & NUNES, J. (2006) *Infinitival Complements of Perception and Causative Verbs: A Case Study on Agreement and Intervention Effects in English and European Portuguese*. UMWPI, 14. p. 81-110.
- LICERAS, J., BEL A., & PERALES, S. (2006) "'Living with Optionality': Root Infinitives, Bare Forms and Inflected Forms in Child Null Subject Languages." In *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*, ed. Nuria Sagarra and Almeida Jacqueline Toribio, p. 203-216. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.
- LIGHTFOOT, D. (1991) *How to Set Parameters. Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass.: The MIT Press
- LOPES, R.E.V. (1999) *Uma proposta Minimalista para o processo de aquisição da linguagem: Relações locais*. Tese de Doutorado, Unicamp.
- LOPES, R.E.V. (no prelo) "Sobre argumentos assimétricos e adjuntos na aquisição do Português Brasileiro". In. *Revista Letras de Santa Maria*.
- LUNDIN, K. (2003). *Small Clauses in Swedish - Towards a Unified Account*. Tese de Doutorado, Lund University.

- MCWHINNEY, B. & SNOW, C. (1985) The child language exchange system. *Journal of Child Language* 12, p. 271-296.
- MATEUS, M. H. M. *et alli*. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição, revista e aumentada), Lisboa (Editorial Caminho - Coleção Universitária / Série LINGÜÍSTICA).
- MEISEL, J. (1997) Parâmetros na aquisição. In: FLETCHER, P. & B. MACWHINNEY (eds) *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MILLER, P. (2003) *Negative Complements in Direct Perception Reports*. Ms. Versão virtual disponível em <http://www.univ-lille3.fr/silex/miller> Acesso em 20/ 10/2005.
- MIOTO, C. (1991) *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. (2004) – *Novo Manual de sintaxe*. Florianópolis: Editora Insular.
- NOONAN, M. (1987) “Complementation”, In: SHOPEN, T. (org.). *Language typology and syntactic descriptions* – Vol II Complex constructions. Cambridge: Cambridge University Press.
- PARSONS, T. (1990) *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, MA: MIT Press
- PERINI, M. A. (1977) *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Editora Vozes. 184 p.
- PHILIPS, C. (1996). “Root infinitives are finite”. In A. Stringfellow *et al.* (eds.) *Proceedings of the 20th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville, MA: Cascadilla Press.
- PIRES, Acrísio. (2001) *The Syntax of Gerunds and Infinitives: subjects, case and control*. Tese de Doutorado. Maryland College Park, Universidade de Maryland.
- PINKER, S. (1994) *The Language Instinct*. New York: Harper-Collings publishers.
- POLLOCK, J-Y. (1989) “Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP.” *Linguistic Inquiry* 20. p. 365-424.
- QUAREZEMIN, S. (2005) *A Estrutura interna da Small Clause complemento de verbos ECM*. Monografia Final de disciplina, Universidade Federal de Santa Catarina.

- RABELO, P. C. (2004) *Sobre a Questão do Controle com o Infinitivo Flexionado Português*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.
- RADFORD, A. (1990). "Syntactic theory and the acquisition of English syntax". Oxford: Basil Blackwell.
- RAPOSO, E. P. (1987) "Case Theory and Infl-to-Comp: the inflected infinitive in European Portuguese." *Linguistic Inquiry* 18. 85-109.
- RAPOSO, E. P. (1989). "Prepositional infinitival constructions in European Portuguese". In Osvaldo Jaeggli & Kenneth J. Safir (eds.), *The null subject parameter*, Dordrecht: Kluwer, 277-305. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers.
- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da gramática: A faculdade da linguagem*. 2. ed. Lisboa: Caminho.
- RAPOSO, E. & URIAGEREKA, J. (1990). "Long distance case assignment". *Linguistic Inquiry* 21, p. 505-537.
- RIZZI, L. (1994) "Some notes on linguistic theory and language development: The case of root infinitives". *Language Acquisition* 3, 371-393.
- ROCHA LIMA (1976) *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- RODRIGUES, P. A. (2006) *Les Compléments Infinitifs et Gérondifs des verbes de perception en Portugais Brésilien*. Tese de Doutorado, Universidade de Quebec, Montreal.
- ROTHSTEIN, S. (1995). "Small Clause and Copular Constructions". In *Syntax and Semantics*, Cardinaletti e Guasti (orgs). Academic Press, p. 27-48.
- ROUVERET, A. & VERGNAUD J.R.. (1980) "Specifying reference to the subject: French causatives and conditions on representations". *Linguistic Inquiry*, vol. 11, p. 97-202.
- RUBINO, R. & PINE, J. (1998) *Subject-verb agreement in Brazilian Portuguese: What low error rates hide*. *Journal of Child Language*, 25.
- SAID ALI, M. (1966) *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos.
- SALLES, H.M.M.L.A. (2004) *Diversidade e mudança lingüística na perspectiva da gramática gerativa* In: II Encontro Nacional do Gelco, Goiânia.

- SCHAF FILHO, M. (2003) *Do acusativo com infinitivo latino ao nominativo com infinitivo português*. 205p. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHAEFFER, J. & BEN SHALOM, D. (2004). "On root infinitives in child Hebrew". In: *Language Acquisition*, 12: 83-96.
- SCHÜTZE, C. & WEXLER, K. (1996) "Subject case licensing and English root infinitives." In A. Stringfellow et al. (eds.) *Proceedings of the 20th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 670-681.
- SCHÜTZE, C. (1997) *Infl in child and adult language: Agreement, Case and licensing*. Tese de Doutorado, MIT.
- STOWELL, T. (1982) "The tense of infinitives". *Linguistic Inquiry*, vol. 13, p. 561-570.
- STOWELL, T. (1991). "Small Clause restructuring". In: *Principles and Parameters of comparative grammar*, Freidin (org). MIT Press, Cambridge. p. 182-218.
- VARZI, A. C. (2006) "The Talk I Was Supposed to Give", In: A. Bottani and R. Davies (eds.), *Modes of Existence. Papers in Ontology and Philosophical Logic*, Frankfurt: Ontos Verlag.
- WACHOWICZ, T.C. (2003) *As leituras aspectuais da forma do progressivo do Português Brasileiro*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 221 p.
- WEXLER, K. (1998) "Very early parameter setting and the Unique Checking Constraint: A new explanation of the optional infinitive stage". In.: *Lingua* 106. p. 23 – 79.
- WURMBRAND, S. (2007) "Infinitives are tenseless", In. *U. Penn Working Papers in Linguistics*, Volume 13.1.
- ZANUTTINI, R. (1991) *Syntactic Properties of Sentential Negation: A comparative study of Romance languages*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania.

**VERBOS PERCEPTIVOS E CAUSATIVOS:
COMPLEMENTAÇÃO INFINITIVA, ASPECTOS
SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E DE AQUISIÇÃO**

ANEXOS

